



ACADEMIA MILITAR

ATUAÇÃO DE FORÇAS GENDARMERIE EM SITUAÇÕES PÓS- CONFLITO:

A Guarda Nacional Republicana na Bósnia (2007-2010)

Autor: Aspirante de Cavalaria GNR Diogo Pombo Araújo

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria GNR Jorge Manuel Lobato
Barradas

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2017



ACADEMIA MILITAR

ATUAÇÃO DE FORÇAS GENDARMERIE EM SITUAÇÕES PÓS- CONFLITO:

A Guarda Nacional Republicana na Bósnia (2007-2010)

Autor: Aspirante de Cavalaria GNR Diogo Pombo Araújo

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria GNR Jorge Manuel Lobato
Barradas

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2017

DEDICATÓRIA

Em especial às pessoas mais importantes da minha vida, os meus pais, irmão e irmãs, avó e namorada, afilhada e sobrinhos.
Aos meus estimáveis amigos e a toda a restante família, por todo o apoio e compreensão ao longo destes anos de longa distância.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar ao meu Orientador, na pessoa do Tenente-Coronel de Infantaria GNR Jorge Barradas por toda a disponibilidade, dedicação, colaboração, humildade e prontidão das suas respostas, mesmo com o prejuízo da sua vida pessoal. Considero o nosso Major como um dos grandes exemplos, com o qual tive a oportunidade de trabalhar e apreender, ao longo desta ainda curta carreira militar.

Ao Coronel de Infantaria GNR Armando Soares da Costa, pelo importante e notável auxílio prestado no início da investigação e mesmo depois, apesar da distância, pela forma como sempre se mostrou disponível para me apoiar ao longo de toda a investigação, contribuindo para a sua valorização com a sua experiência e conhecimento.

A todos os restantes oficiais da Guarda Nacional Republicana mencionados no presente trabalho de investigação pela forma como se mostraram disponíveis e me facultaram todas as informações essenciais ao desenvolvimento do mesmo.

Ao Instituto dos Pupilos do Exército, caso tão bela e tão ridente, pela formação de excelência, pelas eternas amizades e por me ensinar a acreditar que “*Querer e Poder*”, lema que levo comigo para a vida, lema que me tem levado a nunca desistir dos meus objetivos. Enaltecer também todos os distintos professores e professoras que ainda hoje em dia tem o prazer de contribuir para esta formação.

Aos meus camaradas de curso, seria injusto não os salientar como também de certa forma estar a particularizar, pelo exemplo, humildade, valores e experiências partilhadas.

A todos aqueles que direta ou indiretamente, pelo seu reconhecido percurso profissional, contribuíram para o melhorar e aperfeiçoar do presente trabalho de investigação.

A todos os meus verdadeiros amigos, sem querer individualizar, por forma a não me esquecer de ninguém, pelo modo como me tem acompanhado nesta longa caminhada e se em algum momento a vida nos surpreendeu, foi com a ajuda de todos vocês que estas vicissitudes se tornaram ínfimas para todo o apoio por vós demonstrado.

Por fim não podia deixar de agradecer às pessoas mais importantes da minha.

Aos meus pais, Duarte Araújo e Deolinda Pombo, sem eles nada disto seria possível, todo o seu trabalho, sacrifícios e nomeadamente toda a educação que me incutiram, fazem de mim a pessoa que sou hoje.

Ao meu irmão gêmeo, Rafael, às minhas irmãs, Isabel, Sara, Sabrina, Vanessa e Vânia. Não escolheria outros para crescer a meu lado, não escolheria outros para viver como irmão ao longo de toda a minha vida.

À minha namorada, não apenas por ser uma pessoa única na minha vida, mas por a enriquecer ao longo dos últimos anos, o que de certa forma fez com que estivesse presente em todos os momentos da investigação. Estimo todo o apoio incondicional e a sua enorme compreensão em todos estes momentos.

Aos meus sobrinhos, Pedro, Miguel, Gabriel, Mateus e à minha afilhada Carolina, por não existir um único momento em que não me encham o coração de felicidade.

A toda a restante família, pelo apoio e pelo orgulho de se encontrarem presentes ao longo de todo este meu percurso.

A todos o meu sincero Obrigado.

Diogo Araújo

RESUMO

O presente trabalho de investigação realizou-se no âmbito da primeira operação da *European Gendarmerie Force*, na qual a Guarda Nacional Republicana participou e encontra-se subordinado ao tema: “*Atuação de forças gendarmerie em situações pós-conflito: a Guarda Nacional Republicana na Bósnia (2007-2010)*”. O seu objetivo geral passa por compreender de que forma a atuação da Guarda Nacional Republicana na Operação ALTHEA contribuiu para a clarificação do papel de uma força *gendarmerie* em situações pós-conflito.

Para o desenvolvimento da investigação, adotou-se o método de natureza hipotético-dedutiva, procedendo-se à análise da Operação ALTHEA, focando-se na atuação da Guarda Nacional Republicana, entre 2007 e 2010. Deste modo, a investigação centra-se na verificação das hipóteses e resposta às perguntas derivadas com o intuito de responder à pergunta de partida.

Quivy e Campenhoudt (2013) e Sarmiento (2013) foram as referências ao nível da metodologia empregue na prossecução do presente trabalho de investigação. Por sua vez a análise documental e as entrevistas foram os modelos e técnicas de recolha de dados utilizados.

Este trabalho de investigação é composto por seis capítulos, delineados em três partes, nomeadamente a Parte I – Enquadramento teórico, a Parte II – Parte prática e as conclusões e recomendações. Na parte I surge o enquadramento teórico, caracterizando as operações de gestão de crises, as forças *gendarmerie* e a Operação ALTHEA em concreto. Na parte II é descrita a metodologia e os respetivos procedimentos utilizados na recolha dos dados, bem como a sua análise e comparação com as diferentes perspetivas abordadas no enquadramento teórico. No último capítulo, com base na parte I e parte II, são apresentadas as conclusões e efetuadas recomendações futuras.

Conclui-se que a atuação da Guarda Nacional Republicana ao longo da Operação ALTHEA se caracterizou especificamente por diversas particularidades: a) características militares; b) flexibilidade; c) experiência anterior em cenários internacionais; d) melhor capacidade ao nível de viaturas, equipamentos e armamento; e e) determinante colaboração na procura e detenção de pessoas indiciadas por crimes de guerra.

Em suma, a atuação da Guarda Nacional Republicana na Operação ALTHEA contribui para evidenciar o papel fundamental que as diversas características militares

possuem no cumprimento de missões em cenários internacionais e, neste caso em particular, em situações pós-conflito, no contexto de uma força do tipo *gendarmerie*.

Palavras-chave: *gendarmerie*, Guarda Nacional Republicana, militar, Operação ALTHEA, pós-conflito.

ABSTRACT

This investigation assignment has been developed under the scope of the first operation of the European Gendarmerie Force, in which the National Republican Guard (Guarda Nacional Republicana) has taken part and was named under the topic: “*The action force of the gendarmerie in post-conflict situations: the National Republican Guard in Bosnia (2007-2010)*”. It aims at understanding in what way did the action of the National Republican Guard in Bosnia in the ALTHEA operation contributed to the clarification of the role of a gendarmerie force in post-conflict situations.

For the development of this investigation, we have adopted the hypothetical-deductive method; we have carried out a study on the ALTHEA operation, focusing on the National Republican Guard, between 2007 and 2010. In so doing the investigation is centered both on the checking of hypotheses and answering aroused questions with the aim of answering to the starting point question.

Quivy & Campenhoudt (2013) and Sarmiento (2013) were our methodology references to the accomplishment of this investigation assignment, in addition, the documental analysis and interviews were the models and data gathering techniques used.

This investigation assignment comprises six chapters, divided into three parts, namely the first part – theoretical setting; the second part – practical setting and finally the conclusion and recommendations. On the first part, the theoretical setting characterizes the crisis management operations; the gendarmerie forces and moreover the ALTHEA operation. On the second part, we describe the methodology and the procedures used on the data gathering, alongside its analysis, in comparison to the different approach perspectives towards the theoretical setting. On the last chapter, based on parts one and two, we present the conclusions and future recommendations.

We have concluded that the National Republican Guard actions throughout the ALTHEA operation was specifically characterized by several particularities: a) military characteristics; b) flexibility; c) prior experiences on international scenarios; d) better ability on transports, equipment and armament levels; and e) determining collaboration on the search and detention of identified individuals responsible for war crimes.

In conclusion the action of the National Republican Guard on the ALTHEA operation helps highlight the important role that several military characteristics play on the accomplishment of missions on international scenarios and, in this case, particularly, in post-conflict situations on the context of a gendarmerie type force.

Keywords: ALTHEA operation, gendarmerie, militar, National Republican Guard, post-conflict.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS.....	ii
RESUMO	iv
ABSTRACT	vi
ÍNDICE DE FIGURAS.....	xii
ÍNDICE DE QUADROS.....	xiii
ÍNDICE DE TABELAS	xiv
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS.....	xv
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	xvi
INTRODUÇÃO	1
Parte I – Enquadramento teórico	6
CAPÍTULO 1. Operações de Gestão de Crises	6
1.1. Operações de Gestão de Crises.....	6
1.2. Doutrina da UE.....	8
1.3. <i>Security Gap</i>	10
CAPÍTULO 2. Forças Gendarmerie	12
2.1. Forças <i>gendarmerie</i>	12
2.2. A GNR enquanto uma força do tipo <i>gendarmerie</i>	13
2.3. <i>European Gendarmerie Force</i>	14
2.4. A EGF em situações pós-conflito.....	15
CAPÍTULO 3. Operação ALTHEA	18
3.1. Operação ALTHEA.....	18
PARTE II – Parte Prática	22
CAPÍTULO 4. Metodologia e procedimentos.....	22
4.1. Método de abordagem da investigação e justificação	22

4.2. Método quanto ao procedimento	23
4.3. Tipo de abordagem.....	23
4.4. Modelos e técnicas de recolha de dados.....	24
4.4.1. Análise documental	24
4.4.2. Entrevistas.....	25
4.5. Local e data da pesquisa e recolha de dados.....	26
4.6. Amostragem: composição e justificação.....	26
4.7. Procedimentos e ferramentas de recolha de análise de dados.....	27
Capítulo 5. Apresentação, Análise e discussão dos resultados.....	28
5.1. Apresentação e Análise das Entrevistas	28
5.1.1. Apresentação e Análise da questão n.º 1	29
5.1.2. Apresentação e Análise da questão n.º 2	29
5.1.3. Apresentação e Análise da questão n.º 3	31
5.1.4. Apresentação e Análise da questão n.º 4	32
5.1.5. Apresentação e Análise da questão n.º 5	33
5.1.6. Apresentação e Análise da questão n.º 6	35
5.1.7. Apresentação e Análise da questão n.º 7	36
5.1.8. Apresentação e Análise da questão n.º 8	37
5.1.9. Apresentação e Análise da questão n.º 9	38
5.1.10. Apresentação e Análise da questão n.º 10	41
5.2. Discussão dos resultados	42
5.2.1. Cenário e o conceito de <i>security gap</i>	42
5.2.2. Missões a desempenhar por uma EGF no pós-conflito	43
5.2.3. Características da GNR enquanto uma força de <i>gendarmerie</i>	44
5.2.4. Forma de atuação num cenário pós-conflito.....	45
5.2.5. Valências.....	47

Conclusões e recomendações	48
i. Verificação das hipóteses	48
ii. Resposta às perguntas derivadas.....	50
iii. Resposta à pergunta de partida	51
iv. Confirmação dos objetivos da investigação.....	53
v. Reflexões finais.....	54
vi. Limitações da investigação.....	55
vii. Investigações futuras	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
APÊNDICES.....	I
Apêndice A – Contextualização das OAP	II
Apêndice B – Comparação das doutrinas da ONU, OTAN e UE	III
Apêndice C – Componentes do security gaP.....	VI
Apêndice D – Caraterísticas das forças gendarmerie	VII
Apêndice E – Membro, observador ou parceiro da EGF	VIII
Apêndice F – Formas de atuação: força constituída e força não constituída	IX
Apêndice G – Estrutura da Investigação Aplicada	X
Apêndice H – Guião da Entrevista.....	XI
Apêndice I – Caraterização dos entrevistados.....	XIV
Apêndice J – Carta de Apresentação.....	XV
Apêndice K– Análise das entrevistas	XVII
K.1. Codificação alfanumérica e cromática das entrevistas	XVII
K.2. Análise de conteúdo por questão	XVIII
Apêndice L – Glossário	XXXI
ANEXOS	XXXIII

Anexo A – Contexto e diferentes componentes do <i>security gap</i>	XXXIV
Anexo B – Dispersão de forças <i>gendarmerie</i> no mundo	XXXV
Anexo C – Potencialidades e vulnerabilidades das forças <i>gendarmerie</i>	XXXVI
Anexo D – Posicionamento institucional da GNR no conjunto das forças militares e das forças e serviços e segurança	XXXVIII
Anexo E – Modelo de desenvolvimento de uma crise e a crise no espetro	XXXIX
Anexo F – Composição étnica da Bósnia-Herzegovina e situação interna ao nível político.....	XL
Anexo G – Estrutura e missões da IPU	XLI

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 - Esquema de resposta à pergunta de partida.....	52
Figura n.º 2 - Estrutura da investigação aplicada	X
Figura n.º 3 - Contexto do <i>security gap</i>	XXXIV
Figura n.º 4 - Diferentes componentes do <i>security gap</i>	XXXIV
Figura n.º 5 - Mapa de dispersão de forças <i>gendarmerie</i>	XXXV
Figura n.º 6 - Posicionamento institucional da GNR no conjunto das forças militares e das forças e serviços de segurança.....	XXXVIII
Figura n.º 7 - Modelo de desenvolvimento de uma crise internacional	XXXIX
Figura n.º 8 - A crise no espectro	XXXIX
Figura n.º 9 - Composição étnica da Bósnia-Herzegóvina em 1995.....	XL
Figura n.º 10 - Composição política em 2007	XL
Figura n.º 11 - Estrutura da IPU	XLI
Figura n.º 12 - Missões atribuídas à IPU.....	XLI

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 - Apresentação e análise da questão n.º 1	29
Quadro n.º 2 - Apresentação e análise da questão n.º 2	30
Quadro n.º 3 - Apresentação e análise da questão n.º 3	31
Quadro n.º 4 - Apresentação e análise da questão n.º 4	32
Quadro n.º 5 - Apresentação e análise da questão n.º 5	34
Quadro n.º 6 - Apresentação e análise da questão n.º 6	35
Quadro n.º 7 - Apresentação e análise da questão n.º 7	36
Quadro n.º 8 - Apresentação e análise da questão n.º 8	37
Quadro n.º 9 - Apresentação e análise da questão n.º 9	38
Quadro n.º 10 - Apresentação e análise da questão n.º 10	41
Quadro n.º 11 - Comparação das doutrinas da ONU, OTAN e UE	III
Quadro n.º 12 - Identificação numérica dos entrevistados	XIV
Quadro n.º 13 - Codificação alfanumérica e cromática das entrevistas	XVII
Quadro n.º 14 - Análise de conteúdo por questão da entrevista	XVIII
Quadro n.º 15 - Potencialidades e Vulnerabilidades das forças de <i>gendarmerie</i>	XXXVI

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela n.º 1 - Características das forças <i>gendarmerie</i>	VII
Tabela n.º 2 - Condições de adesão à EGF	VIII

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICES

Apêndice A	Contextualização das OAP
Apêndice B	Comparação das doutrinas da ONU, OTAN e UE
Apêndice C	Componentes do <i>security gap</i>
Apêndice D	Caraterísticas das forças <i>gendarmerie</i>
Apêndice E	Membro, observador ou parceiro da EGF
Apêndice F	Formas de atuação: força constituída e força não constituída
Apêndice G	Estrutura da investigação
Apêndice H	Guião da entrevista
Apêndice I	Caraterização dos entrevistados
Apêndice J	Carta de apresentação
Apêndice K	Análise das entrevistas
Apêndice L	Glossário

ANEXOS

Anexo A	Contexto e diferentes componentes do <i>security gap</i>
Anexo B	Dispersão de forças <i>gendarmerie</i> no mundo
Anexo C	Potencialidades e vulnerabilidades das forças <i>gendarmerie</i>
Anexo D	Posicionamento institucional da GNR no conjunto das forças militares e das forças e serviços de segurança
Anexo E	Modelo de desenvolvimento de uma crise e a crise no espetro
Anexo F	Composição étnica da Bósnia-Herzegóvina e situação interna ao nível político
Anexo G	Estrutura da Operação ALTHEA

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AM	Academia Militar
APA	<i>American Psychological Association</i>
Art.º	Artigo
BREC	Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas
Cap	Capitão
CEPOL	<i>Collège Européen de Police</i> ou <i>European Police College</i>
Cfr.	Conforme
CMDT	Comandante
COESPU	<i>Center of Excellence for Stability Police Units</i>
Cor	Coronel
DCRP	Divisão de Comunicação e Relações Públicas
DI	Destacamento de Intervenção
DPERI	Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais
DTer	Destacamento Territorial
E	Entrevistado
EBSCO	<i>Elton Bryson Stephens Company</i>
EG	Escola da Guarda
EGF	<i>European Gendarmerie Force</i>
EM	Estado-maior
EOD	<i>Explosive Ordnance Disposal</i>
et al. (et aliae)	e outros (para pessoas)
EUA	Estados Unidos da América
EUFOR	<i>European Union Force</i>
EUPST	<i>European Union Police Services Training</i>
FA	Forças Armadas

FIEP	Associação de <i>Gendarmeries</i> Mediterrânicas e Europeias
GIC	Grupo de Intervenção Cinotécnica
GIOP	Grupo de Intervenção e Ordem Pública
GIPS	Grupo de Intervenção Proteção e Socorro
GN	<i>Gendarmerie Nationale</i>
GNR	Guarda Nacional Republicana
GRP	Guarda Real de Polícia
H	Hipótese
IC	Investigação Criminal
Inf	Infantaria
IPU	<i>Integrated Police Unit</i>
IUM	Instituto Universitário Militar
LOGNR	Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
MAI	Ministério da Administração Interna
MAJ	Major
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MMA	<i>Mentoring, Monitoring and Advising</i>
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MOP	Manutenção da Ordem Pública
MSU	<i>Multinational Specialized Units</i>
N.º	Número
NEP	Norma de Execução Permanente
NRBQ	Nuclear, Radiológica, Biológica e Química
OAP	Operações de Apoio à Paz
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
OEI	Objetivos específicos da investigação
OI	Organizações Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas

OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
p.	página
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
PD	Perguntas derivadas
Pel. OP	Pelotão de Ordem Pública
PESC	Política Externa de Segurança Comum
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
PIFWC	<i>Persons Indicted for War Crimes</i>
pp.	páginas
Q	Questão
RCAAP	Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal
RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
REPER	Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia
RSGNR	Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana
RPE	Repartição de Programas Especiais
SEPNA	Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente
SFOR	<i>Stabilisation Force in Bosnia and Herzegovina</i>
SG	<i>Security gap</i>
SIIC	Secção de Informações e Investigação Criminal
SSI	Sistema de Segurança Interna
Ten	Tenente
UE	União Europeia
UEn	Unidades de enumeração
UEO	União da Europa Ocidental
UI	Unidade de Intervenção

UR | Unidades de registo

INTRODUÇÃO

O Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) inclui-se no âmbito da estrutura curricular do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança da Guarda Nacional Republicana (GNR), desenvolvendo-se no âmbito do seguinte tema: “Atuação de forças *gendarmérie* em situações pós-conflito: a Guarda Nacional Republicana na Bósnia (2007-2010)”.

“Uma investigação é, por definição, algo que se procura. É um caminhar para um melhor conhecimento (...) com todas as hesitações, desvios e incertezas que isso implica” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 31). Assim, a presente investigação surge com o intuito de desenvolver um dos vários contextos multidisciplinares ministrados ao longo da Academia Militar (AM), para que as suas conclusões possam constituir particular interesse para a GNR.

A introdução “apresenta uma perspetiva geral do trabalho, desde a questão de partida da investigação até à descrição dos capítulos da tese” (Sarmiento, 2013, p. 207). Na sequência desta caracterização, é apresentado um enquadramento e justificação do tema; seguidamente é exposta a pergunta de partida a desenvolver e as respetivas perguntas derivadas da mesma. Posteriormente, são referidos quais os objetivos que se pretendem alcançar e as hipóteses associadas a esta investigação em concreto. Por último, é apresentada a metodologia a ser utilizada e a consequente descrição e síntese da estrutura do RCFTIA (Sarmiento, 2013).

É no *terminus* do século XVII, mais concretamente em França, que se dá o surgimento das forças do tipo *gendarmérie*. Napoleão foi o pioneiro e utilizava a *Gendarmerie Nationale* (GN) para alargar a todo o território francês a soberania do Estado e concretizava com o povo um contrato social, recebendo assim os impostos e o alistamento de elementos masculinos destinados ao serviço militar, mas assegurando ao mesmo tempo a proteção ao povo contra os ladrões e os corruptos locais (Gobinet, 2011). A hegemonia napoleónica tem assim a sua influência e preponderância, o que permitiu, tal como salienta Branco (2000, p. 108), que vários países fossem “criando as suas próprias *gendarmeries*, corpos especiais com estatuto militar e funções de polícia, a par de outros completamente civis”.

Contudo, a ideia de institucionalizar a cooperação entre este tipo de forças e assegurar uma troca de experiências e conhecimentos, apenas surge pela primeira vez em outubro de 1992, por proposta do então Diretor Geral da GN (Pessoa, 2013). Por sua vez, num contexto

internacional, uma vez que é este o fator de interesse da investigação, evidenciar que no final dos anos 90 a comunidade internacional, fruto dos vários conflitos existentes nas várias regiões do globo, debate-se com “o dilema de querer agir mas de nem sempre conseguir adequar as ferramentas existentes à crescente complexidade dos conflitos com que se deparava” (Pessoa, 2013, p. 25).

É com esta problemática que o interesse pela participação das forças do tipo *gendarmerie* de alguns países da União Europeia (UE) em cenários internacionais se comprova ser cada vez maior, na medida em que se reconhece neste tipo de forças as características ideais para atuar naquelas situações em que, “nem as Forças Armadas (FA) nem as forças de segurança de natureza civil se constituem como soluções válidas, quer pelo excesso de força e de meios e os outros pela falta de ambos” (Pessoa, 2013).

Ainda assim, a ampliação da importância das forças de polícia e ao mesmo tempo de natureza militar num âmbito internacional surgiu bem antes da criação da EGF¹ (*European Gendarmerie Force*), ou mesmo da Associação de *Gendarmeries* Mediterrâneas e Europeias (FIEP²). Neste contexto, o emprego deste tipo de forças destacava-se no combate à designada delinquência e o terrorismo (Vitry, 2010). Contudo, é esta importância que concludentemente possibilita a criação destes dois tipos de organização.

Todavia foram os perigos para a segurança de um Estado, como o crime organizado, o terrorismo e até mesmo o tráfico de drogas, que permitiram iniciar uma convergência contemporânea entre os domínios da segurança interna e externa. Deste modo, é esta mesma situação que tem proporcionado a este tipo de forças *gendarmerie* uma margem ideal de desenvolvimento, na medida em que são estas que possuem as capacidades necessárias para cumprir os requisitos de ambos os domínios (Gobinet, 2011).

Extrapolando para o objetivo em concreto da presente investigação, importa constatar que a primeira operação da EGF, na qual a GNR participou, ocorreu no período compreendido entre 22 de novembro de 2007 e 28 de outubro de 2010, na Bósnia-Herzegovina. De acordo com o quadro da UE³, estas integraram uma *Integrated Police Unit*

¹ A EGF é uma organização multinacional de forças *gendarmerie* caracterizado no subcapítulo 2.3 do presente RCFTIA.

² FIEP (França, Itália, Espanha e Portugal).

O seu principal objetivo passava pelo progresso ao nível da cooperação policial entre os países mediterrânicos como forças de segurança de natureza militar (Hoogenboom, 2011).

Atualmente, constituem-se como membros FIEP as *gendarmeries* de França, Itália, Espanha, Portugal, Holanda, Roménia, Turquia, Marrocos, Jordânia e Tunísia. A FIEP integra ainda as *gendarmeries* da Argentina, do Chile e Qatar como forças associadas e a forças da Palestina, da Ucrânia e do Brasil como observadores (Associação de *Gendarmeries* Mediterrânicas e Europeias [FIEP], 2017).

³ (EUFOR) - *European Union Force*: operação militar que integrava uma componente policial.

(IPU⁴). No decorrer da operação, as forças empenhadas cooperaram significativamente para alcançarem um sentimento de segurança na Bósnia-Herzegovina (*European Gendarmerie Force* [EGF], 2017).

O tema selecionado incide na análise da atuação de forças *gendarmerie* em situações de pós-conflito, uma vez que este tipo de forças podem ser empenhadas em operações internacionais, conjuntamente ou não com as FA, única e exclusivamente com o propósito de superar o *security gap*⁵ (Cortinhas, 2015).

Para tal, optou-se pela análise da primeira operação realizada pela EGF (Operação ALTHEA), na qual a GNR contribuiu como referido anteriormente dadas também as suas singulares particularidades, bem como os diminutos estudos que são efetuados relativamente a operações no âmbito da UE, quando comparadas com organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Após a descrição do enquadramento e justificação do tema da investigação e com o desígnio de expor o projeto de estudo, formulou-se a pergunta de partida, onde “o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível aquilo que procura saber, elucidar, compreender melhor” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 44). Por conseguinte, a pergunta de partida do presente trabalho de investigação é: **“De que forma a participação da GNR na Bósnia contribuiu para a clarificação do papel de uma força *gendarmerie* em situações pós-conflito?”**.

No sentido de obter respostas para tal pergunta, articulam-se perguntas que aprovisionem um suporte à pergunta de partida (Sarmiento, 2013), constituindo-se como as perguntas derivadas (PD) do presente trabalho de investigação. Desta forma surgem as subseqüentes PD:

PD1: Qual o enquadramento da Operação ALTHEA no âmbito da doutrina da UE?

PD2: Quais as missões que permitiram à GNR, enquanto força da EGF, preservar a estabilidade no pós-conflito?

PD3: Quais as características da GNR, enquanto força *gendarmerie*, que se evidenciaram na Operação ALTHEA no cenário de pós-conflito?

PD4: Qual a melhor forma de atuação de uma força da EGF num cenário de pós-conflito?

⁴ Doutrina EGF, proposta pela *Arma dei Carabinieri* de Itália e corroborada pelos restantes países da EGF.

⁵ Conceito introduzido na *General Assembly Security Council* das Nações Unidas, onde foi elaborado um Relatório por Mr. Lakhdar Brahimi, ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Argélia (Brahimi, 2000). Este conceito é caracterizado no subcapítulo 1.4 do presente RCFTIA.

Com base na revisão da literatura efetuada, produziram-se enunciados de carácter hipotético e dedutivo, não submissos a rigorosos controlos de resposta à pergunta de partida, definindo-se para tal como hipóteses. Estas “apresentam-se sob a forma de proposições de resposta às perguntas postas pelo investigador (...) e terão de ser testadas, corrigidas e aprofundadas por ele” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 111). Deste modo, foram elaboradas as seguintes hipóteses (H):

H1: A GNR atuou na Bósnia (2007-2010) no contexto das operações de estabilização no termo dos conflitos.

H2: Todas as missões que se encontram definidas no n.º 3 do art.º 4º do Tratado da EGF.

H3: A flexibilidade, mesmo sob um comando militar, evidenciou-se como a principal característica de atuação deste tipo de forças.

H4: Justificou-se a atuação da GNR ao longo de toda a Operação ALTHEA como força constituída.

Formulada a pergunta de partida, posteriores perguntas derivadas e respetivas hipóteses, é importante elencar não só o objetivo geral da investigação, bem como os objetivos específicos associados à mesma.

Estes objetivos são entendidos na sua totalidade como “um enunciado declarativo que precisa a orientação da investigação segundo o nível dos conhecimentos estabelecidos no domínio em questão” (Fortin, 2009, p. 100).

Para a materialização desta finalidade foi estabelecido o objetivo geral da investigação: compreender de que forma a atuação da GNR na Operação ALTHEA contribuiu para a clarificação do papel de uma força *gendarmérie* em situações pós-conflito.

Considerado o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos da investigação (OEI)⁶:

OEI₁ - Definir o conceito de *security gap*.

OEI₂- Enquadrar o conceito de pós-conflito.

OEI₃ - Enquadrar o caso da Bósnia (2007-2010) no contexto das missões de *Petersberg*.

OEI₄ - Avaliar a força da GNR enquanto força do tipo *gendarmérie*.

OEI₅ - Estudar as missões que se devem cumprir para garantir o sucesso da operação, aquando do emprego deste tipo de forças num cenário de pós-conflito.

⁶ Os dois primeiros objetivos apresentam-se como conceitos enquadradores da realidade que se pretende estudar, servem de suporte à investigação.

OEI₆ - Identificar as características e os fatores que distinguiram a GNR neste cenário.

OEI₇ - Analisar a melhor forma de atuação de uma EGF, num cenário de pós-conflito.

No que diz respeito à metodologia de investigação correspondente ao presente trabalho, salientar que primeiramente foram utilizadas as Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação da AM – aprovadas pelo Exmo. Comandante da AM, a 20 de janeiro de 2016 - descritas na Norma de Execução Permanente (NEP) número (n.º) 522/1ª (Academia Militar [AM], 2016). Porém, em determinados conteúdos, as normas referidas não apresentam qualquer preceito concreto, pelo que se definiu em suplementar as suas omissões com instruções exibidas por Sarmiento (2013) e por Quivy e Campenhoudt (2013). No âmbito da produção das referências do trabalho de investigação, as normas APA (American Psychological Association [APA], 2010) foram as definidas com o desígnio de suplementar os conteúdos em que a referida NEP fosse omissa.

No desenrolar da presente introdução concretiza-se o enquadramento da investigação, a apresentação das perguntas da investigação, os objetivos a alcançar e as hipóteses que se pretendem validar/refutar.

Seguidamente, na parte I surge o enquadramento teórico, constituído por três capítulos, nos quais se faz referência às operações de gestão de crises, às forças *gendarmérie* e à Operação ALTHEA em particular.

Consequentemente surge a parte II, constituída por dois capítulos. No primeiro capítulo é explanada a metodologia e os respetivos procedimentos utilizados na recolha dos dados procedentes da realização das entrevistas. No segundo capítulo, são expostos os resultados obtidos, bem como a sua análise e comparação com as diferentes perspetivas abordadas no enquadramento teórico.

Por fim, com base na parte I e parte II, são apresentadas as conclusões, as respostas às perguntas de investigação, é efetuada a verificação/refutação das hipóteses formuladas, são tecidas algumas reflexões finais e apresentados os limites de investigação bem como algumas propostas de investigações futuras.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 1. OPERAÇÕES DE GESTÃO DE CRISES

No presente capítulo faz-se referência às Operações de Gestão de Crises, à doutrina da UE e caracteriza-se ainda o conceito de *security gap*.

1.1. Operações de Gestão de Crises

Primeiramente importa compreender a relação entre as Operações de Apoio à Paz⁷ (OAP) e o conceito das missões de *Petersberg*, no âmbito da Doutrina da UE, com o intuito de integrar a atuação da EGF no domínio das Operações de Gestão de Crise.

Como nota preliminar importa salientar que na presente investigação a noção de operações de gestão de crises irá ser empregue na conjuntura da UE para designar operações, civis e militares, no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD⁸). Assim, na terminologia da ONU⁹ o termo equivalente é o de OAP (Gouveia, 2008).

Desta forma, é de ressaltar que apesar da Operação ALTHEA se ter desenrolado sob a doutrina da UE, a ausência de uma doutrina concreta e objetiva por parte desta Organização relativamente à definição aprofundada das suas missões de *Petersberg*, direcionou o rumo da investigação na perspetiva das OAP no contexto da doutrina da ONU¹⁰, uma vez que considerou como a mais pertinente para o desenvolvimento da mesma.

⁷ Abordadas no Apêndice A.

⁸ A PCSD segundo o n.º 1 do artigo (art.º) 27 do Tratado de Lisboa “faz parte integrante da política externa e de segurança comum. A PCSD garante à UE uma capacidade operacional apoiada em meios civis e militares, que esta pode empregar em missões no exterior a fim de assegurar a manutenção da paz” (Assembleia da República [AR], 2008).

⁹ A Carta das Nações Unidas foi assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945 e, estabeleceu a 24 de outubro daquele mesmo ano a ONU (United Nations, 2017).

¹⁰ Assim, realizou-se um quadro (cfr. Apêndice B) comparativo ao nível das doutrinas das ONU, OTAN e UE, no que respeita às OAP e missões de *Petersberg* (doutrina UE) com o intuito de demonstrar qual a caracterização das diferentes tipologias de OAP que se afigura, no contexto da doutrina UE, com o cenário de pós-conflito descrito na presente investigação.

A União da Europa Ocidental¹¹ (UEO), por seu lado, introduziu semelhante terminologia nos seus documentos, nomeadamente na Declaração de *Petersberg*¹² de 1992 e declarações subsequentes (Viana, 2002).

Contudo, importa destacar que a literatura oficial da UE assentou constantemente no termo de gestão de crises, em detrimento do termo OAP (Dwan, 2004), querendo neste sentido demonstrar que a gestão de crises se estabelece como uma das prioridades da agenda política da UE desde 1999 (Hazelzet, 2006). Segundo Bessa (2011, p. 89) é através destas operações “que é possível à UE demonstrar a sua participação ativa na resolução ou na prevenção de conflitos em determinadas regiões”.

Assim, a área de intervenção política da UE nas operações de gestão de crises com impacto nas suas delimitações fronteiriças ou na segurança internacional foi definida por duas formas de intervenção: a gestão militar de crises¹³ e a gestão civil de crises (Saraiva, 2011).

As Operações de Gestão de Crises encontram-se definidas concretamente no n.º 1 do art.º 43º do Tratado da UE (citado em AR, 2008), baseando-se em: missões de manutenção da paz, missões de forças de combate para a gestão de crises, missões de prevenção de conflitos, missões de restabelecimento da paz, operações de estabilização no termo do conflito, missões humanitárias, ações conjuntas em matéria de desarmamento, missões de assistência em matéria militar, missões de evacuação, missões de aconselhamento.

Considera-se também pertinente atentar que a gestão de crises internacionais não procura suprimir a questão do conflito em si ou da prevenção de crises, na medida em que a noção de conflito é teoricamente muito abrangente, como iremos verificar num dos capítulos posteriores. Deste modo, é de assinalar que a análise do conceito de gestão de crises nos permite observar que esta passou a integrar também a fase de reconstrução pós-conflito, o que de certa forma contribuiu para o alargamento das medidas e instrumentos civis e militares incluídos na concretização destas políticas (Saraiva, 2011).

¹¹ “A UEO foi uma organização de cooperação e defesa que se desenvolveu no âmbito do mesmo quadro jurídico que enformou a NATO, ou seja, o Tratado de Bruxelas de 17 de março de 1948. A UEO foi formalmente extinta em 30 de junho de 2011” (Ministério dos Negócios Estrangeiros [MNE], 2017).

¹² A Declaração de *Petersberg*, foi aprovada pelo Conselho Ministerial da UEO e circunscrevia as missões a cumprir ao quadro de missões de ajuda humanitária e evacuação, de manutenção da paz e de gestão de crises (Esteves, 2016). Disponível em <http://www.weu.int/documents/920619peten.pdf>.

¹³ No presente trabalho de investigação o termo Operações de Gestão de Crises integra esta forma de intervenção, uma vez que a Operação ALTHEA decorreu sob um comando militar.

Para Albuquerque (2009, p. 66) “é de salientar a importância crescente dada ao empenhamento coordenado entre as capacidades militares e as capacidades civis no âmbito das operações de gestão de crises, quer antes, quer durante ou após o conflito”.

É com base nas diferentes perspetivas apresentadas por estes autores que decidimos enquadrar a EGF¹⁴ no domínio das Operações de Gestão de Crises, constituindo-se como uma organização multinacional de forças *gendarmérie* com capacidade e características para atuar em todo o espetro de missões policiais, podendo igualmente atuar em complemento das missões militares associadas às FA.

1.2. Doutrina da UE

Os cenários internacionais envolvidos em questões de segurança incluem a ONU, OTAN, a UE, o Conselho da Europa e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE). A UE, no entanto, optou por direcionar esta vertente no setor da construção de unidades integradas para Operações de Gestão de Crises (Bruggeman, 2011).

Contudo é necessário perceber toda a evolução associada à doutrina da UE, com base nos diversos Conselhos Europeus que se foram sucedendo e se consideram como os mais pertinentes para a presente investigação, no que concerne às Operações de Gestão de Crises (e subsequentemente as suas denominadas missões de *Petersberg*¹⁵) até à presente data. A UE ao longo dos anos 90 encontrava-se com fragilidades políticas e de ação externa, que para Hermenegildo (2010):

“obrigaram a um reequacionar das políticas externas dos Estados, de forma a melhor prosseguirem os seus interesses. A esta situação, a UE não ficou incólume, e viu-se constrangida e na necessidade de criar os seus próprios mecanismos de ação externa”.

Desta forma, a 7 de fevereiro de 1992 dá-se a assinatura do Tratado da UE¹⁶. Este Tratado foi pioneiro a presumir a responsabilidade por parte da UE ao nível da segurança, definindo assim uma política comum de defesa¹⁷ no seu n.º1 do art.º 17º do referido Tratado (Elias, 2011).

¹⁴ Caraterizada no subcapítulo 2.4 do RCFTIA.

¹⁵ “Estas missões foram instituídas pela Declaração de *Petersberg*, adotada na sequência do conselho ministerial da UEO, que teve lugar em junho de 1992, no Hotel de *Petersberg*, na Alemanha” (Elias, 2011, p. 162).

¹⁶ Ou Tratado de Maastricht, derivado da cimeira de Maastricht a 9 e 10 de dezembro de 1991.

¹⁷ É com esta integração no texto do Tratado que se define uma “espécie de guião norteador de ulteriores desenvolvimentos nos domínios da segurança e da defesa lançando, desta forma, as bases para aquilo

O mesmo autor (Elias, 2011) acrescenta que a PESC denominada por segundo pilar, foi assim oficialmente estabelecida pelo Tratado da UE, especificamente no seu Título V, “reforçando a capacidade europeia para intervir em cenários de crise internacionais, criando as condições para uma maior afirmação externa, e para o desenvolvimento de uma nova dimensão de segurança no âmbito desta Política”.

É com o Tratado de Amesterdão¹⁸ a 2 de outubro 1997 que são introduzidas no art.º 17º deste Tratado as denominadas missões de *Petersberg*, mais especificamente e como exposto no Apêndice B: missões de manutenção de paz, missões de forças de combate para gestão de crises, missões de restabelecimento de paz, missões humanitárias e ainda missões de evacuação (Comunidades Europeias, 1997).

Com o Conselho Europeu de Colónia¹⁹ a 3 e 4 de junho do ano de 1999 , procedeu-se à implementação oficial da PESD²⁰ como parte integrante da PESC (Balão, 2012).

Posteriormente, ocorre em dezembro de 2000 o Conselho Europeu de Nice, que através do Tratado de Nice “adormece estrategicamente a UEO (...) e incorpora as funções de gestão de crises, tradicionalmente desempenhadas por esta organização, na própria missão da UE” (Conselho Europeu, 2000).

Todavia, um dos marcos mais importantes para a UE relativamente às questões de segurança, designadamente ao nível da gestão de crises (Pessoa, 2013) surge com o Tratado de Lisboa, assinado a 13 de dezembro de 2007 que “altera, sem os substituir, os tratados da UE e da Comunidade Europeia” (Albuquerque, 2009, p. 94).

Neste contexto, este Tratado exclui a estrutura de pilares (estrutura sem relevância para a presente investigação), em prol da criação da UE e do fortalecimento do seu papel no plano internacional, atribuindo uma maior visibilidade à PESC. Uma das inovações²¹ que também surgiu com este Tratado centrou-se no desenvolvimento da PCSD, em substituição da PESD (Pereira, 2015).

que mais tarde se designaria a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD)” (Ferreira-Pereira, 2007, p. 172).

¹⁸ É neste Conselho Europeu de Amesterdão que a UEO se afirma como colaboradora na evolução da capacidade operacional da UE e como potencializadora das próprias missões de *Petersberg* constituindo-se como o braço armado da UE (Xavier, 2012).

¹⁹ “De facto, pode dizer-se que a partir deste Conselho a componente de segurança e defesa da política externa da UE passou a ser sinónimo de gestão de crises” (Saraiva, 2011, p. 22).

²⁰ A UE passa a abordar questões no âmbito da política de segurança comum que inclui o conjunto das questões referentes à sua segurança, envolvendo a definição progressiva de uma política de defesa comum, o que representa que a PESD se constitui como parte integrante da PESC (Comunidades Europeias, 2002).

²¹ A outra inovação tratou-se da criação do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e do Serviço Europeu para a Acção Externa.

A PCSD²² evidencia as chamadas missões de *Petersberg*, mas alarga o seu espectro a missões de prevenção de conflitos, ações conjuntas em matéria de desarmamento, missões de assistência em matéria militar, missões e aconselhamento e de especial relevância para o desenvolvimento da presente investigação, operações de estabilização no termo do conflito (Hermenegildo, 2008).

1.3. *Security Gap*

Com particular interesse e preponderância para o progresso da presente investigação, importa analisar o conceito de *security gap*. Desta forma, no entender de vários investigadores e especialistas em matéria de gestão de crises, podemos considerar que este tipo de operações requer não só um empenhamento militar, como também um empenhamento policial. Assim, a lacuna existente entre as ações de combate propriamente ditas e o início das missões de reconstrução prolongando-se até à estabilização no termo dos conflitos é apelidado por Brahimí de *security gap* (ver Anexo A) (Brahimi, 2000).

O *security gap* pode, portanto, ser caracterizado pela (Oakley, Dziedzic, & Goldberg, 1998, pp. 8–16):

“ausência de capacidade para exercer a mais básica das funções do Estado, proteger os seus cidadãos. A força multinacional, que tenha a responsabilidade de restaurar a ordem e a lei com justiça, depara-se objetivamente com três²³ *security gaps*: *deployment gap*, *enforcement gap* e *institutional gap*”.

Portanto, na presente investigação e após a caracterização de cada tipo de componentes do *security gap*, estamos em condições de afirmar que após a ordem se encontrar restabelecida iniciamos um período assinalado como pós-conflito, que é possível ajustar à componente do *enforcement gap*.

Ainda no prolongamento da ideia anterior, o preenchimento destes tipos de *security gaps*, requer forças robustas com características militares, mas ao mesmo tempo capazes de executar missões de âmbito policial, podendo assim: ser projetadas com o equipamento militar e desempenhar missões de polícia independentemente do ambiente instável (Jayamaha, Brady, Fitzgerald, & Fritz, 2010). Paralelamente, (Rodrigues, 2007) reforça que:

“nesta fase de transição (...) é necessária a presença de uma força militar, com capacidade de intervenção massiva e de uma força de polícia, a qual se concentra

²² “A Estratégia Global da UE de 2016 define a estratégia subjacente à PCSD, enquanto o Tratado de Lisboa oferece clareza jurídica relativamente a aspetos institucionais, para além de reforçar o papel do Parlamento Europeu. A PCSD foi objeto de importantes alterações estratégicas e operacionais recentemente. Confrontada com os desafios em matéria de segurança e a insistência dos cidadãos em obter mais respostas por parte da UE, a PCSD continua a evoluir” (Parlamento Europeu, 2017).

²³ Cfr. Apêndice C e Anexo A.

sobre a população civil, empenhada na utilização gradual da força, com o objetivo da reposição da lei e da ordem”.

Para Jayamaha et al. (2010) as forças de *gendarmérie*²⁴ destacam-se como um exemplo deste tipo de forças. Bingol (2011) salienta que este tipo de forças possibilitam uma resposta a situações em que as forças civis não têm capacidade para providenciar uma resolução apropriada e onde o empenhamento das FA irá desenvolver um possível risco do uso excessivo da força. Também Alves (2011), Armitage e Moisan (2005), destacam que as forças estritamente policiais ou militares não possuem os equipamentos, a formação e a doutrina indispensável para superar os diferentes níveis de conflitos.

No preenchimento do *security gap*, para Bayley (2001) estes tipos de forças podem desenvolver missões de proteção a refugiados, detenção de criminosos de guerra, proteção de instalações, apoiar os processos eleitorais, recolher informações no âmbito da vertente de investigação criminal, combate ao crime organizado e missões que visem evitar o retaliar do conflito.

Como tal, e num contexto mais restrito de forças *gendarmérie*, a EGF²⁵ tem-se afirmado como uma mais-valia relativamente à realização de missões de polícia no contexto das operações internacionais de gestão de crises e no preenchimento das lacunas que dizem respeito ao *security gap* (Pereira, 2015).

Em síntese, no presente capítulo observou-se o enquadramento do período de pós-conflito no contexto das missões de *Petersberg*, nomeadamente através do Apêndice B, bem como a caracterização do conceito de *security gap* e todas as fases que este incorpora, por forma a integrá-lo neste mesmo período, questão fundamental do presente trabalho de investigação.

²⁴ Caracterizadas no subcapítulo 2.2 do RCFTIA.

²⁵ Organização de forças *gendarmérie* definida no subcapítulo 2.4 deste RCFTIA.

CAPÍTULO 2.

FORÇAS GENDARMERIE

No presente capítulo irá ser apresentada uma breve contextualização das forças do tipo *gendarmérie*, a GNR enquanto uma força deste tipo, a EGF como organização multinacional de forças *gendarmérie* e ainda a caracterização do período pós-conflito.

2.1. Forças *gendarmérie*

Como foi referido anteriormente, é a partir do modelo de forças napoleónico²⁶ que se consegue obter o atual modelo gendármico, o que proporcionou, nos mais diversos países espalhados pelo mundo (ver Anexo B), a possibilidade “de criar as suas próprias *gendarmeries*, corpos especiais com estatuto militar e funções de polícia, a par de outros completamente civis, situação que consubstancia o denominado sistema de dupla componente policial” (C. G. Branco, 2000, p. 108).

No entanto, importa também salientar que para Marczuk (2011) existe um determinado número de forças de *gendarmérie* que contêm particularidades que não provém apenas do modelo napoleónico, mas de uma cultura militar do Império Romano.

Dada esta profusão de *gendarmérie*, surge a necessidade de definir o conceito de forças do tipo *gendarmérie*. Para a presente investigação é apresentado o complemento de duas definições que se consideram como as mais adequadas. Assim, estes tipos de forças podem ser caracterizadas como “organizações de segurança com uma combinação de características e tarefas policiais e militares” (Weger, 2009, p. 7) e ainda pelo “pessoal militar onde a sua principal tarefa era manter a lei e ordem no interior, principalmente nas áreas rurais” (Hoogenboom, 2011, p. 100).

Importa também destacar que as mesmas são dotadas de consideráveis potencialidades e ao mesmo tempo, algumas vulnerabilidades (ver Anexo C).

Segundo Weger (2009), para uma força ser considerada como *gendarmérie*, esta não carece apenas de se constituir como uma parte das forças militares em tempo de paz, uma vez que existem outras características principais, tais como a condição e estatuto militar; o treino, a formação e instrução militar dos seus elementos, a submissão à lei e justiça militar,

²⁶ Segundo François Dieu (citado em Alves, 2010), o modelo é baseado em três ideias principais: a polivalência, a proximidade e a continuidade.

a doutrina, os valores e a disciplina militar inculcada e ainda, a utilização e experiência com o equipamento e armamento militar comum ao das FA.

Para Lutterbeck (2004) nem todas as *gendarmérie* possuem estas características na totalidade (ver Apêndice D). Contudo, hoje em dia a maioria delas apresenta também uma dupla afiliação, quer com o Ministério da Defesa quer com o Ministério do Interior²⁷.

Importa também realçar que tratando-se a EGF de uma organização multinacional de forças *gendarmérie*, como organização, possui características próprias para atuar em cenários internacionais, como irá ser destacado posteriormente no subcapítulo 2.3 do presente RCFTIA.

2.2. A GNR enquanto uma força do tipo *gendarmérie*

O surgimento da GNR provém das mesmas razões que estão na origem das diferentes forças de *gendarmérie* mas não só, isto é, todas elas provinham do mesmo modelo inicial comum (modelo napoleónico) de tal modo que, um caminho idêntico foi seguido por esta instituição (Cabral, 2011).

No entanto, para perceber a origem *gendarmérie* da GNR é necessário recuar até ao ano de 1780, onde se deu a criação de um Corpo de Polícia semelhante à *Maréchaussée*²⁸, com a função de garantir a proteção e segurança de todos os habitantes de Lisboa (Cabral, 2011) e como reforça Rocha (2010, p. 36), ao atuar em “prol do coletivo e dispondo da prerrogativa do legítimo recurso ao uso da força para fazer prevalecer a lei, enquadra-se no conceito de função polícia”.

Por sua vez, dada a ineficácia dos quadrilheiros perante os vários crimes cometidos à época, surge a necessidade de em 1801, criar um corpo militar conhecido com Guarda Real de Polícia (GRP) (Cabral, 2011). Para Silva (2015, p. 208) “foi a GRP a verdadeira precursora da GNR, sendo nela que se iniciaram duas das suas características básicas: a dupla dependência e a sua classificação de Corpo Militar”.

Desta forma, é indispensável encontrar a definição mais adequada para GNR e nada melhor que o previsto no n.º1 do art.º 1º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (LOGNR): “A Guarda Nacional Republicana (...) é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa” (AR, 2007).

²⁷ No caso da GNR, Ministério da Administração Interna.

²⁸ Antecessora da GN Francesa.

Neste sentido, a GNR constitui-se como “uma força com dupla função, a militar e a policial, o que a distingue e a individualiza, quer das outras forças militares (as FA), quer das forças policiais (as polícias civis)” (Branco, 2010, p. 241). Na sequência de uma ideia análoga, para Carlos Alves (2011) a GNR detém os recursos e meios necessários para ser considerada, simultaneamente, quer como uma instituição militar quer como uma instituição policial, onde por vezes possa ser identificada como uma “terceira força”²⁹.

De acordo com algumas características evidenciadas no capítulo anterior no que concerne às forças *gendarmarie* e, abordando-as em particular, também a GNR ostenta os seus pilares basilares e que a tornam não só uma força *gendarmarie* de alguma referência, bem como uma instituição singular a nível nacional. Branco (2010) elenca cinco pilares fundamentais: Dupla Dependência, Justiça e Disciplina Militares, Organização Militar, Condição Militar e Polivalência de Funções.

Com determinada conveniência para a presente investigação, importa também salientar que a GNR possui capacidades e aptidões para cumprir um elevado espectro de diferentes atribuições³⁰ e missões³¹ que podem ser essenciais nas mais diversas situações, desde situações normais em tempo de paz até situações de conflito interno e externo (Cabraal, 2011). Assim, ajustada à sua vertente *gendarmarie*, é da competência da GNR cumprir uma série de missões militares³² que lhe são cometidas, no âmbito da execução da política de defesa nacional.

2.3. European Gendarmerie Force

O crescente número de missões policiais tem motivado a necessidade de unidades de polícia com uma rápida mobilização e a adequabilidade na substituição e reforço das polícias na realização destas missões, o que possibilitou a criação da EGF (Hovens, 2011).

Assim a 8 de outubro de 2003, a Ministra da Defesa francesa, Michèle Alliot-Marie, propôs esta iniciativa numa reunião informal dos Ministros de Defesa europeus, reunidos em Roma³³ (Hovens, 2011).

A EGF é uma organização multinacional composta por sete países membros³⁴ da UE - França, Itália, Holanda, Portugal, Espanha, Roménia e Polónia. Esta organização foi criada

²⁹ Cfr. Anexo D.

³⁰ Cfr. o art.º 3º da LOGNR (AR, 2007).

³¹ Cfr. n.º 1 do art.º 6º do RGSGNR (Ministério da Administração Interna [MAI], 2010).

³² Cfr. art.º 150º do RGSGNR e alínea i), n.º 2 do art.º 3º da LOGNR.

³³ A iniciativa da EGF decorreu da política interna francesa, mas reflete a dinâmica interna da UE e as novas exigências operacionais do século XXI (Armitage & Moisan, 2005).

³⁴ Atentar as determinadas condições no Apêndice E.

pela “Declaração de Intenções³⁵”, assinada a 17 de setembro de 2004 em Noordwijk³⁶, sendo posteriormente assinado o Tratado da EGF³⁷ a 18 de outubro de 2007 em Velsen³⁸, com o objetivo de expandir a capacidade de gestão internacional de crises e de igual forma cooperar no desenvolvimento da PCSD (EGF, 2017).

Após a definição de forças do tipo *gendarmerie* apresentada no subcapítulo 2.1, é pertinente elencar qual a definição adotada no contexto da presente investigação, no que se refere à EGF em particular. O n.º 1 do art.º 1 do Tratado da EGF (EGF, 2007) define este tipo de forças como “operacional, pré-organizada, robusta e rapidamente projetável, constituída exclusivamente por elementos das forças policiais com estatuto militar das Partes, visando assegurar todas as funções policiais no âmbito das operações de gestão de crises”.

Neste sentido, pode ser observada como um instrumento integrado, concebida para realizar missões de polícia nos mais distintos teatros de operações, incluindo teatros desestabilizados, em apoio da UE, da ONU, da OTAN, da OSCE ou de possíveis coligações *ad hoc*³⁹ (EGF, 2017).

Concludentemente, realçar também que através do n.º 3 do art.º 4º do Tratado da EGF, averiguamos que este tipo de forças pode ser empregue em diferentes missões.

2.4. A EGF em situações pós-conflito

“As situações de conflito latente (...) sofrem, por vezes, bruscos agravamentos (...) criando-se então as situações designadas por crises⁴⁰, que, no atual sistema de Relações Internacionais, tem vindo a assumir uma importância crescente. Todas as crises contêm em si a possibilidade iminente da guerra (ver Anexo E), e por isso o seu controlo é uma questão vital” (Martins, 1993, p. 14).

Como preponderante para a investigação é fundamental definir o conceito de conflito. Assim de acordo Lewis A. Coser (citado em Martins, 1993, p. 14) conflito consiste numa

³⁵ Esta declaração “estabeleceu as bases que permitiram o posterior desenvolvimento e assinatura, em outubro de 2007, do Tratado de criação da EGF, documento que define princípios, objetivos, estatuto, organização, modalidades de associação e de projeção da força em operações de gestão de crises” (Esteves, 2015, p. 62). Disponível em <http://www.eurogendfor.org/eurogendfor-library/download-area/official-texts/declaration-of-intent>.

³⁶ Cidade de Noordwijk, no Oeste da Holanda.

³⁷ Disponível em <http://www.eurogendfor.org/files/TRATADO-EGF-Portugues.pdf>.

³⁸ Município de Velsen, na Holanda.

³⁹ Segundo Dicionários Porto Editora (2017): “para isto; para um fim específico”.

⁴⁰ Para o presente RCFTIA a definição que se perspetivou como a mais adequada foi a de Crise Internacional.

“luta por valores, status⁴¹, poder ou recursos, na qual os participantes procuram neutralizar, prejudicar ou eliminar os seus rivais”.

Desta forma é evidente que a natural evolução de um conflito, assumindo-se ou não como uma crise, ocasiona na sua generalidade a guerra. Todavia, dada a complexidade do conceito e as suas inúmeras definições, importa compreender o que é a guerra. A definição que se observou como a mais apropriada para a presente investigação vai de encontro à noção apresentada pelo Tenente-General Abel Cabral Couto (1988, p. 148):

“ato de violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes de poder do adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e azares”.

Após todas as definições apresentadas, importa caracterizar o pós-conflito, uma vez que se edifica como o âmbito de interesse da investigação. Assim, a transição da denominada guerra para o fim pretendido de paz absoluta pode originar situações de elevado risco e fases caracterizadas por uma instabilidade considerável (Pereira, 2015), onde apenas posteriormente a esta se sucede o conflito moderado ou controlado⁴² e continuamente o período de pós-conflito.

“O cenário do pós-conflito é anárquico e de crise institucional⁴³, muito propício à ação da criminalidade dispersa⁴⁴ ou do crime organizado, exigindo a urgente reposição da ordem pública” (Pereira, 2015, p. 32). Desta forma, é neste período que se exige a atuação de uma força de segurança de natureza militar, como previamente caracterizadas, as forças de *gendarmérie*. Hoogenboom (2011) reforça, mencionando que em contextos de pós-conflito, a única força capaz de regularizar a situação, assegurar a assistência humanitária necessária e apoiar no estabelecimento de uma nova autoridade democrática local é uma unidade de forças constituídas do tipo *gendarmérie*.

Similarmente, no âmbito das contemporâneas intervenções militares em situações de conflito de baixa e média intensidade⁴⁵, as forças de *gendarmérie* estabelecem-se com considerável preponderância no complemento das missões das FA, uma vez que, tal como

⁴¹ Do latim status, “estado, condição, posição” (Dicionários Porto Editora, 2017).

⁴² Cfr. Anexo E.

⁴³ Este conceito não se refere ao apresentado anteriormente de Crise Internacional.

⁴⁴ Atualmente o período pós-conflito pode caracterizar-se na sua generalidade pelos seguintes tipos de crime: tráfico de droga, tráfico de armas, homicídios, contrabando, tráfico de mulheres e crianças, roubo, falsificação, fraude e lavagem de dinheiro entre muitos outros crimes realizados por grupos organizados (Hovens, 2011).

⁴⁵ Análogo ao conceito de conflito moderado ou controlado.

referem Armitage e Moisan (2005) a maioria das forças militares não tem formação para intervir diretamente a nível do crime ou da violência civil, em situações pós-conflito.

No contexto da EGF e com base na Declaração de Intenções, esta organização apresenta características próprias como a flexibilidade e interoperabilidade, querendo isto demonstrar que pode ser colocada como subordinada de um comando militar, no caso de um conflito de elevada intensidade ou, como subordinada de um comando civil, pronta a agir autonomamente ou em conformidade com outras forças. Assim, este tipo de organização tem capacidade para intervir nas diversas fases de uma crise⁴⁶ tais como:

1) A fase inicial, executando ações de estabilização e promovendo a ordem e a segurança, podendo ainda se necessário, substituir ou reforçar as fracas ou ausentes forças de polícia locais (EGF, 2017);

2) Durante a fase de mudança, desempenhando a missão que está na sua génese, como parte de uma força militar, contribuindo na cooperação com unidades locais ou forças internacionais de polícia (EGF, 2017);

3) Durante a fase de consolidação, colaborando na translação pacífica de responsabilidades da cadeia de comando militar para a cadeia de comando civil (EGF, 2017).

Intrínseca à sua natureza *gendarmerie*, a GNR, está em condições de atuar neste tipo de cenários de pós-conflito, o que tem sucedido, desde 1995, através de elementos isolados ou unidades constituídas, conforme exposto no Apêndice F (Pereira, 2015).

Em suma, no presente capítulo procede-se ao reconhecimento da GNR enquanto uma força do tipo *gendarmerie* e ao mesmo tempo a sua integração na organização EGF. É ainda descrito e caracterizado o período pós-conflito. Analogamente é também caracterizada a EGF neste período.

⁴⁶ Considerando-se as fases seguintes como parte integrante do conflito moderado ou controlado assinalado anteriormente e consequentemente o período de pós-conflito.

CAPÍTULO 3.

OPERAÇÃO ALTHEA

No que respeita ao presente capítulo procede-se à caracterização da Operação ALTHEA e à IPU da EGF que a integrou, em particular.

3.1. Operação ALTHEA

A primeira operação da EGF, na qual a GNR contribuiu com a sua participação, decorreu no período compreendido entre 22 de novembro de 2007 e 28 de outubro de 2010, na Bósnia-Herzegovina. De acordo com o quadro da UE (EUFOR), esta fez parte de uma IPU. No decorrer da missão, as forças empenhadas cooperaram significativamente para alcançarem um sentimento de segurança na Bósnia-Herzegovina (EGF, 2017). No entanto, importa enquadrar o conflito no âmbito desta Operação ALTHEA e compreender todo o contexto que permitiu que esta operação se pudesse efetivamente realizar.

A guerra na Bósnia-Herzegovina foi a mais grave sucedida na Europa após a Segunda Guerra Mundial. Como resultado:

“mais de 200 000 pessoas perderam a vida, cerca de 20 000 desapareceram e 1,2 milhões foram deslocadas. O país foi dividido segundo critérios étnicos. A guerra fratricida na qual os civis foram o principal alvo, deixou um legado de ódio e medo generalizado” (Organização das Nações Unidas [ONU], 2002).

Foi então que a 10 de novembro de 1995, a República Bósnia-Herzegovina e a Federação Bósnio-Croata chegavam a acordo para a criação da Federação Bósnia-Herzégovina. Consequentemente, apenas dois dias depois, a 12 de novembro, sérvios, bósnios e croatas⁴⁷ formalizavam os pré-requisitos para aquilo que se viria a tornar no Tratado de Paz de Dayton⁴⁸ (Integrated Police Unit [IPU], 2010).

Contudo, é de particular relevo para a presente investigação caracterizar a situação interna vivida na Bósnia-Herzégovina, após a formalização do Acordo de Paz de Dayton e aquando do período em que desenrolou a operação ALTHEA, delimitado no título do presente RCFTIA.

⁴⁷ Cfr. Anexo F - composição étnica em 1995.

⁴⁸ Os acordos de paz entre as partes foram alcançados em Dayton, em novembro de 1995 e o Tratado de Paz foi assinado em Paris, em dezembro do mesmo ano (Almeida, 2003).

A nível político a Bósnia-Herzegovina passou então a constituir-se através de uma República presidencialista tripartida⁴⁹, com um representante bósnio, um croata e um sérvio. Dadas as circunstâncias, o cargo de presidente da Bósnia-Herzegovina passou a ser exercido num sistema de rotatividade por estes três representantes, ocupando cada um o cargo durante 8 meses, ao longo de um mandato de 4 anos de presidência (IPU, 2010).

No que respeita aos seus principais itinerários, o estado destes verificava-se bastante degradado, registando-se ainda a presença, nas vias ou fora destas, de zonas minadas ainda não totalmente identificadas (IPU, 2009).

É fundamental também salientar que ao nível da criminalidade, ainda não é possível à época, dissociar a Bósnia-Herzegovina dos seus criminosos de guerra. O Tribunal Criminal Internacional para a ex-Jugoslávia⁵⁰ (tribunal da ONU), ainda se encontrava estabelecido para julgar todos os crimes⁵¹ que haviam sido cometidos durante as guerras precedentes naquele país (IPU, 2009).

Existiam também na Bósnia associações criminosas com uma prática comum em determinados crimes, tais como: “crimes de furto de viaturas, tráfico de droga e armas, homicídios e assaltos a bancos” (IPU, 2009). Realçar também que a corrupção naquele período, ainda afetava praticamente todo o país, onde por vezes dificultava o controlo dos elementos das forças policiais locais, conotados com algumas destas associações (IPU, 2009).

Relativamente à operação ALTHEA em concreto, esta iniciou-se em dezembro de 2004, tendo a “EUFOR substituído a força de estabilização da OTAN (*Stabilisation Force in Bosnia and Herzegovina* - SFOR), com a missão de implementar os aspetos militares do Acordo de Dayton” (Esteves, 2016, p. 1139). Analogamente a EUFOR era composta inicialmente por uma IPU com cerca de 550 militares, provenientes na sua totalidade da *Arma dei Carabinieri* de Itália (Pessoa, 2013). É importante realçar que após a realização desta substituição de forças, considera-se para a presente investigação que se inicia o período do pós-conflito e a fase do *enforcement gap*, justificado pelo facto de uma força de estabilização da OTAN⁵² ter atuado no termo do conflito.

⁴⁹ Cfr. Anexo F.

⁵⁰ Apenas podia julgar indivíduos, não organizações ou governos e a pena máxima que poderia impor era a prisão perpétua (IPU, 2009).

⁵¹ Crimes como por exemplo: “violações graves das Convenções de Genebra de 1949, violações das leis ou alfândegas de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade” (IPU, 2009).

⁵² *Multinational Specialized Units* (MSU) – doutrina OTAN e o equivalente à IPU, doutrina UE.

Todavia e como referido no início do presente capítulo, a 22 de novembro de 2007 a EGF (a qual a GNR integra), iniciou a sua participação na Operação ALTHEA, da qual resultou a primeira participação, enquanto força constituída e no contexto da UE, numa operação de gestão de crises. Para o desenrolar desta operação, a EGF contribuiu com o Quartel-General⁵³ da IPU⁵⁴ e assumiu a organização pelas contribuições de cada Estado-membro para aquela unidade (Esteves, 2016). Ainda como refere o Coronel Esteves (2016, p. 1139) “a missão desenvolveu-se em três áreas principais: contribuir para a criação de condições de segurança naquele país assistindo na manutenção da ordem pública, apoiar a implementação do Acordo de Dayton e atuar como reserva tática para o Kosovo”. Por sua vez esta IPU detinha de missões próprias (ver Anexo G).

Esta operação constituiu também para a EGF e, uma vez mais na perspetiva do Coronel Esteves (2016, p. 1139) como:

“um teste à sua capacidade de coordenação, particularmente no que respeita às contribuições dos diferentes países⁵⁵, ao apoio do Quartel- General à força projetada e à validade da sua doutrina, nomeadamente da aplicação prática do conceito de *Logistic Lead Nation*⁵⁶”.

Porém, antes de caracterizar a operação em concreto importa compreender este conceito de IPU associado a esta operação em concreto. Desta forma, ao nível da doutrina da EGF mas no quadro da UE, esta estabeleceu que as IPU se constituem como unidades policiais, caracterizadas de acordo com o Conselho Europeu de Santa Maria da Feira e de Nice pela integração de forças robustas, rapidamente projetáveis, flexíveis e interoperáveis, capazes de desempenhar missões executivas de aplicação da lei e preferencialmente destacadas para conflitos não estabilizados, mas dotadas com capacidade para atuar até à fase do pós-conflito (Center of Excellence for Stability Police Units [COESPU], 2005).

Uma IPU deve também possuir as seguintes características: forças estruturadas e disciplinadas, com a sua própria cadeia de comando, técnicas, táticas, procedimentos e um treino comum, com capacidade de desempenhar diferentes missões policiais, capacidade de

⁵³ Localizado em Butmir 2, onde também estavam sediados os militares do Estado-maior (EM).

⁵⁴ A IPU da EGF veio substituir na Operação ALTHEA uma IPU composta na sua totalidade por militares da *Arma dei Carabinieri* de Itália (Esteves, 2016).

⁵⁵ Ao nível dos efetivos projetados e das questões financeiras (Esteves, 2016).

⁵⁶ Segundo Esteves (2016) “na doutrina da EGF, o conceito de *Logistic Lead Nation* prevê que um Estado-membro assuma a responsabilidade de fornecer o apoio logístico à força projetada ou assuma a coordenação das contribuições nacionais. A Itália desempenhou a função de *Logistic Lead Nation* durante o envolvimento da EGF na operação ALTHEA”. Consequentemente, a (EGF, 2009) considera que apenas a *Arma dei Carabinieri* de Itália e a GN de França possuem as capacidades necessárias para desempenhar esta função logística.

force protection, capacidade logística e possuir armamento adequado, equipamentos (se necessário) e viaturas (*Council of The European Union*, 2012).

Quanto a esta IPU⁵⁷ em concreto e com interesse para a investigação, importa destacar que esta se encontrava dotada de todo o armamento, equipamentos e as viaturas necessárias para cumprir todas as missões que lhe estavam designadas, querendo destacar: escudos, bastões, capacetes e máscaras de gás, lançadores de gás lacrimogénio, munições não letais, cinco viaturas blindadas e vinte e três não blindadas. Torna-se necessário salientar que as viaturas blindadas pertenciam, na sua totalidade à GNR, o que se poderia vir a tornar num fator distintivo no cumprimento das suas missões (IPU, 2008).

No contexto da EGF, Portugal contribuiu com militares da GNR, divididos num pelotão de Manutenção de Ordem Pública (MOP), uma equipa de Investigação Criminal (IC), cinco, das trinta e três posições de EM. O comando da companhia de MOP e da unidade de IC (*Specialized Element*) era assegurado num regime de rotação. Ao longo de toda a operação, a GNR empenhou cinco contingentes e deteve ainda funções no âmbito do comando da IPU (Barradas citado em Silvério, 2012).

Em conclusão, no presente capítulo procedeu-se à descrição da IPU da EGF presente na Operação ALTHEA, nomeadamente da sua estrutura, missões atribuídas e determinadas características subjacentes à mesma. Fez-se ainda referência ao caso em concreto da GNR no contexto desta operação. Foi também efetuada uma breve contextualização no que respeita à situação interna observada à época na Bósnia.

⁵⁷ Cfr. Anexo G – Estrutura e missões da IPU.

PARTE II – PARTE PRÁTICA

CAPÍTULO 4.

METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

Conforme referido no capítulo introdutório do presente trabalho de investigação, após finalizado o enquadramento teórico (parte I da investigação), procede-se à descrição da metodologia e procedimentos a adotar no mesmo (parte II da investigação).

Oliveira (2005, p. 28), define metodologia como o “processo onde se aplicam diferentes métodos, técnicas e materiais (...) para a coleta de dados no campo”. Dada a conjuntura do conceito, este incorpora a materialização de procedimentos, caracterizados como “uma forma de progredir em direção a um objetivo” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 22).

O concretizar destes conceitos contribuiu para a formalização da escolha relativamente à recolha de dados, ao instrumento de recolha dos mesmos, à identificação da amostra, à caracterização e análise dos dados alcançados (Oliveira, 2005).

Assim, no presente capítulo é explanada a descrição do método de abordagem utilizado, quanto ao procedimento adotado, o tipo de abordagem utilizada, os modelos e técnicas utilizados na recolha de dados, bem como o local e a data dos mesmos, a composição da amostragem para a recolha destes e ainda os procedimentos e ferramentas de recolha de análise de dados.

4.1. Método de abordagem da investigação e justificação

Relativamente ao método, importa primeiramente contextualizar o seu conceito. Como enaltece Sarmiento (2013, p. 4) o método é paralelamente o “caminho para chegar a um fim”.

Quanto ao método de abordagem à problemática do presente trabalho de investigação, este deteve uma natureza **hipotético-dedutiva**. Karl Popper foi quem propôs o desenvolvimento do mesmo, que assenta na “formulação de hipóteses⁵⁸ (...) que melhor relacionam e explicam os fenómenos” (Sarmiento, 2013, p. 9). Ainda para Quivy e

⁵⁸ Segundo Sarmiento (2013, p. 9) “as hipóteses são testadas, de modo a confirmar quais são as válidas”.

Campenhoudt (2013, p. 144) estas caracterizam-se como “conceitos e indicadores para os quais se terão de procurar correspondentes no real”.

Contudo, antes da formulação de hipóteses é necessário “procurar enunciar o projeto de investigação na forma de uma pergunta de partida”(Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 32). Apenas seguidamente se procede à formulação das mesmas que de certa forma “guiarão o trabalho de recolha e análise de dados e que terão, por sua vez, de ser testadas, corrigidas e aprofundadas” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 111). Como tal foi elaborado um esquema resumo referente à presente investigação (ver em Apêndice G).

É de realçar que no desenvolvimento de uma investigação, existem outros métodos a utilizar e que podem contribuir para uma melhor compreensão das respostas associadas à pergunta de partida. Assim o outro método utilizado foi o **inquisitivo**, “baseado no interrogatório escrito ou oral” (Sarmiento, 2013, p. 8), correspondente no presente trabalho à prossecução dos vários tipos de entrevistas realizadas.

4.2. Método quanto ao procedimento

Na presente investigação, o método adotado quanto ao procedimento foi o **estudo de caso**, que segundo (Fortin, 2009, p. 164) “consiste numa investigação aprofundada de um indivíduo, de uma família, de um grupo ou de uma organização”. Freixo (2012) aponta cinco características essenciais deste procedimento: “sistema limitado; identifica o foco e direção da investigação; é único, específico, diferente e complexo; decorre de um ambiente natural; e o investigador recorre a fontes múltiplas de dados: entrevistas, questionários, registos áudio e vídeo, documentos (...)” entre outros.

Todavia, o estudo de caso realizado no presente RCFTIA é referente à atuação por parte da GNR, enquanto uma força de *gendarmérie*, no decorrer da Operação ALTHEA (entre 2007 e 2010), o que nos leva ao método de estudo de caso tipo prático⁵⁹ (Pardal & Lopes, 2011).

4.3. Tipo de abordagem

No que respeita ao tipo de abordagem, uma investigação pode ser qualitativa, quantitativa ou mista. Para a presente investigação, optou-se pela **abordagem qualitativa**, uma vez que esta se caracteriza por uma abordagem descritiva, com “um vínculo indissociável

⁵⁹ Para Pardal e Lopes (2011) “o estudo de caso tipo prático visa estabelecer o diagnóstico de uma organização ou avaliar uma ação desta”.

entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (Kauark, Manhães, & Medeiros, 2010).

Neste sentido a utilização de métodos e técnicas estatísticas não se constituem como um caminho a seguir, pretende-se sim descrever e compreender de que forma a atuação da GNR na Operação ALTHEA contribuiu para a clarificação do papel de uma força do tipo *gendarmérie* no pós-conflito.

4.4. Modelos e técnicas de recolha de dados

Em consequência do tipo de abordagem mencionado no subcapítulo anterior, torna-se necessário empregar determinados métodos e técnicas de recolha de dados que, segundo (M. J. Sousa & Baptista, 2011, p. 70) “nos permite recolher os dados empíricos que são uma parte fundamental do processo de investigação”.

No entendimento de Sarmiento (2013, p. 27) “para que a informação recolhida no universo informacional seja fiável e os resultados da investigação sejam válidos”, as técnicas, definidas pela mesma autora como “instrumentos científicos, devem ser apropriados”. Logo “a escolha dos métodos de recolha de dados influencia, portanto, os resultados do trabalho de modo ainda mais direto” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 157). Deste modo para a presente investigação recorreu-se a técnicas de recolha de dados como a análise documental e a realização de entrevistas.

4.4.1. Análise documental

A análise documental “é produzida pelo investigador relativamente a fontes primárias, fontes secundárias e fontes bibliográficas que podem ser contemporâneas ou retrospectivas” (Sarmiento, 2013, p. 27). Também Sousa e Baptista (2011) exaltam que esta técnica possibilita não só a descoberta de novos aspetos a tratar, bem como um completar de informações recolhidas por outras técnicas.

Assim, a análise documental compreendeu na sua maioria uma análise de obras científicas (Diretivas, Regulamentos, Tratados) ou relatórios elaborados pelas diversas Organizações Internacionais (OI), como a ONU, OTAN e UE e ainda informações substanciais de outras organizações bem como de vários autores de referência nas demais temáticas a serem abordadas. Consequentemente livros, artigos e textos foram consultados através de bases de dados como a *Elton Bryson Stephens Company* (EBSCO) ou o Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), facultados pela biblioteca da Escola da Guarda (EG) ou ainda por parte do orientador e outros oficiais da GNR.

4.4.2. Entrevistas

O recurso à entrevista constitui-se como uma das técnicas empregues no presente trabalho de investigação. Assim, segundo (Sarmiento, 2013, p. 28) “a entrevista permite explorar um domínio e aprofundar o seu conhecimento através da inquirição presencial”.

Desta forma, primeiramente e após algumas leituras de documentos e artigos no âmbito da temática do trabalho, efetuaram-se entrevistas exploratórias, na medida em que “leituras e entrevistas exploratórias devem ajudar a construir a problemática da investigação, (...) umas e outras são complementares e enriquecem-se mutuamente” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 192).

Posteriormente realizaram-se entrevistas confirmatórias semidiretivas que “em comparação com a entrevista exploratória, o investigador centrará mais a troca em torno das suas hipóteses de trabalho, sem por isso excluir os desenvolvimentos paralelos suscetíveis de as materializarem ou de as corrigirem” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 192). Também segundo Sarmiento (2013, p. 28) “o entrevistador procura obter informações que validem as suas fontes”. Ainda na perspetiva da mesma autora (Sarmiento, 2013, p. 34), ao se caracterizar como semidiretiva, vai permitir ao entrevistado (E) responder “às perguntas do guião pela ordem que entender, podendo também falar sobre outros assuntos relacionados com as perguntas”, originando desta forma a elaboração de um guião⁶⁰.

Posteriormente efetuou-se a validação do mesmo, com o intuito de averiguar que as questões eram “compreensíveis, concisas e lógicas” (Sarmiento, 2013, p. 35) para assegurar o pretendido com os objetivos da investigação. Deste modo a validação foi concretizada pelo Coronel (Cor) de Inf GNR Armando Soares da Costa, pelo MAJ de Inf GNR Jorge Barradas, pelo MAJ Inf GNR Nuno Simões e pelo Tenente (Ten) Inf GNR Nelson Cruz. Esta validação possibilitou a modificação de determinados aspetos como: a) redução do número de questões; b) agrupamento de conteúdos numa questão única; c) reestruturação da sequência das questões para providenciar uma sequência lógica; e, d) remodelação frásica da questão n.º 2.

Após o guião se encontrar definido, procedeu-se à realização do “pré-teste à entrevista definitiva, a pelo menos duas pessoas da amostra” (Sarmiento, 2013, p. 35), designadamente: ao Tenente-Coronel Inf GNR Luís Sequeira e ao MAJ Inf GNR Paulo

⁶⁰ “É um instrumento para a recolha de informações na forma de texto, que serve de base à realização da entrevista propriamente dita” (Sarmiento, 2013, p. 31).

Poiares. De seguida foi composto o guião final (ver Apêndice H) e procedeu-se à elaboração das entrevistas de forma presencial por forma a adquirir o máximo de informação desejada.

A entrevista foi assim organizada com o intuito de observar qual o cenário que caracterizou o ambiente em que se desenrolou toda a Operação ALTHEA, quais as missões e características adjacentes à GNR enquanto uma força de *gendarmérie* que se evidenciaram no cenário de pós-conflito e por fim a análise das diferentes formas de atuação para a GNR, no contexto da EGF.

4.5. Local e data da pesquisa e recolha de dados

No que respeita à recolha dos dados no âmbito da análise documental esta foi realizada, como referido anteriormente, na Biblioteca da EG através das principais bases de dados e ainda com o apoio por parte do orientador e outros oficiais da GNR.

As entrevistas presenciais ocorreram entre o período de 7 de março e 21 de abril de 2017 em diversos locais (ver Apêndice I). Na impossibilidade de uma realização presencial optou-se via telefónica ou pela internet (via Skype), conformes os modos referidos por Sarmiento (2013).

4.6. Amostragem: composição e justificação

Segundo Freixo (2012, p. 182), uma amostra consiste “num conjunto de operações que permitem escolher um grupo de sujeitos ou qualquer outro elemento representativo da população estudada”, algo que sucede na presente investigação com a seleção de um conjunto de indivíduos a entrevistar.

Na perspetiva do mesmo autor (Freixo, 2012) a amostra divide-se em duas categorias: amostragem probabilística e amostragem não probabilística. Para o desenvolvimento da presente investigação adotou-se a amostragem não probabilística, definida como o “processo pelo qual todos os elementos da população não têm a mesma probabilidade de serem selecionados para integrarem a amostra” (Freixo, 2012, p. 183).

Assim Freixo (2012) aponta 4 técnicas que integram este tipo de amostragem não probabilística: amostragem acidental, por quotas, por redes e por seleção racional. Como tal, privilegiou-se a técnica de amostragem por seleção racional na medida em que esta permite ao entrevistador selecionar a sua amostra com base em determinadas características e com o propósito de alcançar os objetivos de estudo (Freixo, 2012).

No que tange às entrevistas confirmatórias, selecionou-se uma amostra constituída por 14 elementos, conforme se pode averiguar no Apêndice I. Assim o critério de eleição dos entrevistados baseou-se concretamente na experiência e nos conhecimentos adquiridos no contexto da atuação da GNR, enquanto força de *gendarmarie* da EGF, no decurso da Operação ALTHEA, entre 2007 e 2010.

4.7. Procedimentos e ferramentas de recolha de análise de dados

Relativamente às técnicas de recolha de dados, para Quivy e Campenhoudt (2013, p. 185) “os métodos de recolha e os métodos de análise são normalmente complementares”. Consequentemente “os métodos de entrevista requerem habitualmente métodos de análise de conteúdo, que são muitas vezes, embora não obrigatoriamente, qualitativos” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 185).

Desta forma, na presente investigação procedeu-se ao emprego de técnicas de análise de entrevistas segundo a metodologia proposta por Guerra (2006) direcionada para a transcrição, leitura, comparação e construção das respetivas sinopses de entrevista. Contudo, previamente à realização das mesmas, foi remetida uma carta de apresentação por forma a proporcionar um envolvimento inicial com o tema (ver Apêndice J). No começo de cada entrevista, foi também solicitada autorização para gravar, com o intuito de uma posterior transcrição e ao mesmo tempo tratamento dos conteúdos obtidos.

As sinopses das entrevistas “são sínteses dos discursos que contêm a mensagem essencial da entrevista e são fiéis, inclusive na linguagem, ao que disseram os entrevistados” (Guerra, 2006, p. 73). Estas sinopses são apresentadas em quadros sustentados no definido pelo mesmo autor, facultando um menor volume material, mas com o garante da mensagem essencial dos entrevistados possibilitando assim a sua comparação.

CAPÍTULO 5.

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No decorrer do seguinte capítulo são apresentados e analisados os resultados obtidos através da realização das entrevistas. No entender de Freixo (2012, p. 214) os resultados “são analisados e apresentados de forma a facultar uma ligação lógica com o objeto do estudo do problema proposto”.

Neste sentido, é concretizada uma análise de conteúdo, bem como a respetiva análise qualitativa categorial às entrevistas.

5.1. Apresentação e Análise das Entrevistas

Após a transcrição na sua totalidade das entrevistas confirmatórias semidiretivas efetuadas à amostra selecionada⁶¹ procedeu-se à sua análise utilizando para o efeito a metodologia referida por Sarmiento (2013).

Desta forma, iniciou-se com a identificação dos segmentos correspondentes a determinados conteúdos das questões, denominados como **unidades de registo**⁶² (UR), utilizando para tal a codificação alfanumérica e cromática das entrevistas (ver Apêndice K.1). Posteriormente foram associadas a estas as respetivas **unidades de contexto**⁶³, procedendo-se à análise do conteúdo por questão (ver Apêndice K.2), o que permitiu a elaboração de várias tabelas correspondentes a cada questão em concreto, com a análise qualitativa categorial das entrevistas, que devido à extensão do número de entrevistas apenas integra as UR, os entrevistados, as **unidades de enumeração**⁶⁴ (UEn) e os resultados alcançados. Esta análise resultou da observação de uma determinada característica presente no conteúdo da entrevista, definindo-se categorias e subcategorias associadas às UR e consecutivamente é efetuado o cálculo da frequência com que a UR é registada.

Os resultados expostos correspondem à concretização das entrevistas efetuadas segundo o guião final (Apêndice H). Como tal, são elaborados comentários e observações alusivos aos resultados e dados obtidos.

⁶¹ Cfr. Apêndice I.

⁶² Estas caracterizam-se como afirmações comparáveis, que possibilitam efetuar ligações entre respostas (Sarmiento, 2013).

⁶³ “São segmentos do texto que contem as unidades de registo” (Sarmiento, 2013, p. 54).

⁶⁴ As unidades de enumeração “são aritméticas e contam o número de vezes que se repete a unidade de registo (as frases) numa entrevista e/ou várias” (Sarmiento, 2013, p. 54)

5.1.1. Apresentação e Análise da questão n.º 1

Primeiramente e no que concerne à questão (Q) n.º 1: “Qual o cenário encontrado aquando da chegada à Bósnia?”, conclui-se que dez dos catorze entrevistados consideram que o cenário que encontraram se encontrava estabilizado, onde o E4 e o E6 reforçam com a ideia de que a paz já se encontrava restabelecida.

Quadro n.º 1 - Apresentação e análise da questão n.º 1

UR	Entrevistados														UEn	Resultado
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14		
Q1 - Qual o cenário encontrado aquando da chegada à Bósnia?																
1.A.1	X	X		X	X	X		X	X	X	X	X			10	10/14
1.A.2			X		X						X				3	3/14
1.A.3							X						X	X	3	3/14
1.A.4						X	X		X	X		X		X	6	6/14
1.A.5	X		X												2	2/14

Contudo importa também observar que seis dos catorze entrevistados refere que ainda existia um clima de alguma tensão fruto da criminalidade existente naquele país, devido nomeadamente e, segundo o E7 às “organizações criminosas que operavam naquele país” o que pressuponha assim para o E9 uma “criminalidade organizada muito forte”.

Podemos também observar que para ambas as unidades de registo (1.A.2 e 1.A.3, respetivamente), três dos catorze entrevistados consideram que estávamos perante um “cenário de transição já bastante avançado” (E3) e ao mesmo tempo o cenário era caracterizado por um ambiente “relativamente pacífico e calmo” (E14).

De ressaltar que apenas dois dos catorze entrevistados mencionou que o cenário necessitava bastante, do “apoio das forças multinacionais” (E3), onde o E1 reforça que “ainda havia algumas missões a concluir que estavam atribuídas à IPU da EGF”.

5.1.2. Apresentação e Análise da questão n.º 2

Quanto à Q2: “Na sua opinião, como enquadra o *security gap*, no contexto da Operação ALTHEA?”, podemos verificar que existe uma relativa uniformidade em dois dos quatro resultados obtidos.

Quadro n.º 2 - Apresentação e análise da questão n.º 2

UR	Entrevistados														UEn	Resultado
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14		
Q2 - Na sua opinião, como enquadra o <i>security gap</i>, no contexto da Operação ALTHEA?																
2.A.1		X	X			X		X					X		5	5/14
2.A.2				X			X		X						3	3/14
2.A.3					X			X		X	X	X		X	6	6/14
2.A.4	X														1	1/14

Assim, destaca-se que seis dos catorze entrevistados considera que o período denominado como *security gap* no contexto da Operação ALTHEA se caracterizou por um período de transição entre o empenhamento das FA e das forças de polícia civil. Como refere o E12 “era uma fase de transição já na sua parte final entre aquilo que foi a atuação das FA e aquilo que viria a ser a atuação na sua plenitude das forças de polícia civil”.

Podemos de igual forma observar que cinco dos catorze entrevistados também refere que este conceito se caracterizou principalmente pelas lacunas existentes ao nível da segurança. O E13 refere que “existia um fosso, ao nível da segurança” e onde o E2 corrobora, mencionando que “existiam na Bósnia várias lacunas encontradas ao nível da segurança nas diversas áreas de intervenção e atividades”.

Destacar ainda que três dos catorze entrevistados alude à diminuição do efetivo associado às FA para caracterizar o *security gap* no contexto da Operação ALTHEA. Ainda assim para o E7 a “Operação ALTHEA já não tinha necessidade de ter tanto número de militares associados às FA”.

É de relevo salientar também que um dos catorze entrevistados considera que o conceito de *security gap* não se enquadra nesta Operação ALTHEA, destacando que o “*security gap* de uma forma simples, é quando não existe ninguém a desempenhar missões policiais, ou quando as polícias locais não são confiáveis, ou de alguma forma não estão habilitadas para o desempenhar com distinção das missões policiais, o que no caso em concreto da Bósnia não se verificou” (E1).

5.1.3. Apresentação e Análise da questão n.º 3

De acordo com a Q3: “Quais as missões que uma força gendarmerie deve desempenhar para preencher o *security gap*?”, verifica-se que existe uma igualdade relativamente aos resultados obtidos nas UR 3.A.1 e 3.A.6.

Quadro n.º 3 - Apresentação e análise da questão n.º 3

UR	Entrevistados														UEn	Resultado
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14		
Q3 - Quais as missões que uma força gendarmerie deve desempenhar para preencher o <i>security gap</i>?																
3.A.1		X		X		X			X			X	X		6	6/14
3.A.2			X												1	1/14
3.A.3					X						X				2	2/14
3.A.4			X							X					2	2/14
3.A.5						X			X			X		X	4	4/14
3.A.6				X	X	X	X	X			X				6	6/14

Desta forma, podemos observar que seis dos catorze entrevistados refere que uma força gendarmerie deve desempenhar todas as missões de natureza policial com o intuito de preencher o denominado *security gap*. Podemos observar tal facto através do E4 quando refere como resposta “todas as missões de natureza minimamente policial”, completando esta ideia com o E6 que destaca “que as FA não têm competência para desenvolver este conjunto de missões”.

Ao mesmo tempo, também seis dos catorze entrevistados destaca a MOP como uma das missões principais a ser desenvolvida para preencher o *security gap*. Para o E11 e E8 respetivamente “é fundamental a questão da OP”, uma vez que as forças gendarmerie “são capazes de desempenhar funções especializadas” nesta vertente fruto da sua “formação, estão habilitadas e capacitadas e treinam diariamente” (E4).

Consequentemente também quatro dos catorze entrevistados refere as missões de *mentoring, monitoring and advising* (MMA) como missões relevantes a desempenhar. Segundo o E12 “MMA às polícias locais é importante”.

Realçar também que para as UR 3.A.3 e 3.A.4 também existe uma igualdade nos resultados obtidos na medida em que dois dos catorze entrevistados, em ambas as UR, refere as missões próprias do pós-conflito e ainda o apoio às autoridades locais, respetivamente, como missões essenciais a serem desenvolvidas. O E5 e o E11 destacam como missões próprias do pós-conflito o “patrulhamento, utilização das SWAT team” (E5), bem como uma vez mais o “patrulhamento, segurança das infraestruturas, proteção dos direitos humanos, IC” (E11). Relativamente à UR 3.A.4, o E10 enaltece que este tipo de forças “deve-se assumir com uma força de polícia com estatuto de *gendarmérie*, mas em apoio às autoridades locais”.

De ressaltar que apenas um dos catorze entrevistados aponta como importante “garantir a segurança das populações, com todas as missões que o quadro do estado em causa exigir” (E3).

5.1.4. Apresentação e Análise da questão n.º 4

No que respeita à Q4: “Na sua opinião, quais foram as missões da GNR que mais se evidenciaram num cenário de pós-conflito?”, é totalmente perceptível que a amostra selecionada, praticamente na sua totalidade (treze dos catorze entrevistados) aponta a IC como a missão que mais se evidenciou no cenário de pós-conflito.

Quadro n.º 4 - Apresentação e análise da questão n.º 4

UR	Entrevistados														UEn	Resultado
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14		
Q4 - Na sua opinião, quais foram as missões da GNR que mais se evidenciaram num cenário de pós-conflito?																
4.A.1		X			X		X			X			X	X	6	6/14
4.A.2	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	13	13/14
4.A.3	X		X	X				X							4	4/14

4.A.4								X						1	1/14
4.A.5				X	X			X		X	X	X	X	7	7/14
4.A.6	X						X							2	2/14

O E10 particulariza todas as missões em que a IC se evidenciou e de certa forma se apresentam como bastante pertinentes: “apoio às polícias locais no âmbito da procura, detenção e entrega às autoridades judiciais de *Persons Indicted for War Crimes* (PIFWC – Pessoas Indiciadas por Crimes de Guerra); apoio às polícias locais no âmbito da investigação de crimes de Guerra; apoio às polícias locais no âmbito da investigação de criminalidade local de âmbito complexo; apoio às polícias locais no âmbito da investigação de crimes transnacionais”.

Podemos também observar que metade dos entrevistados (sete dos catorze) refere as ações de reconhecimento e patrulhamento efetuadas ao longo de toda a Operação ALTHEA como as missões a destacar. O E14 destaca-a como “uma missão muito concreta e talvez a mais importante” no sentido da “monitorização da população e controlo da sociedade através das *lot houses*”, o que permitiu segundo o E13 “conhecer o território rapidamente”.

Desta forma, realçar também que seis do catorze entrevistados indicou a missão da formação e treino como a mais relevante, destacando, segundo a E2 a “formação e treino conjunto com as Forças Policiais de Intervenção da Bósnia-Herzegovina” na medida em que para o E7 esta componente se constituía como “fundamental na formação das forças de segurança locais”.

Contudo ressaltar que quatro dos catorze entrevistados aludem à MOP “porque os efetivos que a GNR projetou eram altamente especializados” (E4).

Importa realçar também, que dois dos catorze entrevistados consideraram a implementação dos acordos de paz como uma das missões que mais se evidenciaram neste contexto de pós-conflito. O E1 considera que uma das três missões principais que evidencia, respeita à “implementação do Acordo de Paz”.

Ressaltar ainda que apenas um dos quinze entrevistados destacou como a principal missão o facto de “estar preparado para apoiar a policial local sempre que fosse necessário” (E9).

5.1.5. Apresentação e Análise da questão n.º 5

Relativamente à Q5: “Na sua opinião que fatores distinguiram a GNR no cumprimento destas missões?”, podemos identificar que mais de metade dos entrevistados

(nove dos catorze) menciona a experiência anteriormente adquirida em missões internacionais como o fator distintivo no cumprimento das missões referidas na pergunta anterior.

Quadro n.º 5 - Apresentação e análise da questão n.º 5

UR	Entrevistados														UEn	Resultado
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14		
Q5 - Na sua opinião que fatores distinguiram a GNR no cumprimento destas missões?																
5.A.1	X			X		X	X	X	X		X		X	X	9	9/14
5.A.2		X		X			X				X	X	X	X	7	7/14
5.A.3					X						X	X			3	3/14
5.A.4			X					X					X		3	3/14

Como tal o E4 menciona que “os militares portugueses foram seleccionados dentro dos melhores que íamos tendo (experiência e verdadeiramente especialistas), que vai ao encontro com o que refere o E11, que aponta como “fator distinto comparativamente as outras forças” a nossa “vasta experiencia em missões internacionais”. O E8 complementa, referindo que “da experiência que vivenciei na Bósnia foi-me permitido observar que a GNR se encontra bem treinada e preparada para este tipo de missões”.

Podemos observar também que metade dos entrevistados (sete dos catorze) refere como fator distintivo a melhor capacidade ao nível de viaturas, equipamentos e armamento. O E12 expõe que nos encontrávamos “mais bem preparados e equipados para aquela operação em concreto”, reforçando o E13, com a particularidade de que “só nós é que tínhamos viaturas blindadas”. De uma forma geral e neste contexto, o E2 caracteriza a presença da GNR na Bósnia-Herzegóvina pela posse “de equipamento e armamento militar comum ao das FA”.

Destacar ainda que existe uma igualdade no que respeita às UR 5.A.3 e 5.A.4, uma vez que em ambas, três dos catorze entrevistados refere a capacidade de autossustentação individual e o carácter social, respetivamente, como fator distintivo no cumprimento das missões. Deste modo e relativamente à UR 5.A.3 o E5 refere que tínhamos capacidade para “continuar sempre a operação (...) sem que as condições logísticas ou administrativas

condicionem o nosso desempenho”. No âmbito da UR 5.A.4 o E3 evidencia que “no caso da GNR, notam-se a este nível, características distintivas, ao nível social que facilitam a interação com as forças locais e populações”.

5.1.6. Apresentação e Análise da questão n.º 6

No que concerne à Q6: “Quais as características da GNR, enquanto uma força de *gendarmerie*, que se evidenciaram na Operação ALTHEA num cenário de pós-conflito?”, conseguimos identificar que aproximadamente toda a amostra (doze dos catorze entrevistados) considera que as características militares foram as que mais se evidenciaram no desenrolar desta operação no cenário de pós-conflito.

Quadro n.º 6 - Apresentação e análise da questão n.º 6

UR	Entrevistados														UE	Resultado
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14		
Q6 - Quais as características da GNR, enquanto uma força de <i>gendarmerie</i>, que se evidenciaram na Operação ALTHEA num cenário de pós-conflito?																
6.A.1	X	X		X	X			X	X		X	X	X		9	9/14
6.A.2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			X	12	12/14
6.A.3			X			X	X					X	X	X	6	6/14

O E10 descreve estas características como “o estatuto militar; o treino, formação e educação militar dos seus elementos; sujeição à lei e justiça militar; doutrina e valores militar”. O E14 complementa esta ideia através da “nossa forma de estar, a nossa postura” sendo esta que “nos distingue de sermos militares”. Reforça ainda que possuímos uma “formação militar muito positiva” e “a nossa cultura militar também nos diferencia”.

Podemos também observar que manifestamente mais de metade dos entrevistados (nove em catorze) considera a flexibilidade como uma característica também a destacar. Para o E5, no contexto da GNR, “conseguimos ter essa flexibilidade que nos permite compreender a linguagem da parte militar e temos também depois procedimentos da parte mais policial, o que se afigura como uma grande vantagem”. O E2 realça que é a flexibilidade que permite “que este tipo de forças possam ser colocadas como subordinadas de um comando militar (...) ou, como subordinadas de um comando civil”.

De ressaltar também que seis dos catorze entrevistados refere a disciplina como uma característica importante enquanto força *gendarmérie*, destacando o referido pelo E7, que “numa fase pós-conflito é também importante a disciplina”, ao mesmo tempo que o E14 indica que esta se reflete “no saber estar em grupo”.

5.1.7. Apresentação e Análise da questão n.º 7

Quanto à Q7: “**Que vantagens trouxe a capacidade de atuar sob um comando militar nesta operação em concreto, numa fase pós-conflito?**”, podemos observar que existe uma ligeira uniformidade nos resultados obtidos na UR 7.A.1 e 7.A.2. No entanto importa salientar que mais de metade dos entrevistados (oito dos catorze) destaca que a maior vantagem de ter atuado sob um comando militar nesta Operação ALTHEA se evidenciou nas características comuns existentes entre a IPU (composta por forças *gendarmérie*) e o seu comando militar (EUFOR).

Assim para o E6 “igual cultura e semelhante estrutura constitui uma vantagem”, onde o E3 complementa com “falam a mesma linguagem e detêm características comuns”. O E13 enaltece que o “facto do comando militar faz nos levar aquilo que é a nossa natureza (...) enquanto força *gendarmérie*”.

É de igual forma importante atentar que seis dos catorze entrevistados refere que a vantagem de atuar sob um comando militar proporcionou uma fácil integração por parte das forças *gendarmérie* nesta operação.

Quadro n.º 7 - Apresentação e análise da questão n.º 7

UR	Entrevistados														UE	Resultado
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14		
Q7 - Que vantagens trouxe a capacidade de atuar sob um comando militar nesta operação em concreto, numa fase pós-conflito?																
7.A.1	X	X	X			X	X			X		X	X		8	8/14
7.A.2	X		X			X		X	X					X	6	6/14
7.A.3				X	X						X			X	4	4/14

Como tal o E8 salienta que “a vantagem foi a fácil integração de capacidades e missões atribuídas à missão em geral, que facilitou muito a integração em missões conjuntas

e combinadas”, o que se deveu segundo o E6 à “nossa relação, ao respeito pela estrutura hierárquica”.

Importa ainda demonstrar que quatro dos catorze entrevistados faz referência à agilização de procedimentos como a principal vantagem de atuar sob um comando militar no decorrer da Operação ALTHEA. Assim para o E11 o “facto de estarmos sob o comando militar, permitiu que este soubesse quais as missões que nós podíamos desempenhar” o que ao mesmo tempo permite, segundo o E4 a inexistência de “zonas de sombra ou de dúvida”, isto é, “os comandos militares não têm problemas em decidir”.

5.1.8. Apresentação e Análise da questão n.º 8

De acordo com a Q8: “Qual a melhor forma de atuar num cenário de pós-conflito, enquanto força *gendarmérie*?”, conseguimos analisar a existência de uma uniformidade nos resultados obtidos relativamente às UR 8.A.1 e 8.A.3. Contudo é essencial evidenciar que metade dos entrevistados (sete dos catorze) considera que a melhor forma de atuar num cenário pós-conflito é como força constituída.

Quadro n.º 8 - Apresentação e análise da questão n.º 8

UR	Entrevistados														UE	Resultado
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14		
Q8 - Qual a melhor forma de atuar num cenário de pós-conflito, enquanto força <i>gendarmérie</i> ?																
8.A.1	X	X			X				X	X					5	5/14
8.A.2		X	X	X		X			X	X				X	7	7/14
8.A.3							X	X	X		X	X			5	5/14
8.A.4	X					X					X		X		4	4/14

Assim para o E10 “se pretendermos participar de uma forma mais incisiva e presente, com um maior índice de proteção, naturalmente que deverá ser na modalidade de Força

Constituída. Desta forma a presença institucional e até nacional fica mais vinculada. Podem ainda ser cumpridas diversas missões que de outra forma não seria possível realizar. Pelo contrário, uma força não constituída tem capacidades muito limitadas e o leque de abrangências cinge-se apenas a um pequeno conjunto de missões”.

Apenas como complemento desta ideia abrangente, o E4 refere que esta “é a grande mais-valia das forças *gendarmarie* e onde elas podem ser potenciadas” e, o E14 reforça que “fazemos a diferença como força constituída”.

Por outro lado, importa também observar que cinco dos catorze entrevistados refere que a forma de atuar depende do tipo de operação. O E5 considera que “nós estamos preparados para atuar nestes 2 tipos de atuações. Estamos capacitados para atuar num cenário de forças constituídas e ao mesmo tempo como força não constituída”. O E1 acrescenta ainda que “depende das missões que podem ser atribuídas, do caráter das operações, se tem poderes executivos ou não tem poderes executivos”.

Ao mesmo tempo, importa de igual forma atentar, como já foi supracitado, que também cinco dos catorze entrevistados menciona que a melhor forma de atuar se prende com aquela que o cenário exigir. Para o E12 “num cenário de pós-conflito, depende do tipo de pós-conflito que encontrarmos”, uma vez que na perspetiva do E9 “este pode ter características diferentes, varia de cenário para cenário”. Porém, o E7 salienta que “relativamente à Bósnia” considera que foi “o modelo ideal”.

De ressaltar ainda que quatro dos catorze entrevistados atentam que ambas possuem as suas mais-valias aquando do seu emprego. Na perspetiva do E13 a atuação “devia passar sempre pelas duas vertentes” e “sendo a GNR uma força de segurança com estatuto militar, encaixa bastante bem em qualquer uma das duas” (E6).

5.1.9. Apresentação e Análise da questão n.º 9

Relativamente à Q9: “**Quais as vantagens e desvantagens de atuar como força constituída para as restantes operações já realizadas pela GNR?**”, podemos observar que no contexto específico das vantagens, notoriamente a maioria (dez dos catorze entrevistados) salienta a interoperabilidade entre as forças como a principal vantagem de ter atuado como força constituída.

Quadro n.º 9 - Apresentação e análise da questão n.º 9

UR	Entrevistados	UE	Resultado
----	---------------	----	-----------

	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14		
Q9 - Quais as vantagens e desvantagens de atuar como força constituída para as restantes operações já realizadas pela GNR?																
9.A.1	X		X				X	X	X	X	X	X	X	X	10	10/14
9.A.2		X		X	X					X					4	4/14
9.A.3	X			X	X	X					X	X	X	X	8	8/14
9.A.4	X					X					X	X	X	X	6	6/14
9.B.1		X		X		X	X		X	X			X		7	7/14
9.B.2				X		X					X	X	X	X	6	6/14
9.B.3	X	X			X		X			X					5	5/14

Assim para o E12 esta operação em concreto permitiu “testar a interoperabilidade da atuação conjunta das forças *gendarmarie*”. Consequentemente também o E8 evidencia “a oportunidade que uma subunidade de escalão pelotão teve de efetuar treinos e desempenhar operações com outras forças de *gendarmarie* e, de trazer essa experiência para a sua Unidade permitindo melhorar a interoperabilidade com outras forças”. Como complemento o E3 destaca que o “modelo EGF constitui um modelo com muitas virtudes para a intervenção num cenário pós-conflito”.

Podemos também destacar que sensivelmente mais de metade dos entrevistados (oito dos catorze) evidencia a possibilidade proveniente desta operação para o desenvolvimento e concretização de doutrina associada à EGF, isto é, num contexto exclusivo da atuação conjunta das forças *gendarmarie* nas suas diversas valências (como exemplo maior a vertente da OP), mas não só. Para o E6 “existiu a preocupação de tentar uniformizar os procedimentos ao nível da OP”, onde naturalmente “noutras operações isto nunca aconteceu”. Numa outra perspetiva, o E1 também atenta que esta Operação permitiu testar “pela primeira vez um conceito de *Logistic Lead Nation* (...) outra questão muito positiva e que funcionou muito bem”.

De igual forma, salientar também que seis dos catorze entrevistados aponta que a grande vantagem de nos integrarmos como força constituída nesta Operação ALTHEA, veio permitir que nos estabelecêssemos como uma força de reserva tática para o conflito no Kosovo, caso fosse necessário. O E11 menciona que “fomos para a Bósnia, mas éramos uma força que estava em prontidão de reserva para o Kosovo”.

Referir ainda que quatro dos catorze entrevistados evidencia a multiculturalidade como a grande vantagem proveniente da atuação como força constituída ao longo desta Operação ALTHEA. O E4 destaca que “numa missão internacional onde vivíamos lado a lado com cristãos, muçulmanos, ortodoxos, entre outros, tínhamos que ter uma grande capacidade de aculturação de compreensão do outro, de culturas completamente diferentes que acabou por ser uma mais-valia e em termos de experiência pessoal e profissional para os militares acabou por ser significativamente uma mais-valia”. O E5 também considera que “este conceito de multinacional tem bons indicadores”.

No âmbito das desvantagens, podemos observar que metade dos entrevistados (sete dos catorze) considera que o facto da GNR se constituir como uma força *gendarmarie* nesta operação em concreto, associado ao facto de integrar uma IPU, não permitiu que existisse uma visibilidade internacional do trabalho por esta desenvolvido, a um nível individual. O E9 salienta que “o objetivo era a EGF ser reconhecida na sua primeira missão e não a GNR” complementando o E10, que considera limitada a “visibilidade internacional do trabalho desenvolvido pois estávamos sob a égide da EGF”.

Contudo, também seis dos catorze entrevistados refere que o carácter moral e técnico das nossas forças quando comparado com as outras forças presentes nesta Operação ALTHEA, enfatizou uma desvantagem naquilo que poderia ter sido uma melhor atuação conjunta destas forças. Assim segundo o E4 “noutras forças por vezes alguns elementos tinham entrado no pelotão para ir para a operação, não eram elementos que todos os dias treinassem OP. Não são totalmente especializados, não foi uniforme em toda a missão”, o que poderá ter resultado na perspetiva do E6 num “menor profissionalismo/menor empenhamento por parte de outras forças comparativamente com as nossas forças”. Também o E14 considera que na sua perspetiva “éramos mais dinâmicos, mais eficientes na forma de trabalhar”.

Como término das desvantagens, importa também ressaltar que cinco dos catorze entrevistados refere que língua foi uma desvantagem no desenrolar da Operação ALTHEA. Para o E2 “a questão da língua é uma barreira por vezes difícil de ultrapassar (Portugal, Espanha, Itália, França, Holanda, Turquia, Roménia e Hungria), nem todos falam inglês”. O E1 acrescenta que na prática, por vezes, “somos confrontados com pessoas com um fraco domínio da língua inglesa e que lhes dificulta muito compreender a sua missão”.

5.1.10. Apresentação e Análise da questão n.º 10

Por fim, e no que diz respeito à última questão, Q10: “**Que valências considera que poderiam ter sido importantes na Operação ALTHEA num cenário de pós-conflito?**”, podemos observar que existem uma grande disparidade nos resultados obtidos, não se destacando maioritariamente nenhuma valência em particular.

Quadro n.º 10 - Apresentação e análise da questão n.º 10

UR	Entrevistados														UE	Resultado
	E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	E 6	E 7	E 8	E 9	E 10	E 11	E 12	E 13	E 14		
Q10 - Que valências da GNR considera que poderiam ter sido importantes na Operação ALTHEA num cenário de pós-conflito?																
10.A.1	X				X				X	X	X				5	5/14
10.A.2				X								X		X	3	3/14
10.A.3		X	X			X	X						X	X	6	6/14
10.A.4				X			X								2	2/14
10.A.5							X					X		X	3	3/14
10.A.6								X							1	1/14

Contudo importa destacar que seis dos catorze entrevistados evidenciou a vertente dos Grupo de Intervenção Proteção e Socorro (GIPS) como uma vertente importante que poderia ter sido empenhada nesta operação em concreto no cenário de pós-conflito. Portanto na perspectiva do E13 “neste caso justificava-se a vertente Nuclear, Radiológica, Biológica e Química (NRBQ), dadas as circunstâncias do país. Primeira fase é identificarmos o que está mal em termos de segurança, que é o facto de detetarmos e isolarmos e pudermos tratar essas matérias que podem ser nocivas não só para o ambiente como para as pessoas, e os GIPS tem essas valências todas”. Também o E6 complementa, salientando que “houve a utilização de armas pesadas e podem existir problemas de estruturas, onde haverá sempre situações no âmbito da proteção e socorro”.

Consequentemente os resultados obtidos demonstram que cinco dos catorze entrevistados não revelaram qualquer valência específica como importante a projetar nesta operação em concreto. Esta resposta surge, uma vez que segundo o E5 “o objetivo principal

ainda é manter e garantir a segurança da população”. Também o E11 corrobora com a mesma ideia, referindo que “num cenário pós-conflito e garantindo que as causas do conflito estão resolvidas, que não há destabilização a nível interno, emergem prioridades, estamos a falar da população, criar condições e infraestruturas para depois o país desenvolver”. O E1 sintetiza, referindo que “tudo aquilo que a EGF pediu à GNR, a GNR colaborou”.

Ao mesmo tempo, existe também uma igualdade nos resultados obtidos relativamente às UR 10.A.2 e 10.A.5 onde em ambas, três dos catorze entrevistados refere a vertente *Explosive Ordnance Disposal* (EOD) e a valência Grupo de Intervenção Cinotécnica (GIC), respetivamente. Assim o E4 justifica a sua opção pela UR 10.A.2 já que a Bósnia se apresentava como o “país do mundo que tem um maior número de minas por metro quadrado”. Por sua vez o E12 menciona a sua opção pela UR 10.A.5 através da valência “cinotécnica, em apoio das buscas e investigações realizadas pela IC”.

É importante também referir que dois dos catorze entrevistados mencionaram a vertente do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) como uma possibilidade para esta operação e subsequentemente este cenário de pós-conflito, justificado pelo E7 através do facto da natureza e o ambiente serem “cada vez mais uma preocupação global”, portanto “a especialidade como a natureza é sem dúvida uma mais-valia, numa fase posterior no pós-conflito”. O E4 opta pelo “âmbito do MMA”, no sentido de que “alguns países estão subdesenvolvidos nestas matérias”.

Para terminar, ressaltar que apenas um dos catorze entrevistados mencionou a vertente da cibersegurança como uma potencial mais-valia para esta operação em concreto.

5.2. Discussão dos resultados

Finalizado o enquadramento teórico, consequente análise documental e a respetiva apresentação e análise dos resultados das entrevistas, importa agora relacionar e discutir os conteúdos apresentados na revisão de literatura com os resultados obtidos nas entrevistas efetuadas.

5.2.1. Cenário e o conceito de *security gap*

No que respeita ao cenário encontrado aquando da chegada à Bósnia, conseguimos observar que grande parte dos entrevistados mencionou que o mesmo já se encontrava estabilizado, isto é, a paz já se encontrava restabelecida. Contudo, uma parte considerável dos entrevistados também salienta que ainda existia alguma tensão fruto da criminalidade presente naquele país.

Contextualizando os resultados obtidos através dos entrevistados e de acordo com o referido no **subcapítulo 2.4**, quer por Lewis A. Coser (citado em Martins, 1993), quer pelo Tenente-General Abel Cabral Couto (1988), como também por Pereira (2015) é perceptível que o mesmo não se enquadra nem no conceito de conflito (moderado ou controlado), nem no conceito de guerra, nem ainda nas situações de elevado risco que podem originar uma instabilidade considerável, supramencionadas respetivamente pelos mesmos. Desta forma é evidente que o cenário encontrado era claramente um cenário de pós-conflito.

Neste sentido, podemos corresponder a atuação de forças de *gendarmarie* neste tipo de cenário, tal como salienta Hoogenboom (2011) no subcapítulo indicado no parágrafo anterior. Sucessivamente também podemos verificar que no livro *European Gendarmerie Force* (2017) se faz referência à atuação das forças que constituem esta organização (EGF), no âmbito da última fase de uma crise, denominada como a fase consolidação, à qual se considera parte integrante do período de pós-conflito. No contexto em particular da GNR, é Pereira (2015) que alude à natureza *gendarmarie* da mesma, para a destacar como um tipo de força capaz de atuar por completo neste período.

Quanto ao enquadramento do conceito de *security gap* no âmbito da Operação ALTHEA, verifica-se que sensivelmente mais de uma terça parte dos entrevistados considera o período que decorreu ao longo desta operação, como um período de transição entre o empenhamento das FA e das forças de polícia civil. Este resultado vai de encontro ao conceito de *security gap* apresentado por Brahimi (2000) no **subcapítulo 1.3** do presente RCFTIA. Porém, pode existir uma certa dificuldade em enquadrar totalmente este conceito no âmbito desta operação.

Mas em consequência dos resultados obtidos nas entrevistas e relacionando o clima de alguma tensão existente, fruto da criminalidade vivida na Bósnia, com o exposto por Oakley et al. (1998), averiguamos que este clima se pode enquadrar de certa forma na fase do *enforcement gap*, conforme o exposto no **Apêndice C**.

Vários autores como Jayamaha et al. (2010) e Bingol (2011) consideram as forças do tipo *gendarmarie* como as mais adequadas para atuar neste período de transição.

5.2.2. Missões a desempenhar por uma EGF no pós-conflito

Primeiramente importa realçar que, apesar de uma forma ampla, o n.º 3 do art.º 4º do Tratado da EGF, mencionado no **subcapítulo 2.3**, define todo o tipo de missões que uma força da EGF pode desempenhar aquando da sua projeção numa operação internacional.

Consequentemente, após a averiguação dos resultados das entrevistas e extrapolando ainda para o contexto do *security gap* verificamos que mais de uma terça parte dos entrevistados refere não só que a EGF deve ter capacidade para desempenhar todas as missões de natureza policial, bem como o mesmo número dos entrevistados destaca a componente da MOP como a missão principal a desenvolver para colmatar este conceito em questão.

Assim Jayamaha et al. (2010) salientam, no **subcapítulo 1.3**, este espectro de missões de polícia que se devem cumprir. Também Bayley (2001) aponta um conjunto de diversas missões a realizar no preenchimento do *security gap* e que se acabaram por verificar no contexto da Operação ALHEA.

Na conjuntura em particular do período de pós-conflito, é importante previamente compreender que no ano de 2008, um relatório da IPU, caracterizado no **subcapítulo 3.1**, definiu todos os tipos de missões (**Anexo G**) que as suas forças constituintes poderiam vir a realizar. Deste modo é de ressaltar que os entrevistados, praticamente na sua totalidade, destacaram a IC como a missão que mais se evidenciou na Operação ALHTEA no período de pós-conflito. Tal opção dos entrevistados parece ser perfeitamente compreendida aquando da caracterização no subcapítulo referido no parágrafo anterior, da situação interna ainda observada à época naquele país.

Concludentemente, salientar que não é apenas na concretização destas missões, mas também em todas aquelas que os entrevistados acabaram por mencionar, que grande parte destes, acabaram por evidenciar a experiência anterior em cenários internacionais, como o principal fator de distinção da GNR no sucesso obtido em prol do cumprimento destas missões.

5.2.3. Características da GNR enquanto uma força de *gendarmérie*

No que concerne às características que mais se evidenciaram por parte da GNR, enquanto uma força de *gendarmérie*, nesta operação em particular e num cenário de pós-conflito, a resposta dos entrevistados é notória e praticamente a sua totalidade refere as características militares, que por sua vez são subjacentes a este tipo de forças, como aquelas que mais cooperaram para um melhor desenrolar da operação.

Weger (2009) e Lutterbeck (2004) são um exemplo de dois autores de referência que descrevem especificamente estas características militares quer no **subcapítulo 2.1** como também no **Apêndice D**. Também no contexto em particular da GNR, Branco (2010) elenca, no **subcapítulo 2.2**, cinco pilares basilares que caracterizam a GNR enquanto uma força de

gendarmerie e lhe asseguram a sua característica militar. Esta característica encontra-se também demonstrada no n.º 1 do art.º 1º da LOGNR.

Algumas das várias características militares apresentadas por Weger (2009), mas também quer também por Jayamaha et al. (2010) no **subcapítulo 1.3** prendem-se com o equipamento e armamento militar comum ao das FA, o que segundo metade dos entrevistados também se constituiu como um fator distintivo na atuação da GNR ao longo da Operação ALTHEA, uma vez que estes referem que a GNR possuía uma melhor capacidade ao nível de viaturas, equipamentos e armamento em comparação com as restantes forças na operação.

São também estas características militares, que se estabelecem como características comuns em conformidade com o comando militar ao qual a IPU estava subordinada (mencionado na **introdução** do presente RCFTIA e no **subcapítulo 3.1**) e que se destacaram, conforme atentam mais de metade dos entrevistados, como a principal vantagem de se atuar sob um comando militar nesta operação em concreto.

Outra das características própria da EGF que merece destaque, não só por parte da maioria dos entrevistados, mas também por parte livro da *European Gendarmerie Force* (2017) é a flexibilidade, presente no **subcapítulo 2.4** bem como no **subcapítulo 3.1** no âmbito da IPU, não só nesta perspetiva da subordinação de comandos, mas também na forma como permite a estas forças um relacionamento quer com as entidades militares, quer também com as entidades civis.

5.2.4. Forma de atuação num cenário pós-conflito

Quando questionados de qual a melhor forma de atuar, enquanto força *gendarmerie*, num cenário de pós-conflito, observamos que metade dos entrevistados refere especificamente a forma de atuação enquanto força constituída, como corolário não só da concentração de meios e equipamentos que esta permite como também do espectro de missões que é possível cumprir desta forma.

Neste sentido, também Pereira (2015) destaca, no **Apêndice F**, várias vantagens provenientes desta forma de atuar, enquanto força de *gendarmerie*, reforçando que a GNR se tem destacado a nível internacional, no âmbito da projeção de forças constituídas.

No entender da grande maioria dos entrevistados esta forma de atuação para esta operação em concreto, também proporcionou várias vantagens, entre elas o teste à interoperabilidade da atuação conjunta das várias forças da EGF, mencionado no

subcapítulo 2.4 pelo livro *European Gendarmerie Force* (2017) como uma característica das forças que compõe esta organização.

Outra das vantagens evidenciada por mais de metade dos entrevistados, diz respeito à possibilidade de desenvolvimento e concretização de doutrina associada à EGF, uma vez que, como referido no **subcapítulo 3.1** esta tratou-se da primeira operação no âmbito desta organização, o que oriundo da interoperabilidade das forças que a integram, lhes concedeu a oportunidade do desenvolvimento de uma doutrina comum de atuação.

Ao mesmo tempo e tal como refere o Coronel Jorge Esteves (2016), no **subcapítulo 3.1**, esta operação permitiu testar e pôr em prática pela primeira vez, na EGF, o conceito de *Logistic Lead Nation*, que como referido no parágrafo anterior, mais de metade dos entrevistados considerou como uma clara vantagem (integrando-a na concretização de doutrina associada à EGF).

Outra das vantagens destacada por mais de uma terça parte dos entrevistados concerne ao facto de que nesta operação em concreto as forças da EGF que integravam a IPU se constituíam como uma reserva tática, caso fosse necessário, para o conflito no Kosovo, circunstância que nunca tinha acontecido em qualquer outra operação até então realizada pela GNR. Quer o relatório da IPU (2008) (**Anexo G**), quer o Coronel Jorge Esteves (2016) (**subcapítulo 3.1**) fazem referência a tal circunstância.

No capítulo das desvantagens averiguamos que os resultados são muito similares praticamente em todas as respostas dos entrevistados, o que significa que eventualmente estes tiveram uma perceção semelhante das desvantagens aquando do seu empenhamento na Operação ALTHEA. Realçar que estas desvantagens se prendem, em metade dos entrevistados, no contexto da escassa visibilidade internacional do trabalho realizado pela GNR na Bósnia, o que se pressupõe para a presente investigação que tal facto se deveu, não só à integração da mesma na IPU enquanto uma força da EGF e não enquanto uma força individualizada, mas também à natureza das missões que foram efetuadas nesta operação (existiram poucas missões de âmbito operacional).

Outra das desvantagens apresentadas por cerca de mais de um terço dos entrevistados concerne ao carácter moral e técnico, que possivelmente foi apresentado pelas outras forças presentes na missão. Fatores como a experiência anterior em cenários internacionais e a melhor capacidade ao nível das viaturas, equipamentos e armamento podem ter contribuído para este resultado, supondo-se deste modo para a presente investigação, que a experiência e a capacidade ao nível do que foi referido, pode não ter sido a mais adequada por parte das restantes forças para o cumprimento desta operação.

Dada a estrutura da Operação ALTHEA, como é possível verificar no **Anexo G**, é perceptível que sensivelmente uma terça parte dos entrevistados tenha supramencionado a questão da língua como uma das desvantagens evidentes no desenrolar desta operação.

5.2.5. Valências

Com a última questão do guião de entrevista, pretendia-se averiguar de que forma as diversas valências da GNR poderiam ter sido importantes para esta operação e num cenário de pós-conflito. Como tal e contrariamente ao que caracteriza a situação interna do cenário da Bósnia-Herzegovina no **subcapítulo 3.1**, onde se observa que esta se estabelece como um dos países no mundo com o maior número de minas por metro quadrado, a resposta de sensivelmente mais de um terço dos entrevistados direciona-se no âmbito da vertente GIPS (Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas - BREC) em detrimento daquilo que potencialmente poderia ter sido uma intervenção da vertente EOD.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Após o término quer do enquadramento teórico, quer da parte prática do presente RCFTIA, parte I e parte II, respetivamente, procede-se ao culminar de toda esta investigação com a realização do capítulo das conclusões e recomendações. Como tal, pretende-se analisar todos os dados obtidos, bem como os aspetos até então comprovados, por forma a conseguir responder à pergunta de partida.

Deste modo, é efetuada a verificação/refutação das hipóteses deduzidas, subsequentemente resposta às demais perguntas derivadas e consequente pergunta de partida. Paralelamente, observa-se o cumprimento dos objetivos elucidados, são mencionadas algumas reflexões finais e ainda apresentadas as limitações da investigação, bem como algumas linhas orientadoras para investigações futuras.

i. Verificação das hipóteses

Com o intuito de responder à pergunta de partida formulada, é fundamental, segundo Quivy e Campenhoudt (2013) testar/verificar, corrigir e aprofundar as respetivas hipóteses, na perspetiva de serem confirmadas ou refutadas (Sarmiento, 2013). Então, na prossecução desta confirmação, foram tidos em consideração os procedimentos expostos por Sarmiento, (2013).

No que diz respeito à H₁: **“A GNR atuou na Bósnia (2007-2010) no contexto das operações de estabilização no termo dos conflitos”**, esta foi parcialmente verificada, tendo em conta os resultados obtidos nas entrevistas confirmatórias semidiretivas. Na questão n.º 1, podemos verificar que praticamente todos os entrevistados (10/14) caracterizam o cenário encontrado aquando da sua chegada à Bósnia, como um cenário estabilizado.

Torna-se também essencial fazer referência, para o desenvolvimento da presente investigação, que esta estabilização no termo dos conflitos se identifica, consoante o quadro exposto no Apêndice B, com a Consolidação da Paz, no âmbito da tipologia das OAP e ao nível da doutrina estabelecida pela ONU e OTAN. Desta forma, para a presente investigação, entendemos adequado caracterizar este período como o conjunto de medidas levadas a cabo no seguimento da resolução de um conflito, sendo elemento fundamental para a preservação da paz e podendo requerer, quer o envolvimento civil quer o militar.

Relativamente à H₂: **“Todas as missões que se encontram definidas no n.º 3 do art.º 4º do Tratado da EGF”**, a mesma considera-se verificada, uma vez que a grande maioria dos entrevistados (13/14), na questão n.º 4, salientam as missões no âmbito da IC. É importante destacar que esta missão se enquadra no espectro de missões definidas por este artigo e é perfeitamente perceptível a opção dos entrevistados por esta vertente, dada a situação interna ainda patente na Bósnia ao nível, nomeadamente, da procura de PIFWC.

É primordial ainda salientar que na verificação desta hipótese, não se tem em consideração especificamente todo este espectro de missões que são definidas pelo n.º 3 do art.º 4 do Tratado da EGF, na medida em que, aquando da integração da GNR, enquanto EGF na IPU, as missões a desempenhar no decorrer da Operação ALTHEA já se encontravam definidas. Estas consideravam-se como as mais adequadas para este cenário e não incorporavam todo o espectro de missões mencionada no artigo anteriormente.

Quanto à H₃: **“A flexibilidade, mesmo sob um comando militar, evidenciou-se como a principal característica de atuação deste tipo de forças”** esta é parcialmente verificada, conforme observado através da questão n.º 6 onde grande parte dos entrevistados (9/14) destacam a flexibilidade como a característica da GNR, enquanto força da EGF, que mais se evidenciou ao longo de toda a Operação ALTHEA.

De igual forma, importa realçar que sensivelmente todos os entrevistados (12/14) também referem as características militares, subjacentes às forças de *gendarmérie*, como características essenciais para o desenrolar desta operação.

Por fim, no que tange à H₄: **“Justificou-se a atuação da GNR ao longo de toda a Operação ALTHEA como força constituída”**, conseguimos verificar que a mesma é parcialmente verificada, na medida em que consideravelmente a grande maioria dos entrevistados (10/14), na questão n.º 9, identifica uma das várias vantagens (interoperabilidade) que se puderam experienciar com esta operação e principalmente devido a esta forma de atuação.

Como tal, podemos observar que esta operação permitiu testar a interoperabilidade da atuação conjunta destas forças de *gendarmérie*, algo que nunca se tinha verificado em operações internacionais e que proporcionou não só à GNR, mas também a todas as forças de *gendarmérie* que participaram nesta operação, uma experiência ímpar e com a possibilidade de se poder vir a verificar mais vezes no futuro (algo que já sucedeu).

ii. Resposta às perguntas derivadas

Após a conclusão da verificação ou refutação das hipóteses, importa agora responder da forma mais apropriada às perguntas derivadas formuladas para esta investigação.

No que concerne às PD1: **“Qual o enquadramento da Operação ALTHEA no âmbito da doutrina da UE?”**, torna-se necessário realizar uma analogia, como tem sido referido ao longo da presente investigação, no âmbito da doutrina da ONU e da OTAN. Como tal, e analisada a questão n.º 1, verificam-se diversas respostas, tais como: a) estabilizado; b) período de transição (que alude ao conceito de *security gap*, destacado na questão n.º 2 pelos entrevistados); c) aparente calma; d) alguma tensão fruto da criminalidade; e) do ponto de vista político não estava consolidado; f) bastante necessidade de forças multinacionais.

Através destas e com base no quadro apresentado no Apêndice B, no facto da Operação ALTHEA se constituir como uma operação no quadro da UE (**subcapítulo 3.2**) e com fundamento na doutrina da UE apresentada no **subcapítulo 1.2**, compreende-se notoriamente que esta operação se enquadra nas missões de *Petersberg*.

Relativamente à PD2: **“Quais as missões que permitiram à GNR, enquanto força da EGF, preservar a estabilidade no pós-conflito?”**, obtiveram-se várias respostas, aquando da análise da questão n.º 4: a) formação e treino; b) IC; c) MOP; d) apoiar a polícia local; e) ações de reconhecimento e patrulhamento; f) contribuir para a implementação dos acordos de paz. Acresce realçar que todas estas missões se enquadram no n.º 3 do art.º 4 do tratado da EGF, integrando-se como missões de natureza policial.

Ao mesmo tempo é de salientar que correspondentemente também na questão n.º 3, conseguimos observar que os entrevistados, quando questionados acerca de quais as missões que melhor permitem preencher o conceito de *security gap*, estes elegem novamente missões como: a) MOP; b) MMA; c) apoiar as autoridades locais. Deste modo, é importante destacar também que as respostas em maior evidência nesta questão se direcionam, concretamente no âmbito das missões de natureza policial.

Ressalvar também que na questão n.º 5 é perceptível que no cumprimento destas missões a experiência anterior em cenários internacionais foi um fator determinante para assegurar o sucesso das mesmas.

No que respeita à PD3: **“Quais as características da GNR, enquanto força gendarmerie, que se evidenciaram na Operação ALTHEA no cenário de pós-conflito?”**, evidencia-se que na perspetiva de praticamente todos os entrevistados (12/14) as

caraterísticas militares, subjacentes ao tipo de uma força *gendarmarie*, foram as que mais se evidenciaram.

Contudo, importa de igual forma destacar que articuladas a estas caraterísticas e conforme a questão n.º 5 também mencionada anteriormente, a melhor capacidade ao nível das viaturas, equipamentos e armamento por parte da GNR em concreto pode, possivelmente, ter-se constituído como um fator distintivo na sua atuação aquando da comparação com as restantes forças na operação.

São também estas caraterísticas que permitiram, com base na análise da questão n.º 6, uma fácil integração sob a cadeia de comando militar da Operação ALTHEA, por se tratarem de caraterísticas comuns à das forças militares.

Outras caraterísticas evidenciadas pelos entrevistados prendem-se com: a) flexibilidade e b) disciplina.

Por fim, e atendendo à PD4: **“Qual a melhor forma de atuação de uma força da EGF num cenário de pós-conflito?”**, compreende-se que metade dos entrevistados (7/14) opta especificamente pela forma de atuar enquanto força constituída.

No entanto, através da questão n.º 8, atentam-se outras respostas por parte dos mesmos, como: a) depende do tipo de operação; b) aquela que o cenário exigir; c) ambas possuem mais-valias.

De igual forma, com a análise da questão n.º 9, compreende-se que esta capacidade de atuar, enquanto força constituída nesta operação em concreto, permitiu não só testar a interoperabilidade entre as forças presentes na mesma, como também possibilitou o desenvolvimento e concretização de doutrina associada à EGF (pela primeira vez foi testado neste contexto de IPU o conceito de *Logistic Lead Nation*). Foi ainda possível que estas forças se pudessem estabelecer como uma força de reserva tática para o conflito do Kosovo, caso fosse necessário.

iii. Resposta à pergunta de partida

Depois de terminada a análise dos resultados obtidos, bem como finalizadas todas as etapas que compõem o presente trabalho de investigação, é necessário responder à pergunta de partida: **“De que forma a participação da GNR na Bósnia contribuiu para a clarificação do papel de uma força *gendarmarie* em situações pós-conflito?”**.

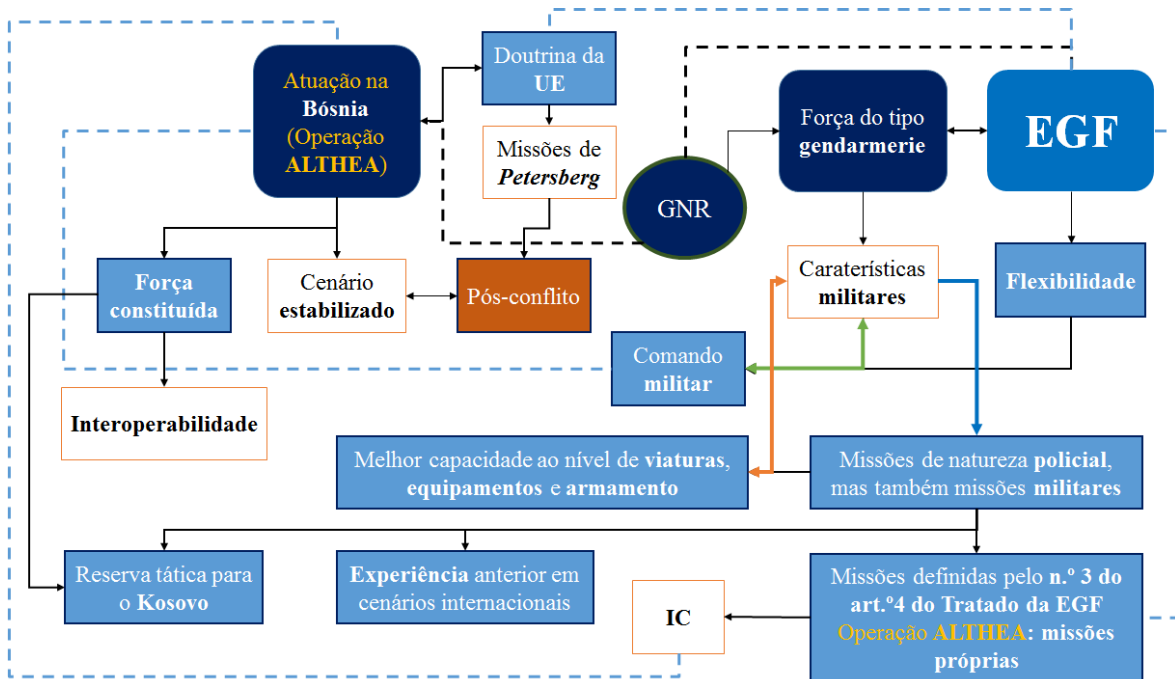


Figura n.º 1 - Esquema de resposta à pergunta de partida

Primeiramente importa realçar que a GNR atuou no decorrer da Operação ALTHEA, integrada numa IPU, composta por forças da EGF. Destacar que, como já foi verificado no presente trabalho de investigação, a GNR define-se como uma força *gendarmerie*, caracterizada principalmente ao nível das suas caraterísticas militares. Por sua vez, a EGF é uma organização composta por forças *gendarmerie*, à qual a GNR pertence e apresenta a flexibilidade, que lhe permite atuar, quer sob um comando militar quer sob um comando civil, como uma das suas principais caraterísticas.

Consequentemente, observar que a EGF é uma organização com capacidades para atuar em apoio das mais distintas OI, como por exemplo a UE, a ONU, a OTAN e a OSCE. No caso em concreto da Operação ALTHEA, a EGF atuou sob a égide da doutrina da UE, onde a doutrina da mesma alude às missões de *Petersberg*.

Desta forma e após a análise das entrevistas, conseguimos concluir que o cenário aquando da Operação ALTHEA se caracterizava por ser um cenário estabilizado, correspondendo-o assim ao período de pós-conflito, conforme abordado na pergunta de partida. Fazendo referência às missões de *Petersberg*, mencionadas no parágrafo anterior, enquadra-se no período de pós-conflito no contexto das operações de estabilização no termo dos conflitos.

Por outro lado, referir também que a GNR enquanto força da EGF, atuou na Operação ALTHEA sob um comando militar, o que facilitou a integração destas forças na operação

devido às suas características militares, mas também pela sua flexibilidade em atuar sob este tipo de comando, como referido anteriormente.

Outro aspeto que importa realçar prende-se com o facto de estas características militares, subjacentes a este tipo de forças, permitirem o cumprimento não só das missões de natureza policial⁶⁵, mas também das missões militares. Nesta operação em concreto, existiram fatores ao nível destas características que permitiram destacar a atuação da GNR comparativamente com as restantes forças, tais como a melhor capacidade ao nível das viaturas, equipamentos e armamento. Ao mesmo tempo, evidenciar que é esta capacidade de desempenhar missões militares que possibilitaram à EGF constituir-se como uma força de reserva tática para o conflito no Kosovo.

No entanto, existiram também outros fatores que contribuíram para um notável cumprimento das missões que estavam atribuídas à GNR nesta operação, como a experiência adquirida anteriormente em outros cenários internacionais.

Ao nível das missões de natureza policial e dado o nível de criminalidade ainda existente na Bósnia à época, a IC destacou-se como a missão mais evidenciada pelos entrevistados, pela forma como contribuiu para estabilização desta criminalidade num cenário de pós-conflito.

De outro ponto de vista, salientar ainda que a GNR, enquanto força da EGF, atuou neste cenário de pós-conflito como força constituída, o que permitiu testar pela primeira vez a interoperabilidade da atuação conjunta das forças presentes na operação, algo que se revelou bastante lucrativo.

iv. Confirmação dos objetivos da investigação

O **OEI₁** foi atingido como foi possível pela verificação do subcapítulo 1.3, pelo Apêndice C, Anexo A e pela análise de conteúdo da questão n.º 2.

De igual forma, o **OEI₂** considera-se corroborado através da verificação do subcapítulo 2.4 e do Apêndice B.

Ao mesmo tempo o **OEI₃** também se verifica, como se comprova nos subcapítulos 1.1 e 1.2, pela análise de conteúdo da questão n.º 1 e pelo Apêndice B.

O **OEI₄** também se valida, como se apura especificamente no subcapítulo 2.2.

⁶⁵ Relativamente à EGF, encontram-se definidas no n.º 3 do art.º 4 do Tratado da EGF, mas no âmbito da Operação ATLHEA foram definidas missões específicas.

O **OEI₅** considera-se alcançado, como se averigua, primeiramente com os subcapítulos 2.3 e 2.4, mas nomeadamente com as questões n.º 3 e 4.

Por sua vez, também o **OEI₆** foi atingido através da verificação dos subcapítulos 2.1 e 3.1, bem como das questões n.º 5 e 6.

Por fim, o **OEI₇** observa-se validado através do Apêndice F, mas principalmente com as questões n.º 8 e 9.

Desta forma, consideram-se cumpridos na sua plenitude os objetivos propostos inicialmente, o que simultaneamente contribuiu para o alcançar do objetivo central deste trabalho que consistia em compreender de que forma a atuação da GNR na Operação ALTHEA contribuiu para a clarificação do papel de uma força *gendarmarie* em situações pós-conflito.

v. Reflexões finais

Da investigação realizada, evidenciam-se primeiramente as características militares subjacentes às forças do tipo *gendarmarie*, das quais a GNR também faz parte, como fundamentais para a concretização desta Operação ALTHEA, não só pelo facto de a operação se ter desenrolado sob um comando militar, mas também por conseguir permitir o cumprimento de missões militares por parte deste tipo de forças.

Ao analisarmos estas características em detalhe na presente operação, compreendemos também que proveniente das condições meteorológicas verificadas num país do leste da Europa como a Bósnia, as viaturas blindadas, os equipamentos e o armamento comum aos das FA permitiu à GNR distinguir-se no cumprimento das suas missões, essencialmente de natureza policial.

Seguidamente e após reflexão sobretudo acerca dos resultados obtidos, é importante destacar a IC como uma missão fulcral nesta operação em particular, nomeadamente derivado do cenário de pós-conflito encontrado aquando da chegada à Bósnia e caracterizado ainda por uma atmosfera de criminalidade por resolver, quer ao nível dos crimes de guerra, como também dos problemas resultantes da corrupção e diferenças étnicas evidentes neste país.

Acresce ainda salientar a interoperabilidade desenvolvida pelas forças que compõe a EGF nesta operação em concreto, contribuindo para mais uma experiência internacional consideravelmente enriquecedora não só para a GNR em geral, mas principalmente para os militares desta instituição que se encontraram presentes na operação.

Como aspetos que poderão ter dificultado a atuação da GNR nesta operação, ressalva-se a visibilidade internacional ao nível da atuação da GNR, enquanto força individualizada, neste cenário de pós-conflito, justificada pela sua presença sob a égide da EGF e com o foco na primeira operação internacional desta organização.

Por fim, ressaltar também que, apesar da Bósnia se apresentar como um país onde várias zonas minadas ainda não tinham sido identificadas, um maior número de entrevistados optou pela vertente GIPS (BREC), como uma vertente importante a projetar nesta operação.

vi. Limitações da investigação

No desenvolvimento do processo científico surgiram certas limitações e dificuldades. Salientar primeiramente a restrição ao nível do número de páginas, que não permitiu o desenvolvimento de certas temáticas importantes para a presente investigação.

Outra limitação centrou-se em motivos de tempestividade, uma vez que não foi possível entrevistar todos os entrevistados que se pretendia. O tempo decorrido desde o final da operação, pode também influenciar a perceção dos entrevistados.

Por outro lado, elencar a dificuldade em encontrar documentos doutrinários consolidados ao nível da UE, no âmbito da caracterização detalhada e aprofundada das missões de *Petersberg*.

vii. Investigações futuras

Para investigações futuras, sugere-se a análise do papel da IC, em concreto, nesta Operação ALTHEA.

Consequentemente a comparação entre a participação da GNR numa operação civil e numa operação militar.

Por último, um estudo no âmbito do trabalho desenvolvido pela operação civil (EULEX - *The European Union Rule of Law Mission*), na sequência do final da Operação ALTHEA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, artigos científicos, relatórios e outros documentos facultados:

- Academia Militar [AM]. (2016). *NEP nº 522/1ª de 20 de janeiro: Normas para a redação de trabalhos de investigação*. Lisboa: Academia Militar.
- Albuquerque, J. G. (2009). *Política Europeia de Segurança e Defesa*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade, Coimbra.
- Almeida, J. M. de. (2003). A NATO e a Intervenção Militar na Bósnia. *Nação e Defesa*, 177–198.
- Alves, A. C. (2010). *Introdução à Segurança*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Alves, A. C. (2011). *Contributos para uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Edição GNR.
- American Psychological Association [APA]. (2010). *Publication Manual of the American Psychological Association* (6ª ed). Washington, DC: APA.
- Armitage, D., & Moisan, A. (2005). Constabulary Forces and post-conflict Transition: the Euro-Atlantic dimension. *Strategic Forum, Institute for National Strategic Studies da National Defense University*, 1–8.
- Assembleia da República [AR]. (2008). *Tratado de Lisboa - Versão Consolidada*. Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República.
- Associação de Gendarmeries Mediterrânicas e Europeias [FIEP]. (2017). *Association of European and Mediterranean gendarmeries and police forces with military status*. Obtido 9 de Março de 2017, de <http://www.fiep.org/about-fiep/>
- Balão, S. M. R. (2012). A PESC, a PESD, a PCSD e a definição da Estratégia da UE para o Ártico. *Debater a Europa*, 169–206.
- Bayley, D. (2001). *Democratizing The Police Abroad: What to do and how to do it*. New York: National Institute of Justice.
- Bessa, F. J. da C. (2011). *Oficiais da Guarda Nacional Republicana - uma análise sociológica*. Tese de Doutoramento, ISCTE, Lisboa.
- Bingol, M. (2011). The need for gendarmeries in the years ahead. Em *Gendarmeris and the Security Challenges of the 21st Century*. FIEP Seminar Publication.
- Brahimi, L. (2000). *Report of the Panel on United Nations Peace Operations*.
- Branco, C. G. (2000). *Desafios à Defesa e à Segurança e os Corpos Militares de Polícia*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Branco, C. G. (2010). *Guarda Nacional Republicana - Contradições e Ambiguidades* (1ª

- ed). Lisboa: Edições Sílabo.
- Branco, C. M. (2003). As Nações Unidas e as Operações de Paz: uma perspetiva Organizacional. *Nação e Defesa*, 97–174.
- Bruggeman, W. (2011). Gendarmeries and the Security Challenges in the 21st Century. Em *Gendarmeries and the Security Challenges of the 21st Century*. FIEP Seminar Publication.
- Cabral, B. D. C. (2011). Gendarmeries and the security challenges in the 21st century: A Portuguese perspective. Em *Gendarmeries and the security challenges of the 21st century*. FIEP Seminar Publication.
- Caetano, M. (2004). *Manual de direito administrativo* (10^a ed). Coimbra: Almedina.
- Center of Excellence for Stability Police Units [COESPU]. (2005). The future roles for Stability Police Units Workshop. Em *Conference Report (Assessing the Role of Stability Police Units)*. Washington, DC.
- Comunidades Europeias. (1997). *Tratado de Amesterdão*.
- Comunidades Europeias. (2002). *Política Externa e de Segurança Comum*.
- Conselho Europeu. (2000). *Conselho Europeu de Nice*.
- Cortinhas, R. F. (2015). *As forças de tipo gendarmerie e as operações/missões de gestão de crises da União Europeia*. Dissertações, Mestrado em Direito e Segurança, Universidade Nova, Lisboa.
- Council of The European Union. (2012). *Guidelines for rapid deployment of Integrated Police Units - IPUs - in the initial stage of an EU-led substitution mission and interoperability of IPUs and Police Headquarters*. Brussels.
- Couto, A. C. (1988). *Elementos de Estratégia*. Pedrouços: IAEM.
- Cruz, N. M. (2013). *As Forças de Gendarmerie nas Operações de Estabilização e Reconstrução de Estados*. Trabalho de Investigação Aplicada, Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança, Academia Militar, Lisboa.
- de Sousa, F. (2005). *Dicionário de Relações Internacionais*. Edições Afrontamento.
- Dicionários Porto Editora. (2017). Língua Portuguesa com acordo ortográfico. Obtido 2 de Abril de 2017, de <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/>
- Dwan, R. (2004). «*Civilian Tasks and Capabilities in EU Operations*» - *A Human Security Doctrine for Europe*. Barcelona: Study Group on Europe's Security Capabilities.
- Elias, L. (2011). Estratégia Portuguesa na Gestão Civil de Crises. *Nação e Defesa*, 145–184.
- Esteves, J. M. G. (2015). A Força de Gendarmaria Europeia. *Pela Lei e Pela Grei*, 62–63.
- Esteves, J. M. G. (2016, Dezembro). A Força de Gendarmerie Europeia – Uma década de

- participações em Operações de Gestão de Crises. *Revista Militar*, 1129–1150.
- European Gendarmerie Force [EGF]. (2007). *Tratado da EUROGENDFOR*.
- European Gendarmerie Force [EGF]. (2009). *EGF Operational concept*. Vicenza: EGF.
- European Gendarmerie Force [EGF]. (2017). *European Gendarmerie Force - Lex paciferat*.
- European Union Police Services Training [EUPST]. (2013). Police Role in Peace Support Operations and Robust Policing. Obtido 3 de Abril de 2017, de http://coris.uniroma1.it/materiali/20.13.03_Diritti%2520umani%25202%2520Peace%2520support%25%0A20No%2520foto.pdf
- Ferreira-Pereira, L. C. (2007). Segurança e Defesa na União Europeia: a perspectiva portuguesa em análise. *Negócios Estrangeiros*, 161–192.
- Fortin, M. F. (2009). *O Processo de Investigação da concepção à realização* (5ª ed). Loures: Lusociência.
- Freixo, M. J. (2012). *Metodologia científica* (4ª ed). Lisboa: Instituto Piaget.
- Gobinet, P. (2011). The gendarmerie alternative: is there a case for the existence of police organisations with military status in the twenty-first century European security apparatus? Em *Gendarmeries and the security challenges of the 21st century* (pp. 27–50). FIEP Seminar Publication.
- Gouveia, J. B. (2008). *Manual de Direito Internacional Público* (3ª ed). Coimbra: Almedina.
- Graça, P. M. D. (2012). *Da guerra à Paz, o contributo dos Corpos Militares com Funções de Polícia - A GNR no Iraque*. Dissertação, Mestrado em Relações Internacionais, Universidade Autónoma, Lisboa.
- Guarda Nacional Republicana [GNR]. (2017). Guarda Nacional Republicana. Obtido 15 de Abril de 2017, de <http://www.gnr.pt/missao.aspx>
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - Sentidos e Formas de Uso* (1ª ed). Cascais: Princípia.
- Hazelzet, H. (2006). The EU's Human Rights Policy in the UN: an Example of Effective Multilateralism? Em *The United Nations and the European Union: An Ever Stronger Partnership*. The Hague: TMC Asser Press.
- Hermenegildo, R. (2008, Abril). O Tratado de Lisboa: Os Valores Comuns Europeus na Política Externa da União Europeia. *Revista Militar*.
- Hermenegildo, R. (2010, Fevereiro). A Política Externa de Portugal para a PESC: O Caso de Timor Leste. *Revista Militar*.
- Hoogenboom, B. (2011). The Growing Importance of Gendarmerie Forces in Creating National and International Stability. Em *Gendarmeries and the security challenges of*

- the 21st century*. FIEP Seminar Publication.
- Hovens, H. (2011). The European Gendarmerie Force. Em *Gendarmeries and the security challenges of the 21st century*. FIEP Seminar Publication.
- Integrated Police Unit [IPU]. (2008). *Report of IPU*.
- Integrated Police Unit [IPU]. (2009). *Report of IPU*.
- Integrated Police Unit [IPU]. (2010). *Report of IPU*.
- Jayamaha, D., Brady, S., Fitzgerald, B., & Fritz, J. (2010). *Lessons learned from U.S. Government Law Enforcement in International Operations*. Carlisle: Strategic Studies Institute.
- Kauark, F., Manhães, F., & Medeiros, C. (2010). *Metodologia da Pesquisa: um guia prático*. Bahia: Via Litterarum.
- Lutterbeck, D. (2004). Between Police and Military: The New Security Agenda and the Rise of Gendarmeries, Cooperation and Conflict. *Journal of the Nordic International Studies Association*, 45–68.
- Marczuk, K. P. (2011). A contemporary internal security concept and its implications for gendarmerie-type forces. Em *Gendarmeries and the security challenges of the 21st century*. FIEP Seminar Publication.
- Martins, R. F. R. C. (1993). A fenomenologia da Guerra, da Paz e dos Conflitos. *Nação e Defesa*, 11–33.
- Ministério da Administração Interna [MAI]. (2010). Despacho n.º 10393/2010 de 22 de maio: Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana. Diário da República, 2ª série, n.º 119, 8043-8051.
- Ministério da Defesa Nacional [MDN]. (2017). Direção-Geral de Política de Defesa Nacional. Obtido 2 de Abril de 2017, de <http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/mdn/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/organismos/direcao-geral-de-politica-de-defesa-nacional.aspx>
- Ministério dos Negócios Estrangeiros [MNE]. (2017). União da Europa Ocidental. Obtido 28 de Março de 2017, de <https://idi.mne.pt/pt/relacoes-diplomaticas-de-portugal/707-ueo.html>
- Moreira, A. (2002). *Teoria das Relações Internacionais* (4ªed). Coimbra: Almedina.
- Oakley, R. B., Dziedzic, M. J., & Goldberg, E. M. (1998). *Policing the New World Disorder: Peace Operations and Public Security*. Washington, DC: National Defense University Press.
- Oliveira, M. M. de. (2005). *Como fazer Projetos, Relatórios, Monografias, Dissertações e*

- Teses* (3ª ed). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Organização das Nações Unidas [ONU]. (2002). United Nations. Obtido 24 de Março de 2017, de <http://daccess-ddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/706/20/IMG/N0270620.pdf?OpenElement>
- Organização do Tratado do Atlântico Norte [OTAN]. (1998). *Directive for NATO doctrine for peace support operations*. Bruxelas: NATO.
- Organização do Tratado do Atlântico Norte [OTAN]. (2010). *Comprehensive Operations Planning Directive*.
- Pardal, L., & Lopes, E. (2011). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal Editores.
- Parlamento Europeu. (2017). Política Comum de Segurança e Defesa. Obtido 3 de Abril de 2017, de http://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_6.1.2.pdf
- Pereira, R. F. (2015). *O emprego de uma Força de Segurança de natureza militar nas missões de paz. O caso português*. Dissertação, Mestrado em Direito e Segurança, Universidade Nova, Lisboa.
- Pessoa, F. M. F. (2013). *A Força de Gendarmerie Europeia perante os Desafios da Segurança no Mundo*. Dissertação, Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade Nova, Lisboa.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. Van. (2013). *Manual de investigação em ciências sociais* (6ª ed). Lisboa: Gradiva.
- Rocha, M. F. (2010). A Segurança Nacional e a Problemática do Sistema Policial Dualista. *Proelium - Revista Científica da Academia Militar*, 11–74.
- Rodrigues, F. (2007). A Guarda Nacional Republicana nas Missões de Paz. Obtido 22 de Março de 2017, de http://database.jornaldefesa.pt/ameacas/geral/A_Guarda_Nacional_Republicana_GNR_nas_Missões_de_Paz.pdf
- Santos, J. A. L. dos. (1983). *Incursões no domínio da Estratégia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Saraiva, F. (2011). A definição de crise das Nações Unidas, União Europeia e NATO. *Nação e Defesa*, 11–30.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses* (1ª ed). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Silva, N. P. (2015). *Entre o Militar e o Policial - As Reformas da Administração Pública* (1ª ed). Lisboa: Diário de Bordo.
- Silvério, P. J. A. (2012). *As forças de segurança nas Operações de Gestão de Crises. Lições*

- Aprendidas*. Curso de Estado Maior conjunto, Instituto Universitário Militar, Lisboa.
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. Lisboa: PACTOR - Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- United Nations. (2017). Charter of the United Nations. Obtido 28 de Março de 2017, de <http://www.un.org/en/sections/un-charter/introductory-note/index.html>
- Viana, V. R. (2002). *Segurança Coletiva. A ONU e as Operações de Apoio à Paz*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Vitry, M. (2010). *La Force de Gendarmerie Européenne: Entre complexité et performance*. Dissertação de Mestrado, Universidade Ecole des Officiers de la Gendarmerie Nationale, Melun.
- Weger, M. de. (2009). *The Potencial of the European Gendarmerie Force*. Hague: Netherlands Institute of International Relations Clingendael.
- Wikimedia Commons. (2017). Gendarmerie around the world. Obtido 3 de Abril de 2017, de https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/archive/8/86/20160125161315%21Gendarmerie_Around_the_World.PNG
- Xavier, A. I. (2012). De Maastricht a Lisboa: a União Europeia ator global de segurança e defesa. *Debater a Europa*, 143–168.

Legislação:

- Assembleia da República [AR]. (2007). Lei n.º 63/2007 de 6 de novembro: Lei Orgânica da GNR. *Diário da República*, 1ª série, n.º 213, 8043-8051.
- Ministério da Administração Interna [MAI]. (2010). Despacho n.º 10393/2010 de 22 de maio: Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, 2ª série, n.º 119, 8043-8051.

Fontes eletrónicas (internet):

- Associação de Gendarmeries Mediterrânicas e Europeias [FIEP]. (2017). Association of European and Mediterranean gendarmeries and police forces with military status. In *FIEP*. Acedido a 9 de Março de 2017 em <http://www.fiep.org/about-fiep/>
- Dicionários Porto Editora. (2017). Língua Portuguesa com acordo ortográfico. In *Infopédia*. Acedido a 2 de Abril de 2017 em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/>
- European Union Police Services Training [EUPST]. (2013). Police Role in Peace Support

- Operations and Robust Policing. In *Sapienza Università Di Roma*. Acedido a 3 de Abril de 2017 em http://coris.uniroma1.it/materiali/20.13.03_Diritti%2520umani%25202%2520Peace%2520support%25%0A20No%2520foto.pdf
- Guarda Nacional Republicana [GNR]. (2017). Guarda Nacional Republicana. In *Site da GNR*. Acedido a 15 de Abril de 2017 em <http://www.gnr.pt/missao.aspx>
- Ministério da Defesa Nacional [MDN]. (2017). Direção-Geral de Política de Defesa Nacional. In *República Portuguesa*. Acedido a 2 de Abril de 2017 em <http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/mdn/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/organismos/direcao-geral-de-politica-de-defesa-nacional.aspx>
- Ministério dos Negócios Estrangeiros [MNE]. (2017). União da Europa Ocidental. In *Instituto Diplomático*. Acedido a 28 de Março de 2017 em <https://idi.mne.pt/pt/relacoes-diplomaticas-de-portugal/707-ueo.html>
- Organização das Nações Unidas [ONU]. (2002). United Nations. In *ONU*. Acedido a 24 de Março de 2017 em <http://daccess-ddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/706/20/IMG/N0270620.pdf?OpenElement>
- Parlamento Europeu. (2017). Política Comum de Segurança e Defesa. In *Fichas técnicas sobre a União Europeia*. Acedido a 3 de Abril de 2017 em http://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_6.1.2.pdf
- Rodrigues, F. (2007). A Guarda Nacional Republicana nas Missões de Paz. In *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*. Acedido a 22 de Março de 2017 em http://database.jornaldefesa.pt/ameacas/geral/A_Guarda_Nacional_Republicana_GNR_nas_Missões_de_Paz.pdf
- United Nations. (2017). Charter of the United Nations. In *United Nations*. Acedido a 28 de Março de 2017 em <http://www.un.org/en/sections/un-charter/introductory-note/index.html>
- Wikimedia Commons. (2017). Gendarmerie around the world. In *Wikimedia*. Acedido a 3 de Abril de 2017 em https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/archive/8/86/20160125161315%21Gendarmerie_Around_the_World.PNG

APÊNDICES

APÊNDICE A – CONTEXTUALIZAÇÃO DAS OAP

Segundo Carlos Branco (2003, p. 101) “a ONU foi concebida essencialmente como uma organização política e não como uma aliança militar”. Portanto, em 1948 quando se viu incluída pela primeira vez numa operação de paz, a ONU não continha os meios de planeamento necessários para lidar com aquilo a que hoje se designa de *peacemaking*⁶⁶ e *peacekeeping*⁶⁷ (C. M. Branco, 2003).

Todavia, é devido ao aumento da instabilidade e da conflitualidade pós Guerra Fria⁶⁸, que a ONU passou a ser solicitada inúmeras vezes para este tipo de operações, presenciando-se deste modo um aumento considerável do número de OAP e humanitárias realizadas⁶⁹ (Viana, 2002).

“Nos primeiros anos da década de noventa, a ONU entra num processo de reformas cujo impacto no domínio das operações de paz se prolongaria até à presente data” (C. M. Branco, 2003, p. 104). Na perspetiva do mesmo autor, estas não só representam o prolongamento temporal do *peacekeeping*⁷⁰, como também revelavam que as operações de paz se ostentavam como uma das atividades principais da ONU, se não mesmo a principal (C. M. Branco, 2003).

A terminologia⁷¹ relacionada com as OAP tem sido alvo de uma expressiva evolução, principalmente devido às alterações provenientes da sua própria natureza. O termo OAP em particular, foi apresentado pela primeira vez pelo Departamento de Defesa da Administração Americana para assinalar o empenhamento militar dos Estados Unidos da América (EUA) em operações de paz (Viana, 2002).

⁶⁶ Restabelecimento da Paz.

⁶⁷ Manutenção da Paz.

⁶⁸ Para Adriano Moreira (2002, p. 433) “a ONU constituiu-se como a única fonte de legitimidade existente neste período”.

⁶⁹ “Entre maio de 1988 e outubro de 1993, no espaço de pouco mais de cinco anos, foram implementadas 20 operações” (Viana, 2002, p. 82).

⁷⁰ Este tem sido o termo utilizado mais frequentemente pelos órgãos de comunicação social, público em geral e grande parte dos académicos. Por sua vez, também a ONU continua de forma idêntica, a empregar este termo para descrever globalmente os esforços realizados pela comunidade internacional ao nível da prevenção, gestão e resolução de conflitos (Viana, 2002).

⁷¹ “Os principais conceitos e definições constam de vários documentos, nomeadamente: a Agenda para a Paz de 1992; o Relatório Especial sobre Manutenção da Paz, do Secretário-Geral da ONU, de março de 1994; o Suplemento à Agenda para a Paz, de 1995; e vários documentos da OTAN sobre o assunto, que de uma forma geral são consonantes com as definições da ONU” (Viana, 2002, p. 112).

APÊNDICE B – COMPARAÇÃO DAS DOCTRINAS DA ONU, OTAN E UE

Quadro n.º 11 - Comparação das doutrinas da ONU, OTAN e UE

ONU Fonte: (Viana, 2002)		OTAN Fonte: (Organização do Tratado do Atlântico Norte [OTAN], 1998)		UE (Missões de <i>Petersberg</i>)	
Manutenção da Paz	Utilização de forças militares, de polícia e civis para a construção, moderação e fim das hostilidades.	Manutenção da Paz	Tem como finalidade, monitorizar e facilitar a implementação de um acordo de Paz.	Missões de manutenção da paz	
Imposição da Paz	Implica a utilização de operações de combate para alcançar os objetivos e vai para além do que é considerado como manutenção de paz.	Imposição da Paz	São coercivas por natureza e são conduzidas quando não existe consentimento das partes.	Missões de forças de combate para a gestão de crises	
Prevenção de Conflitos	Diferentes atividades, desde as iniciativas diplomáticas, ao emprego preventivo de tropas para encorajar a resolução pacífica de uma determinada situação de crise.	Prevenção de Conflitos	Atividades desde as iniciativas diplomáticas, até à projeção preventiva de tropas , por forma a tentar evitar a escalada de um conflito.	Missões de prevenção de conflitos	

Restabelecimento da Paz	Ações diplomáticas conduzidas depois do início do conflito , com o objetivo de se conseguir condições de resolução de uma maneira pacífica.	Restabelecimento da Paz	Englobam as atividades diplomáticas conduzidas após o início dum conflito , com o objetivo de chegar a uma resolução de forma pacífica.	Missões de restabelecimento da Paz	
Consolidação da Paz	Designa o conjunto de medidas levadas a cabo no seguimento da resolução de um conflito , sendo elemento fundamental para a preservação da paz e podendo requerer, quer o envolvimento civil quer o militar .	Consolidação da Paz	Operações que abrangem ações de apoio a medidas políticas, económicas, sociais e militares, destinadas a fortalecer e solidificar o processo de estabilização política, evitando o retorno às hostilidades.	Operações de estabilização no termo dos conflitos	Pós-conflito
Operações Humanitárias	Podem ser conduzidas complementando outro tipo de OAP , ou ser completamente diferenciada destas, por exemplo, na sequência de uma catástrofe ou calamidade .	Operações Humanitárias	São desenvolvidas para minorar o sofrimento humano e podem preceder ou complementar atividades humanitárias desenvolvidas por organizações civis .	Missões humanitárias	
				Ações conjuntas em	

	matéria de desarmamento	
	Missões de assistência em matéria militar	
	Missões de evacuação	
	Missões de aconselhamento	

APÊNDICE C – COMPONENTES DO SECURITY GAP

Primeiramente, há que evidenciar que quando o objetivo passa por repor a ordem, torna-se necessária uma força internacional com capacidades e acima de tudo características militares, na medida em que, após esta se encontrar restabelecida é essencial fazer cumprir a lei, missão própria de uma força com características de polícia. O espaço temporal entre estas intervenções designa-se *deployment gap* (Graça, 2012).

Sucessivamente, o ambiente é caracterizado por um conjunto de incidentes inopinados, que não se enquadram no contexto das missões concretas de uma força puramente militar, nem de uma força de polícia civil. Este período denomina-se *enforcement gap* (Oakley et al., 1998). Para estes atores (Oakley et al., 1998):

“tais desafios, exigem uma formação especial quanto ao uso da força, manutenção da ordem pública e resolução de conflitos que as forças militares não possuem. Ao mesmo tempo, as forças de polícia civil não estão, muitas vezes, à altura dos desafios”.

Por último, e não menos relevante, importa recompor as estruturas locais existentes. Logo, é necessário reunir esforços e conseguir empenhar principalmente as instituições que se constituem como especialistas na área específica em que irão ser empregues, mas também determinadas forças, dotadas de capacidades para desempenhar tal missão. Assim, nesta lógica de ideias, para colmatar a *institutional gap*, é necessário recorrer a forças que pelas missões que executam diariamente nos países de origem possuam um *comprehensive approach*⁷², por forma a produzir as circunstâncias ideais para o desenvolvimento de uma paz sustentável (Graça, 2012).

Tais componentes do *security gap* encontram-se representadas no Anexo A.

⁷² *Comprehensive approach* – uma iniciativa da OTAN – “A OTAN reconhece que os militares sozinhos não conseguem resolver uma crise, ou um conflito (...) é necessária uma abordagem política, civil e militar integrada para uma efetiva gestão da crise” (OTAN, 2010).

APÊNDICE D – CARATERÍSTICAS DAS FORÇAS GENDARMERIE

Tabela n.º 1 - Caraterísticas das forças *gendarmérie*

	Ramo das FA em tempo de Paz	Sujeição à lei militar	Policimento militar	Treino e formação militar	Doutrina, armamento e equipamento militar	Integração nas FA em caso de emergência ou guerra
GN		X	X	X	X	
Carabinieri	X	X	X	X	X	
Guardia Civil		X		X		X
GNR		X		X	X	X
Dutch KM	X	X	X	X	X	
Romanian JR				X		X

Fonte: Adaptado de Weger (2009)

APÊNDICE E – MEMBRO, OBSERVADOR OU PARCEIRO DA EGF

Tabela n.º 2 - Condições de adesão à EGF

Adesão total	Estatuto de observador	Estatuto de parceiros
Estados-membros da UE que possuam uma força de polícia com estatuto militar.	Designa-se aos países candidatos a membros da UE e que possuam uma força de polícia com estatuto militar.	Estados-membros da UE bem como os países candidatos à UE, que possuam uma força de polícia com estatuto militar, mas não cumprem todos os requisitos de uma polícia na íntegra.
	Obteve o estatuto de observador a Jandarma da Turquia, em 2009.	Obteve este estatuto a Viejo Saugumo da Lituânia, em 2009

Fonte: Adaptado de (EGF, 2017)

APÊNDICE F – FORMAS DE ATUAÇÃO: FORÇA CONSTITUÍDA E FORÇA NÃO CONSTITUÍDA

Fazendo também referência à sua projeção a nível internacional, a GNR tem atuado isoladamente⁷³ com observadores de polícia (com missões de monitorização, assessoria e formação - MMA) ou através de unidades constituídas⁷⁴ (Pereira, 2015).

Na perspetiva deste mesmo autor (Pereira, 2015, p. 52) “as participações individuais refletem a capacidade e profissionalismo dos militares da Guarda” aquando da sua seleção para o desempenho de determinadas missões específicas. Por outro lado, a atuação como força constituída permite uma intervenção mais robusta, aludindo principalmente às missões no âmbito da MOP, mas também à eventualidade de poder realizar missões militares, o que possibilita de um modo geral, como se verifica, o cumprimento de um espetro de missões mais alargado (Pereira, 2015).

A GNR, integra normalmente unidades compostas por forças do tipo *gendarmérie*, onde as potencialidades subentendidas a estas unidades se revelam de certa forma primordiais em determinadas operações que as principais OI não abdicam do seu emprego (Silvério, 2012). A IPU pode ser considerada como um exemplo deste tipo de unidades compostas por forças do tipo *gendarmérie*.

Por fim, importa ainda evidenciar que apesar dos militares da GNR, nas mais diversas operações até então realizadas, se tenham integrado individualmente, a GNR tem-se afirmado, especialmente, no âmbito da projeção de forças constituídas, como foi o caso da sua participação na Operação ALTHEA (Pereira, 2015).

⁷³ Associado ao conceito de forças não constituídas.

⁷⁴ Associado ao conceito de forças constituídas.

APÊNDICE G – ESTRUTURA DA INVESTIGAÇÃO APLICADA

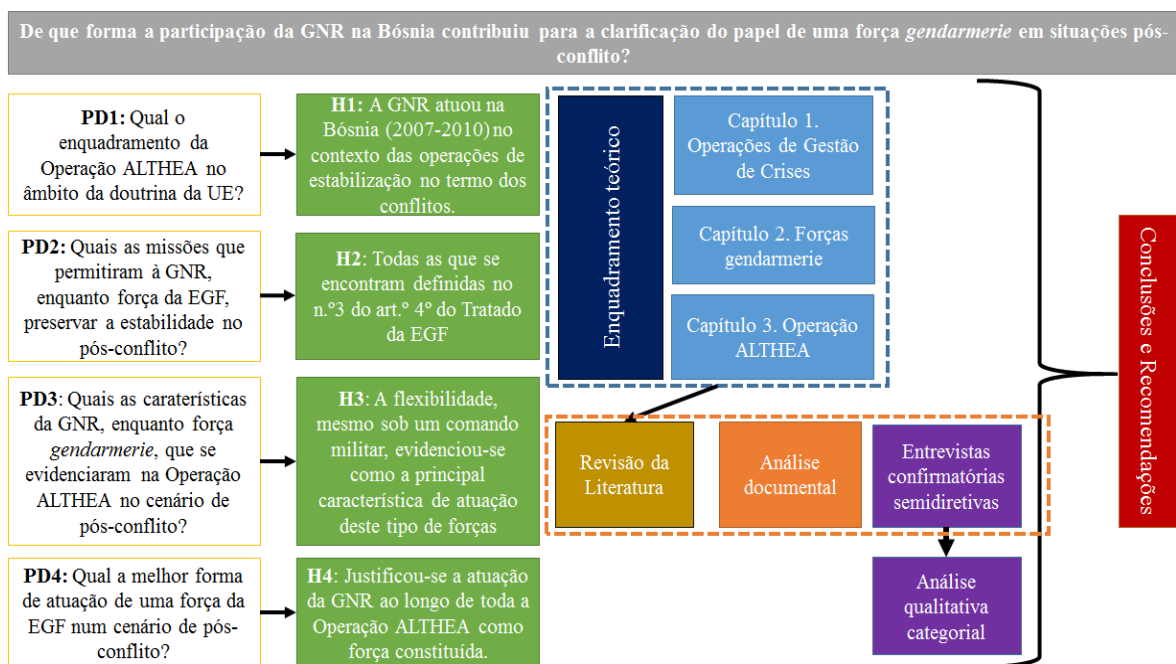


Figura n.º 2 - Estrutura da investigação aplicada

APÊNDICE H – GUIÃO DA ENTREVISTA

ATUAÇÃO DE FORÇAS *GENDARMERIE* EM SITUAÇÕES PÓS-CONFLITO:

A Guarda Nacional Republicana na Bósnia (2007-2010)

1. ENQUADRAMENTO

Ao mesmo tempo que esta Operação ALTHEA pode ser considerada como um objetivo importante na história da EGF, é de igual forma de salientar a preponderância da sua atuação, como uma demonstração da sua credibilidade e capacidades, reveladas através das suas missões policiais no âmbito das Operações de Gestão de Crises (EGF, 2017).

Dado o facto de as forças *gendarmerie* poderem ser empenhadas quer em operações, quer em missões de gestão de crises, importa investigar quais os principais resultados obtidos no seu empenhamento em cenários pós-conflito, neste caso em concreto da GNR enquanto uma força deste tipo, por forma a superar o *security gap* que intercede a mudança do estado de conflito para o período de paz e reconstrução (Cortinhas, 2015).

Hoogenboom (2011) reforça, mencionando que em contextos de pós-conflito, a única força capaz de regularizar a situação, assegurar a assistência humanitária necessária e apoiar no estabelecimento de uma nova autoridade democrática local é uma unidade de forças constituídas do tipo *gendarmerie*.

As forças *gendarmerie* podem ser observadas como um instrumento integrado, concebidas para realizar missões de polícia nos mais distintos teatros de operações, incluindo teatros desestabilizados, em apoio da União Europeia, da Organização das Nações Unidas, da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa, da Organização do Tratado do Atlântico Norte ou de possíveis coligações *ad hoc* (EGF, 2017).

No panorama atual, as forças *gendarmerie* definem-se por determinadas características militares, como o estatuto militar; o treino, a formação e instrução militar dos seus elementos, a submissão à lei e justiça militar, a doutrina, os valores e a disciplina militar inculcada e ainda, a utilização e experiência com o equipamento e armamento militar comum ao das FA (Weger, 2009). Estas características permitem-lhe não só o cumprimento de todos o espectro de missões policiais, mas também uma considerável preponderância no complemento das missões militares subjacentes às FA.

Desta forma, estes conceitos serão aplicados no caso concreto da Bósnia com o objetivo de obter os melhores resultados provenientes deste estudo de caso, no sentido de perceber de que forma a participação da GNR na Operação ALTHEA contribuiu para a clarificação do papel de uma força *gendarmerie* no pós-conflito.

2. ENTREVISTA

Caraterização dos entrevistados:

Nome:

Posto:

Unidade:

Função:

Função aquando da Operação ALTHEA:

Data:

Local:

Questões:

- 1. Qual o cenário encontrado aquando da chegada à Bósnia?**
- 2. Na sua opinião, como enquadra o *security gap* no contexto da Operação ALTHEA?**
- 3. Quais as missões que uma força de *gendarmerie* deve desempenhar para preencher o *security gap*?**
- 4. Na sua opinião, quais foram as missões da GNR que mais se evidenciaram num cenário de pós-conflito?**
- 5. Na sua opinião, que fatores distinguiram a GNR no cumprimento destas missões?**
- 6. Quais as características da GNR, enquanto uma força de *gendarmerie*, que se evidenciam na Operação ALTHEA num cenário de pós-conflito?**
- 7. Que vantagens trouxe a capacidade de atuar sob um comando militar nesta Operação em concreto, numa fase de pós-conflito?**
- 8. Qual a melhor forma de atuar num cenário de pós-conflito, enquanto força de *gendarmerie*?**
- 9. Quais as vantagens e desvantagens de atuar como força constituída na Operação ALTHEA para as restantes missões já realizadas pela GNR?**

10. Que valências da GNR considera terem sido importantes na Operação ALTHEA num cenário de pós-conflito?

11. Tem mais algum assunto a acrescentar?

Muito obrigado pela atenção, pela sua disponibilidade e partilha de conhecimentos, a sua participação valorizará certamente toda a investigação.

APÊNDICE I – CARATERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS⁷⁵

Quadro n.º 12 - Identificação numérica dos entrevistados

N.º	Identificação dos Entrevistados			Nome	Dia	Local	Modo
	Posto	Função atual	Função aquando da operação				
Entrevistados							
E1	Cor	Reserva	Chefe do EM CMDT EGF	Esteves	21 de abril de 2017	AM - Sede	Presencial
E2	Cor	Oficial de ligação em Bruxelas	2.º CMDT da IPU	Ferreira	23 de março de 2017		Via telefónica
E3	Tenente-Coronel	Chefe da SIIC de Faro	CMDT da <i>Specialized Element</i>	Sequeira	14 de março de 2017		Via telefónica
E4	Tenente-Coronel	CMDT GIOP	CMDT Companhia Alfa	Barradas	15 de março de 2017	Unidade de Intervenção	Presencial
E5	MAJ	Curso EM conjunto	CMDT Companhia Alfa	Cruz	17 de março de 2017	IUM	Presencial
E6	MAJ	Chefe da RPE	<i>Intelligence Officer</i> - EM	Poiares	7 de março de 2017	Comando Geral	Presencial
E7	MAJ	Chefe da DCRP	Chefe da Logística - EM	Marques	9 de março de 2017	Comando Geral	Presencial
E8	MAJ	Comissão de Serviço no SSI	<i>Intelligence Officer</i> - EM	Bessa	27 de março de 2017		Via Skype
E9	MAJ	Adjunto da DPERI	<i>Intelligence Officer</i> - EM	Meireles	14 de março de 2017	Comando Geral	Presencial
E10	MAJ	Assessor do CMDT-Geral	<i>Intelligence Officer</i> - EM	Contente	26 de março de 2017		Via Skype
E11	Cap	CEPOL	CMDT Pel. OP	Alfaro Pereira	16 de março de 2017	EG	Presencial
E12	Cap	CMDT DI de Leiria	CMDT Pel. OP	Silva Pereira	27 de março de 2017	IUM	Presencial
E13	Cap	CMDT Dter Montijo	CMDT Pel. OP	Martins	21 de março de 2017	Dter Montijo	Presencial
E14	Cap	CMDT DTer Tomar	CMDT Pel. OP	Canatário	3 de abril de 2017		Via Skype

⁷⁵ Por impossibilidade das inúmeras abreviaturas expostas, foi optado para a presente investigação a colocação das mesmas apenas na Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos.

APÊNDICE J – CARTA DE APRESENTAÇÃO



ACADEMIA MILITAR

**ATUAÇÃO DE FORÇAS *GENDARMERIE* EM SITUAÇÕES
PÓS-CONFLITO:
A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA NA BÓSNIA
(2007-2010)**

Autor: Aspirante de GNR Cavalaria Diogo Pombo Araújo

Orientador: Major de GNR Infantaria Jorge Manuel Lobato Barradas

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, fevereiro de 2017

CARTA DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada subordinado ao tema “**Atuação de forças *gendarmerie* em situações pós-conflito: a Guarda Nacional Republicana na Bósnia (2007-2010)**” torna-se essencial realizar uma recolha de informação competente, com o intuito de garantir a credibilidade na realização do mesmo. Para tal irão ser efetuadas entrevistas aos oficiais presentes direta ou indiretamente na Operação ALTHEA (2007-2010).

Este estudo tem como objetivo compreender de que forma a participação da GNR na Operação ALTHEA contribuiu para a clarificação do papel de uma força *gendarmerie* no pós-conflito.

Neste sentido e por forma a conceder validade científica a este Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação, o tipo de entrevistas é designado para um público-alvo em concreto, uma vez que dispondo da sua experiência e vastos conhecimentos perante esta temática, possamos alcançar as melhores conclusões relativas aos objetivos iniciais que nos propusemos.

Devido à importância da entrevista, as suas respostas constituem-se como uma parte fulcral nesta investigação. Estas vão ser analisadas para que possam contribuir para um sólido suporte para a investigação.

Se V. Ex.^a assim o desejar, poderá ter acesso a toda a investigação bem como subjuagar para sua apreciação o estudo realizado do conteúdo das respostas.

Após o seu término e conseqüente aprovação estarei totalmente disponível para lhe facultar o trabalho na sua totalidade.

Grato pela sua atenção e disponibilidade.

Atenciosamente,

Diogo Pombo Araújo

Aspirante de Cavalaria da GNR

APÊNDICE K– ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

K.1. Codificação alfanumérica e cromática das entrevistas

Quadro n.º 13 - Codificação alfanumérica e cromática das entrevistas

Questão	Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo
Questão n.º 1 Qual o cenário encontrado aquando da chegada à Bósnia?	Cenário encontrado	Estabilizado	1.A.1.
		Período de transição	1.A.2.
		Aparente calma	1.A.3
		Alguma tensão fruto da criminalidade	1.A.4
		Bastante necessidade de forças multinacionais	1.A.5
Questão n.º 2 Na sua opinião, como enquadra o <i>security gap</i> , no contexto da Operação ALTHEA?	Enquadrar o <i>security gap</i> na Operação ALTHEA	Lacunas ao nível da segurança	2.A.1.
		Diminuição do efetivo associado às FA	2.A.2.
		Período de transição entre o empenhamento das FA e das forças de polícia civil	2.A.3.
		Não se enquadra no caso da Operação ALTHEA	2.A.4
Questão n.º 3 Quais as missões que uma força <i>gendarmérie</i> deve desempenhar para preencher o <i>security gap</i> ?	Principais missões a desempenhar por uma força <i>gendarmérie</i> no <i>security gap</i>	Todas as missões de natureza policial	3.A.1.
		Garantir a segurança das populações	3.A.2.
		Missões próprias do pós-conflito	3.A.3
		Apoio às autoridades locais	3.A.4
		Missões de MMA	3.A.5
		MOP	3.A.6
Questão n.º 4 Na sua opinião, quais foram as missões da GNR que mais se evidenciaram num cenário de pós-conflito?	Principais missões a desenvolver num cenário de pós-conflito	Formação e treino	4.A.1.
		IC	4.A.2.
		MOP	4.A.3
		Apoiar a polícia local	4.A.4
		Ações de reconhecimento e patrulhamento	4.A.5
		Contribuir para a implementação dos acordos de paz	4.A.6
		Questão n.º 5 Na sua opinião, que fatores distinguiram a GNR no cumprimento destas	Fatores distintivos
Melhor capacidade ao nível de viaturas,	5.A.2.		

missões?		equipamentos e armamento	
		Capacidade auto sustentação	5.A.3
		Caráter social	5.A.4
Questão n.º 6 Quais as características da GNR, enquanto uma força de <i>gendarmerie</i> , que se evidenciaram na Operação ALTHEA num cenário de pós-conflito?	Caraterísticas que se evidenciaram num cenário de pós-conflito	Flexibilidade	6.A.1.
		Caraterísticas militares	6.A.2.
		Disciplina	6.A.3
Questão n.º 7 Que vantagens trouxe a capacidade de atuar sob um comando militar nesta operação em concreto, numa fase pós-conflito?	Vantagens de atuar sob um comando militar	Caraterísticas comuns	7.A.1.
		Fácil integração	7.A.2.
		Agilização de procedimentos	7.A.3
Questão n.º 8 Qual a melhor forma de atuar num cenário de pós-conflito enquanto força <i>gendarmerie</i> ?	Forma de atuar com mais vantagens	Depende do tipo de operação	8.A.1.
		Força constituída	8.A.2.
		Aquela que o cenário exigir	8.A.3
		Ambas possuem mais valias	8.A.4
Questão n.º 9 Quais as vantagens e desvantagens de atuar como força constituída para as restantes operações já realizadas pela GNR?	Vantagens	Interoperabilidade	9.A.1.
		Multiculturalidade	9.A.2.
		Possibilidade de desenvolvimento e concretização de doutrina associada à EGF	9.A.3
		Reserva tática para o Kosovo	9.A.4
	Desvantagens	Visibilidade internacional	9.B.1
		Caráter moral e técnico	9.B.2
		Língua	9.B.3
Questão n.º 10 Que valências da GNR considera que poderiam ter sido importantes na Operação ALTHEA num cenário de pós-conflito?	Valências que poderiam ter sido importantes	Nenhuma	10.A.1.
		EOD	10.A.2.
		GIPS	10.A.3
		SEPNA	10.A.4
		GIC	10.A.5
		Cibersegurança	10.A.6

K.2. Análise de conteúdo por questão

Quadro n.º 14 - Análise de conteúdo por questão da entrevista

Entrevistado	UR	Unidade de Contexto
--------------	----	---------------------

Questão n.º 1 – Qual o cenário encontrado aquando da chegada à Bósnia?		
E1	1.A.1	“O cenário na Bósnia naquele momento era um cenário que já caminhava para a normalidade (...)”.
	1.A.6	“(…) embora sob o aspeto policial ainda havia algumas missões a concluir que estavam atribuídas à IPU da EGF (...)”.
E2	1.A.1.	“A situação estava estabilizada e as Instituições funcionavam normalmente ”.
E3	1.A.2.	“Aquando da Chegada à Bósnia, foi encontrado um cenário de transição já bastante avançado (...)”.
	1.A.5.	“(…) mas com bastantes necessidades de apoio das forças multinacionais ”.
E4	1.A.1.	“O cenário já estava estabilizado , porque estamos a falar de uma missão de cariz não executivo (...). A paz estava restabelecida (...)”.
E5	1.A.1.	“Era um país na perspetiva policial, na perspetiva das estruturas do estado, era um país já estabilizado ”.
	1.A.2.	“Quando chegamos à Bósnia estávamos a finalizar um período de transição em que as forças policiais praticamente já garantiam a segurança do território”.
E6	1.A.1.	“A Paz estava restabelecida , o governo já tinha tomado posse, já governava (...)”.
	1.A.4	“ Existiam pequenos incidentes criminais , em que o nosso envolvimento era quase nulo”.
E7	1.A.3.	“Cenário social – quando nós saíamos à rua, como normal cidadão, era de uma aparente calma ”.
	1.A.4	“As pessoas tinham consciência de que não era um país seguro , muito por causa das organizações criminosas que operavam naquele país . A corrupção, a máfia era quase como cultural ”.
E8	1.A.1	“Considerando os aspetos gerais observados à chegada à Bósnia foi de imediato perceptível que o país estava perfeitamente estabilizado ”.
E9	1.A.1	“O cenário encontrado é um cenário aparentemente estável ”.
	1.A.4	“Existia também uma criminalidade organizada muito forte ”.
E10	1.A.1	“Após longos anos de espera, o Governo central da Bósnia-Herzegovina assinou em 16 de Junho de 2008 um Acordo de Estabilização ”.
	1.A.4	“Existem também grupos criminais com ligações a máfias albanesas ”.
E11	1.A.1	“Naturalmente que a situação na altura em termos do conflito estava estabilizado , estávamos claramente numa fase pós-conflito (...)”.
	1.A.2	“(…) nunca sentimos que houvesse uma ameaça dirigida a nós . Nunca sentimos que estivéssemos sobre perigo na Bósnia ”.
E12	1.A.1	“O país já estava relativamente estável (...)”.
	1.A.4	“(…) a conflictualidade era reduzida , havia alguma tensão (...)”.
E13	1.A.3	“Cenário de uma capital calma (...) aparentemente calmo , uma pessoa andava na rua serena e notava-se também nas pessoas uma calma aparente (...)”.
E14	1.A.3	“Encontrei um cenário relativamente calmo (...) ambiente estava relativamente pacífico e calmo ”.
	1.A.4	“(…) notava-se um clima pesado entre as pessoas (...) um ambiente um bocado pesado na vivência das pessoas ”.
Questão n.º 2 – Na sua opinião, como enquadra o security gap, no contexto da Operação ALTHEA?		
E1	2.A.4	“ <i>Security gap</i> de uma força simples, é quando não existe ninguém a desempenhar missões policiais, ou quando as policiais locais não são confiáveis, ou de alguma forma não estão habilitadas para o desempenhar com distinção as missões policiais. No caso da Bósnia não era assim (...). Na Operação da Bósnia esta questão não se colocava (...)”.
E2	2.A.1.	“Existiam na Bósnia várias lacunas encontradas ao nível da segurança nas diversas áreas de intervenção e atividades”.
E3	2.A.1.	“De forma genérica, era evidente um nível de ausência de um sistema de segurança plenamente implementado , que concorria para a garantia dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos (...)”.

E4	2.A.2.	“(…) a força militar começou a diminuir os seus efetivos e o número de missões que ia cumprindo e passando a pasta para as forças policíacas, neste caso em concreto para a EGF (…)”.
E5	2.A.3.	“(…) há aqui um período de transição, período em que tem que haver aqui uma força que faça a ponte, a ligação entre aquilo que foi o instrumento militar na sua essência com aquilo que irão ser as missões de policiamento (…)”.
E6	2.A.1.	“A partir do momento em que a guerra termina e ao longo dos anos que lhe sucederam (…) esse Estado ainda não tem as totalmente as condições necessárias para garantir a segurança interna ”.
E7	2.A.2.	“A Operação ALTHEA já não tinha necessidade de ter tanto número de militares associados às FA (…) foi-se reduzindo gradualmente , fruto da realidade que já vivia naquele país”.
E8	2.A.1	“(…) assumida internacionalmente um vazio de segurança pública no Estado da Bósnia-Herzegovina (…)”.
	2.A.3	“(…) nível máximo de eficácia das Forças Armadas já não era necessário e pretendia-se o início da proficiência das polícias civis (não sendo ainda totalmente capazes)”.
E9	2.A.2	“(…) o típico cenário de guerra havia finalizado e há uma diminuição do número de militares das FA , portanto é necessária uma intervenção já com algumas capacidades de polícia , mas ainda de cariz militar (…)”.
E10	2.A.3	“(…) período que intercedeu a mudança do estado de guerra para o período de paz e reconstrução ”.
E11	2.A.3	“(…) neste período de tempo em que as FA terminam a sua atuação e as forças civis e de polícia não tem ainda todas as condições nem a capacidade individualizada necessária para atuar no terreno ”.
E12	2.A.3	“Era uma fase de transição já na sua parte final entre aquilo que foi a atuação das FA e aquilo que viria a ser a atuação na sua plenitude das forças de polícia civil (…)”.
E13	2.A.1	“(…) existia um fosso, ao nível da segurança e neste caso (…) tem que ser projetadas forças do tipo gendarmeire (EGF) (…) para colmatar a falha ou aparente falha das forças locais ”.
E14	2.A.3	“ Após a presença das FA , irmos passando progressivamente, irmos a pouco e pouco, pondo a polícia local a desempenhar as suas funções com o nosso apoio, com a nossa supervisão (…)”.
E15		
Questão n.º 3 – Quais as missões que uma força gendarmerie deve desempenhar para preencher o security gap?		
E2	3.A.1.	“De uma maneira geral pode desempenhar a maioria das funções policíacas desde o policiamento à investigação criminal (…)”
E3	3.A.2.	“(…) garantir a segurança das populações , com todas as missões que o quadro do estado em causa exigir (…)”
	3.A.4.	“(…) apoiar toda a reconstrução do sistema de Forças de Segurança do Estado , nomeadamente ao nível da assessoria superior, formação e acompanhamento nas missões operacionais (…)”
E4	3.A.1	“Todas as missões de natureza minimamente policíaca , para além das militares”.
	3.A.6	“Tarefas ao nível das forças de MOP : a GNR e as forças gendarmerie que tem essa formação e estão habilitadas e capacitadas e treinam diariamente (…)”.
E5	3.A.3	“(…) ações que devem ser feitas no pós-conflito (mais patrulhamento, utilização das SWAT team)”.
	3.A.6	“Uma força deve nesta fase do SG realizar mais MOP (…)”.
E6	3.A.1	“(…) função policíaca , que as FA não têm competência para desenvolver. Missões normais de polícia , mas de certa forma mais musculadas que o policiamento normal (…)”.

	3.A.5	“(…) formação (<i>mentoring, monitoring and advising</i>), supervisionar a atuação das polícias locais”.
	3.A.6	“Missões de <i>Ordem Pública</i> (…)”.
E7	3.A.6	“(…) missões mais no âmbito da <i>vertente da OP</i> (…)”.
E8	3.A.6	“As forças de Gendarmerie (….) são capazes de desempenhar <i>funções especializadas no âmbito da ordem pública</i> que requerem uma ação disciplinada de grupo (…)”.
E9	3.A.1	“Forças gendarmerie (….) conseguem desempenhar determinados <i>tipos de missões, tendencialmente policiais</i> (…)”.
	3.A.5	“(…) missões de <i>treino</i> (…), <i>treinar monitorizar, aconselhar (MMA)</i> , também faz parte deste <i>processo contínuo de capacitação</i> das autoridades locais”.
E10	3.A.4	“Deve-se assumir com uma força de polícia com estatuto de Gendarmerie, <i>mas em apoio às autoridades locais</i> ”.
E11	3.A.3	“Mas existem muitas <i>missões que são necessárias e próprias do pós-conflito</i> : patrulhamento, segurança das infraestruturas, proteção dos direitos humanos, investigação criminal (…)”
	3.A.6	“(…) é fundamental a <i>questão da OP</i> (…)”.
E12	3.A.1	“ <i>Missões de natureza policial</i> enquanto uma força de gendarmerie, na fase de transição”.
	3.A.5	“ <i>MMA às polícias locais</i> é importante”.
E13	3.A.1	“Missões mais importantes: basicamente tudo o que está <i>inerente à função de polícia</i> ”.
E14	3.A.5	“Uma das principais é <i>MMA</i> , não só das <i>populações, como da própria polícia</i> ”.
Questão n.º 4 – Na sua opinião, quais foram as missões da GNR que mais se evidenciaram num cenário de pós-conflito?		
E1	4.A.2	“Uma das missões que nós efetuávamos era na <i>investigação de criminosos de guerra</i> e, obviamente que a <i>IC tinha um papel de muito relevo</i> ”.
	4.A.3	“(…) <i>MOP</i> (…)”.
	4.A.6	“(…) na <i>implementação do Acordo de Paz</i> ”.
E2	4.A.1	“Alguma <i>formação e treino conjunto</i> com as Forças Policiais de Intervenção da BiH (…)”.
	4.A.2	(…) e <i>investigação no âmbito de crimes de tráfico</i> de armas e localização de <i>indivíduos procurados por crimes de guerra</i> ”.
E3	4.A.2	“Numa outra vertente (….) havia ainda em curso <i>operações de captura de criminosos de guerra</i> (PIFWC – Persons Indicted for War Crimes)”.
	4.A.3	“(…) atuando em caso de insuficiência das Forças de Segurança da BiH ao <i>nível da manutenção da ordem pública</i> (…)”
E4	4.A.2.	“Um outro aspeto que se ressaltou no âmbito da Operação ALTHEA foi a <i>componente da IC na estrutura da IPU</i> (…)”.
	4.A.3	“(…) na <i>área específica da OP</i> , porque os efetivos que a GNR projetou eram altamente especializados (…)”.
E5	4.A.1	“A questão da <i>formação, do aconselhamento</i> (…)”.
	4.A.5	“Tínhamos <i>ações de reconhecimento</i> por todo o país em que <i>era importante</i> (…)”.
E6	4.A.2	“O maior contributo, no entanto, <i>foi no âmbito da IC</i> , foi aquele que teve <i>mais preponderância</i> (…)”.
	4.A.5	“(…) existe a visibilidade, a <i>presença uniformizada no patrulhamento e nos reconhecimentos</i> , no sentido de garantir o sentimento de segurança das pessoas”.
E7	4.A.1	“(…) fundamental na <i>formação das forças de segurança locais</i> . O <i>treino permanente</i> ”.

	4.A.2	“IC foi fundamental, porque a Bósnia é um caso específico”.
E8	4.A.2	“Contribuiu decisivamente (...) integrando (...) equipas de investigação criminal”.
	4.A.3	“(…) integrando (...) elementos de ordem pública (...)”.
	4.A.6	“Contribuiu decisivamente para que o comando da IPU pudesse apoiar a implementação das linhas gerais do Acordo de Paz (...)”.
E9	4.A.2	“(…) apoiar ao nível do planeamento de missões, de identificação e de detenção dos criminosos de guerra para levar à justiça (...)”.
	4.A.4	“(…) estar preparado para apoiar a policial local sempre que fosse necessário (...)”.
	4.A.5	“Fazer reconhecimentos com alguma regularidade (...)”.
E10	4.A.1	“Formação às polícias locais; formação às Forças armadas locais”.
	4.A.2	“Apoio às polícias locais no âmbito da procura, detenção e entrega às autoridades judiciárias de PIFWC; apoio às polícias locais no âmbito da investigação de crimes de Guerra; apoio às polícias locais no âmbito da investigação de criminalidade local de âmbito complexo; apoio às polícias locais no âmbito da investigação de crimes transnacionais”.
E11	4.A.2	“Demos um contributo muito importante nas investigações que foram feitas ao nível da IC (...)”.
	4.A.5	“Patrulhamento e reconhecimentos praticamente em todo o território”.
E12	4.A.2	“(…) como eles trabalhavam em equipa é importante e fundamental (...). Deteção de indivíduos de elevada perigosidade (...)”.
	4.A.5	“Operações de reconhecimento e patrulhamento, no deslocamento para as lot houses (...)”.
E13	4.A.1	“Treino constante se tivéssemos que agir na parte da MOP (...)”.
	4.A.2	“IC: foi uma missão importante (...) eram informações preciosas que eram recolhidas”.
	4.A.5	“E sensivelmente 2 a 3 vezes por semana, uma missão que nos permitiu conhecer o território rapidamente: reconhecimento às lot houses (...)”.
E14	4.A.1	“O treino com eles e o apoio, isto porque as missões operacionais não abundavam”.
	4.A.2	“A IC tinha também um papel importante”.
	4.A.5	“Tínhamos uma missão muito concreta e talvez a mais importante (...) monitorização da população e controlo da sociedade através das lot houses”.
Questão n.º 5 – Na sua opinião, que fatores distinguiram a GNR no cumprimento destas missões?		
E1	5.A.1	“A experiência internacional é decisiva. Forças como a GNR e muitas mais (...) que tem décadas de projeção em missões internacionais, com uma experiência adquirida riquíssima, porque cada missão é diferente da outra, enfrentaram situações em ambientes hostis, destabilizado e essa experiência é essencial”.
E2	5.A.2	“A presença da GNR na BiH caracterizou-se pela posse (...) de equipamento e armamento militar comum ao das FA (...)”.
E3	5.A.4	“No caso da GNR, notam-se a este nível, características distintas, ao nível social que facilitam a interação com as forças locais e populações”.
E4	5.A.1	“Outras experiências internacionais que a GNR tem tido como força constituída (exemplo de Timor e Iraque). Os militares portugueses foram selecionados dentro dos melhores que íamos tendo (experiência e verdadeiramente especialistas (...))”.
	5.A.2	“Capacidade multifuncional de trabalhar com as viaturas, trabalhar em ambientes diversos. Equipamento mais pesado (armas pesadas)”.
E5	5.A.3	“Conseguimos continuar sempre a operação, ela não fica condicionada pelas condições (...) sem que as condições logísticas ou administrativas condicionem o nosso desempenho”.

E6	5.A.1	“(…) nomeadamente no processo de nomeação dos militares, isto é, possuíamos militares com maior experiência ”.
E7	5.A.1	“(…) e principalmente como esta, fruto da experiência de missões anteriores (...) a GNR é sem dúvida uma força de referência”.
	5.A.2	“(…) não tinham viaturas que conseguissem subir a montanha, muito apropriadas para a neve. Depois eram assinados contratos e a GNR emprestava ”.
E8	5.A.1	“Da experiência que vivenciei na Bósnia foi-me permitido observar que a GNR se encontra bem treinada e preparada para este tipo de missões (...)”
	5.A.4	“(…) fator diferenciador os aspetos culturais inerentes a cada País (...)”.
E9	5.A.1	“Evidenciou-se a experiência que tinha na atuação no cenário em Timor, Iraque (...)”.
E11	5.A.1	“Neste aspeto considero (...) um fator distinto comparativamente as outras forças (...) vasta experiência em missões internacionais “.
	5.A.2	“A GNR investiu para que nós tivemos todas as condições naquele Operação e deu nos todos os meios e recursos para todas as missões que fosse expetável nos virmos a desempenhar”.
	5.A.3	“Tínhamos (...) capacidade de auto sustentação de algumas semanas , coisas que mais nenhuma outra força lá tinha”.
E12	5.A.2	“Mais bem preparados e equipados para aquela operação em concreto (...)”.
	5.A.3	“Capacidade de auto sustentação individual era importante ter”.
E13	5.A.1	“Colocar lá as pessoas que são indicadas para o efeito e as mais experientes (...)”.
	5.A.2	“(…) só nós é que tínhamos viaturas blindadas ”.
	5.A.4	“(…) a nossa capacidade de ter bom senso e o discernimento para ter uma palavra, um sorriso, um gesto mais brusco quando tem que ser (...)”.
E14	5.A.1	“ Experiência : os militares que iam para a Bósnia eram os militares que tinham mais missões do antecedente (...)”.
	5.A.2	“ Viaturas : (...) outras forças não utilizavam viaturas blindadas . Quantidade de equipamento que tínhamos (...) nos estávamos mais bem equipados ”.
Questão n.º 6 – Quais as caraterísticas da GNR, enquanto uma força de gendarmerie, que se evidenciaram na Operação ALTHEA num cenário de pós-conflito?		
E1	6.A.1	“(…) porque podemos ser projetados sob uma cadeia de comando civil ou militar (podendo trabalhar sob a cadeia de comando militar, isto é, podemos ser projetados na fase inicial de um conflito, juntamente com as FA, essa é uma mais valia , muito importante (...)”.
	6.A.2	“O estatuto militar dos membros das gendarmerie é de facto uma caraterística comum a todas e que as une e distingue (...)”.
E2	6.A.1	“(…) permitindo a flexibilidade necessária a que este tipo de forças possam ser colocadas como subordinadas de um comando militar (...) ou , como subordinadas de um comando civil (...)”.
	6.A.2	“A presença da GNR na BiH caracterizou-se (...) estatuto militar , englobando o treino, formação e educação militar dos seus elementos (...)”.
E3	6.A.2	“Num teatro como a Operação ALTHEA, a caraterística militar da GNR é a que mais se evidencia (...)”
	6.A.3	“(…) associa uma efetiva e vincada doutrina de disciplina (...)”.
E4	6.A.1	“A capacidade que foi sendo desenvolvida na estrutura militar e no relacionamento por força sobretudo da IC sobretudo com entidades civis (muita flexibilidade, muita capacidade de o fazer)”.
	6.A.2	“As caraterísticas neste caso começam logo pelo comando sob uma estrutura militar (...)”.
E5	6.A.1	“(…) conseguimos ter essa flexibilidade que nos permite compreender a linguagem da parte militar e temos também depois procedimentos da parte mais policial: grande vantagem ”.

	6.A.2	“(…) tem a ver com procedimentos: procedimentos doutrinários (…) ajuda sempre a integrar a linguagem militar, os conceitos. A forma de pensar e a forma de atuar é quase idêntica (…)”.
E6	6.A.2	“(…) estar sob um comando militar”.
	6.A.3	“A disciplina”.
E7	6.A.2	“(…) muito por causa da sua formação militar que estas possuem: a formação, o treino, o sentido de missão, o espírito de sacrifício (…)”.
	6.A.3	“Numa fase pós-conflito é também importante a disciplina (…)”.
E8	6.A.1	“Claramente a experiência nacional de adaptação continua a novas situações operacionais e funcionamento (…)”.
	6.A.2	“(…) o estatuto militar e preparação dos elemento da GNR no que concerne à sua formação e educação”.
E9	6.A.1	“Flexibilidade é uma das caraterísticas de todas as forças gendarmérie (…)”.
	6.A.2	“Atuar ao nível militar, sob uma cadeia militar (…)”.
E10	6.A.2	“Julgo que o estatuto militar; o treino, formação e educação militar dos seus elementos; sujeição à lei e justiça militar; doutrina e valores militar foram as características que mais se evidenciaram”.
E11	6.A.1	“(…) permite nos também trabalhar e fazer operações juntamente com as FA, porque efetivamente temos essa capacidade de flexibilidade (…) caraterística que nos permite adaptar à situação em concreto (…)”.
	6.A.2	“(…) a formação militar (…)”.
E12	6.A.1	“Flexibilidade, porque sendo flexível rapidamente te permite adaptar a qualquer um dos cenários”.
	6.A.3	“A parte da disciplina (…)”.
E13	6.A.1	“Essencialmente a flexibilidade, o bom senso, e um treino forte (…) bem preparadas, bem treinadas e equipadas para qualquer tipo de cenário”.
	6.A.3	“Essencialmente a disciplina (…)”.
E14	6.A.2	“(…) a disponibilidade e o espírito da missão. A nossa forma de estar, a nossa postura (…) nos distingue de sermos militares. Formação militar muito positiva. A nossa cultura militar também nos diferencia”.
	6.A.3	“(…) diferença na disciplina, no saber estar em grupo”.
Questão n.º 7 – Que vantagens trouxe a capacidade de atuar sob um comando militar nesta operação em concreto, numa fase pós-conflito?		
E1	7.A.1	“(…) para primeira missão da EGF ela ter sido sob um comando militar talvez tenha facilitado, porque nós temos também (além de termos estatuto militar) a maioria das missões que desempenhamos são missões policiais, mas temos outras militares, conhecemos o método de planeamento militar, estamos habituados a trabalhar e a treinar com a componente militar (…)”.
	7.A.2	“(…) tivemos o maior apoio do comando militar, foi de uma fácil integração e a nossa colaboração com o comando da Operação ALTHE correu sempre muitíssimo bem”.
E2	7.A.1	“(…) as vantagens são as próprias das instituições militares (…)”.
E3	7.A.1	“(…) falam a mesma linguagem e detêm características comuns”.
	7.A.2	“(…) constando-se que a relação entre ambas era de grande harmonia, sem dúvida resultante da condição militar de ambas as componentes”.
E4	7.A.3	“É que não há zonas de sombra ou de dúvida, por experiência própria os comandos militares não têm problemas em decidir (…) situações complicadas e é preciso de decidir”.
E5	7.A.3	“Reunião semanal entre o Comandante da IPU e Comandante da EUFOR, o que permitia agilizar alguns procedimentos”.
E6	7.A.1	“(…) igual cultura e semelhante estrutura constitui uma vantagem”.
	7.A.2	“(…) torna-se mais fácil a nossa integração, a nossa relação, o respeito pela estrutura hierárquica (…) facilidade de comunicação”.

E7	7.A.1	“(…) o primeiro a chegar foi um militar, o último a sair foi um militar (…)”.
E8	7.A.2	“A vantagem foi a fácil integração de capacidades e missões atribuídas à missão em geral que facilitou muitas a integração em missões conjuntas e combinadas (…)”.
E9	7.A.2	“A decisão para ir para este cenário teve esta característica como base porque é de mais fácil integração e a vantagem foi exatamente essa (…)”.
E10	7.A.1	“(…) comando militar permite um controlo mais eficaz de emoções, garantindo também o apartidarismo e evitando o facciosismo étnico ou religioso”.
E11	7.A.3	“O facto de estarmos sob o comando militar, permitiu que este soubesse quais as missões que nós podíamos desempenhar (…)”.
E12	7.A.1	“Uniformidade dentro de toda a força”.
E13	7.A.1	“(…) o facto do comando militar faz nos levar aquilo que é a nossa natureza (…) enquanto força gendarmerie (…)”.
E14	7.A.2	“Habitados aquela forma de estar”.
	7.A.3	“(…) as reuniões, os briefings, as ordens ou como elas vinham facilitam nos muito porque era linguagem militar (…) era natural.
Questão n.º 8 – Qual a melhor forma de atuar num cenário de pós-conflito, enquanto força de gendarmerie?		
E1	8.A.1	“Depende das missões que podem ser atribuídas, do carácter das Operações, se tem poderes executivos ou não tem poderes executivos. Se tem poderes executivos normalmente projetam-se unidades constituídas, se não tem poderes executivos, normalmente projetam-se militares a nível individual”.
	8.A.4	“(…) quando nós de alguma forma podemos vir a desempenhar funções de polícia local, ou porque ela não é capaz de desempenhar as suas funções ou porque não existe (…) aí normalmente a EGF projeta unidades constituídas, forças constituídas. Foi o caso da Bósnia, tínhamos missões de MOP, de alguma forma podíamos ser chamados não só a substituir a polícia local, mas inicialmente até a colaborar com a polícia local. (…) aí a projeção foi feita a nível individual, não se justifica já projetar uma IPU para realizar tais missões, porque no Afeganistão não estávamos a substituir a polícia local, era uma missão de treino, estávamos a contribuir para a formação da policia afegã”.
E2	8.A.1	“Tudo depende da Operação pois pode passar por a atuar como força constituída ou força não constituída como são os casos das Operações de MMA (…)”.
	8.A.2	“Na minha opinião, a melhor forma de atuar enquanto Força Gendarmerie é como Força constituída individualizada tipo IPU ou FPU pois permite um comando mais eficaz e eficiente, reconhecido espírito de corpo e camaradagem, treino conjunto e responsabilidade de atuação (…)”.
E3	8.A.2	“(…) pressupõe-se naturalmente que as Forças de Gendarmerie atuem como Força constituída. Esta situação encontraria muito mais dificuldades, caso (…) não actuassem nesta configuração (…). (…) característica elementar para a intervenção deste género de Forças em cenário pós-conflito. Um Gendarme isolado não se distingue de outro polícia, mas uma Unidade Orgânica de forças do tipo gendarmerie, distingue-se de uma Força policial de cariz civil, em especial pela doutrina e dinâmica operacional e tática, que este tipo de forças apresentam nestes cenários”.
E4	8.A.2	“Como força constituída, com esta capacidade de treino, com esta capacidade especializada de atuar seja em OP seja noutra vertente qualquer (por exemplo IC) é a grande mais valia das forças gendarmerie (…) e onde elas podem ser potenciadas.

		Pegando em elementos individualizados e colocá-los em funções dispersas, estas capacidades vão-se diluir (a sua capacidade de projeção e capacidade de cumprimento de missões)”.
E5	8.A.1	“ Depende da operação . Nós estamos preparados para atuar nos 2 tipos de atuações . Estamos capacitados para atuar num cenário de forças constituídas e ao mesmo tempo como força não constituída desenvolvendo as capacidades dos outros atores, nomeadamente da forças policiais e forças militares”.
E6	8.A.2	“(…) a independência, como capacidade que a GNR e os seus militares possuem , já que a colocação do militar numa força não constituída, o militar fica mais vulnerável , mais dependente de terceiros e eventualmente com menos capacidade de desempenhar ou impor aquela que é a forma de trabalhar da GNR ”.
	8.A.4	“Em qualquer uma existem mais valias . (…) sendo a GNR uma força de segurança com estatuto militar, encaixa bastante bem em qualquer uma das duas ”.
E7	8.A.3	“Relativamente à Bósnia, eu penso que foi o modelo ideal . Os Balcãs são uma região de várias culturas, diversos tipos de criminalidades , muitas guerras antecessoras (…)”.
E8	8.A.3	“Na minha perspetiva, as forças do tipo gendarmerie deverão ser empenhadas de acordo com o cenário com que se irão deparar (…)”.
E9	8.A.1	“A melhor forma é aquela se adaptar melhor à Operação . Porque há Operações que requerem equipas especializadas em determinadas áreas (…)”.
	8.A.2	“Uma força constituída tem muitas mais vantagens : autossustentável, em que esta tudo muito mais bem definido, não há problemas de termos os militares disseminados pelo terreno e por varias estruturas diferentes, é muito mais aconselhável nos concentramos a força do que a termos dispersa, é mais vantajoso, funciona melhor ”.
	8.A.3	“A melhor forma é aquela que o cenário exige , mesmo sendo um cenário pós-conflito (este pode ter características diferentes, varia de cenário para cenário)”.
E10	8.A.1	“Depende do objetivo de atuação da Operação ”.
	8.A.2	Se pretendermos participar de uma forma mais incisiva e presente , com um maior índice de proteção, naturalmente que deverá ser na modalidade de Força Constituída (…). Desta forma a presença institucional e até nacional fica mais vinculada. Podem ainda ser cumpridas diversas missões que de outra forma não seria possível realizar. Pelo contrário, uma força não constituída tem capacidades muito limitadas e o leque de abrangências cinge-se apenas a um pequeno conjunto de missões (…)”.
E11	8.A.3	“(…) consoante o cenário e consoante as necessidades do país acolhedor , efetivamente a GNR tem capacidade para colocar no teatro de operações uma força constituída ou um grupo mais restrito para dar formação (…)”.
	8.A.4	“Ambas poderão ser necessárias e possuem as suas mais valias (…)”.
E12	8.A.3	“Num cenário de pós-conflito, depende do tipo de pós-conflito que encontrarmos (…)”.
E13	8.A.4	“Devia passar sempre pelas duas vertentes . Eu acho que era importante haver os 2 , não só uma nem só outra”.
E14	8.A.2	“Fazemos a diferença como força constituída . MMA pode ser desenvolvido por todas as forças do mundo (militares ou civis) e aí nós não demonstramos o nosso real potencial ”.
Questão n.º 9 – Quais as vantagens e desvantagens de atuar como força constituída para as restantes Operações já realizadas pela GNR?		
E1	9.A.1	“Testar a interoperabilidade da atuação conjunta das forças gendarmerie foi uma vantagem enorme . Foi a primeira vez que a EGF projetou uma força constituída de nível IPU, com um quartel-general onde passaram cerca de 700 militares durante cerca de 3 anos por e ainda por cima de 8

		países diferentes, é um teste à capacidade de treino e de interoperabilidade da EGF”.
	9.A.3	“(…) testamos também nessa altura pela primeira vez um conceito de <i>Logistic Lead Nation</i> (...) outra questão muito positiva e que funcionou muito bem. É possível projetar forças para uma operação internacional apenas apoiadas logisticamente por um país”.
	9.A.4	“(…) éramos uma reserva tática para o Kosovo (...)”.
	9.B.3	“Há testes que são feitos inicialmente antes da projeção e de facto as pessoas tem que conseguir passar nesses testes, mas na prática nem sempre isso acontece e nós muitas vezes somos confrontados com pessoas com um fraco domínio da língua inglesa e que lhes dificulta muito compreender a sua missão ”.
E2	9.A.2	“A única vantagem é a coordenação ao nível da Unidade , envolve vários Países, aprendizagem com outras Forças ”.
	9.B.1	“Não tenho conhecimento de qualquer referência à Operação ALTHEA , no contexto em particular da GNR”.
	9.B.3	“(…) a questão da língua é uma barreira por vezes difícil de ultrapassar (Portugal, Espanha, Itália, Turquia, Roménia e Hungria), nem todos falam inglês”.
E3	9.A.1	“(…) o modelo EGF constitui um modelo com muitas virtudes para a intervenção num cenário pós-conflito , porque é possível que a este nível se constitua uma estrutura completa, que integra Comando, Estado Maior e Unidades Operacionais, com Forças que comungam da mesma doutrina , com vantagens evidentes (...)”.
E4	9.A.2	“Esta trouxe sobretudo a multiculturalidade . Numa missão internacional onde vivíamos lado a lado com cristãos, muçulmanos, ortodoxos, entre outros, tínhamos que ter uma grande capacidade de aculturação de compreensão do outro , de culturas completamente diferentes que acabou por ser uma mais valia e em termos de experiencia pessoal e profissional para os militares acabou por ser significativamente uma mais valia ”.
	9.A.3	“O apoio logístico, fazia nos pequenos pormenores (...) termos a capacidade de apoio (...) pelos italianos, tudo isso é um aspeto relevante (...) ”
	9.B.1	“Em termos externos não foi tão validada . (...) porque as missões que foram surgindo foram ocasionais (...) diluir no tempo e perdem alguma visibilidade ”.
	9.B.2	“As forças na missão ao nível do treino (tiro em movimento) devido às suas leis nacionais não o podiam fazer porque consideravam algo perigoso. Noutras forças por vezes alguns elementos tinham entrado no pelotão para ir para missão, não era gente que todos os dias treinasse OP. Não são totalmente especializados , não foi uniforme em toda a missão”.
E5	9.A.2	“Acho que este conceito de multinacional tem bons indicadores (...) em termos morais, em termos anímicos, há uma maior integração do nosso pessoal, termos ali pelo menos um conjunto de militares, termos procedimentos iguais, termos formas de pensar e de estar diferentes (...) vimos outras realidades, aprendemos com outras realidades ”.
	9.A.3	“A organização desta Operação: concretização do conceito de Logistic Lead Nation que se compromete a fornecer determinado apoio (sanitário, alimentação, combustível, entre outros). Os italianos assumiram esse papel ”.
	9.B.3	“(…) linguagem é uma questão que me preocupava muito (...) nas reuniões era uma desvantagem ”.
E6	9.A.3	“Existiu a preocupação de tentar uniformizar os procedimentos ao nível da OP (...) isto é, adaptar as movimentações das forças de acordo com aquilo que eram as doutrinas próprias e tentar criar alguma uniformidade. Noutras operações isto nunca aconteceu ”.

	9.A.4	“Força de reserva para o Kosovo”.
	9.B.1	“Enquanto EGF o trabalho da vertente policial é reconhecido, no entanto, concretamente para a GNR quando surge não existe esse relevo, porque já é uma fase muito final da missão”.
	9.B.2	“Menor profissionalismo/menor empenhamento por parte de outras forças comparativamente com as nossas forças”.
E7	9.A.1	“(…) Comandante da IPU de tirar partido da interoperabilidade das forças, inclusive das formas de atuação diferentes, porque há tradições diferentes, porque há legislação diferente”.
	9.A.3	“Butmir era gerido pelos carabinieri: internet, alojamentos, alimentação, combustível, entre outros (...)”.
	9.B.1	“Falta de comunicação que houve relativamente ao trabalho das forças de segurança nacionais, mas também fruto da natureza das missões policiais que tínhamos. Não sei se os portugueses conhecem aquilo que lá fizemos (...)”.
	9.B.3	“Maior dificuldade pode ter sido a língua”.
E8	9.A.1	“(…) a oportunidade que uma subunidade de escalão pelotão teve de efetuar treinos e desempenhar operações com outras forças de Gendarmerie, e de trazer essa experiência para a sua Unidade permitindo melhorar a interoperabilidade com outras forças (...)”.
E9	9.A.1	“Testar/provar que é possível a interoperabilidade entre as EGF, mesmo a relativamente a um escalão Companhia”.
	9.B.1	“O objetivo era a EGF ser reconhecida na sua primeira missão e não a GNR”.
E10	9.A.1	“(…) conhecimento de outras técnicas de ordem pública ou de investigação constituem uma mais valia”.
	9.A.2	“(…) aprendizagem e experiência que a após o término da missão a própria Força destacada obtém”.
	9.B.1	“A visibilidade internacional do trabalho desenvolvido pois estávamos sob a égide a EGF”.
	9.B.3	“(…) a língua oficial era o inglês e em nenhum dos países se falava inglês materno”.
E11	9.A.1	“(…) ganhou capacidade de trabalhar com outras forças congéneres que até então nunca tinha sido testado, o que era trabalhar em conjunto. De facto a missão na Bósnia permitiu-nos aprender imenso e ser ainda mais interoperáveis como outras forças”.
	9.A.3	“(…) o criar e procurar desenvolver procedimentos para trabalhar como um pelotão com forças de outros países para resolver a mesma situação (...). Dependência logística dos carabinieri, é um facto, mas que nunca nos deixou sem soluções”.
	9.A.4	“Nós fomos para a Bósnia, mas éramos uma força que estava em prontidão de reserva para o Kosovo”.
	9.B.2	“Não foi por acaso que nós fomos a única nacionalidade que efetuou patrulhamentos em praticamente todas as lot houses que existiam na Bósnia”.
E12	9.A.1	“Testar a interoperabilidade da atuação conjunta das forças gendarmerie”.
	9.A.3	“Apoio logístico italiano. Na operação ALTHEA estava a ser executada pelos italianos”.
	9.A.4	“Reserva tática para o Kosovo”.
	9.B.2	“Forças que não iam tão bem preparadas (...) operação como um prémio de carreira”.
E13	9.A.1	“(…) pudermos efetivamente trabalhar em conjunto com as nossas forças congéneres, conhecer novas realidades, novos procedimentos, diferentes formas de atuar (...)”.
	9.A.3	“Conceito de Logistic Lead Nation: quem fornecia o apoio logístico era os italianos (...)”.
	9.A.4	“(…) constituir nos como uma reserva para o conflito no Kosovo”.

	9.B.1	“(…) mais reconhecimento em Timor e no Iraque do que na Bósnia”.
	9.B.2	“(…) outras forças presença na operação como prémio de carreira, pessoal das secretarias (…)”
E14	9.A.1	“Conseguimos testar as nossas capacidades para poder trabalhar em conjunto com as outras forças gendarmarie presentes na Operação”.
	9.A.3	“(…) em diversas ocasiões foi importante o apoio logístico por parte dos carabinieri (…)”
	9.A.4	“Vantagem: nós eramos em simultâneo uma força a ser helitransportada ou via terrestre (se necessário) para o Kosovo (…)”.
	9.B.2	“Capacidade técnica, mas a diversidade de missões (…) éramos mais dinâmicos, mais eficientes na forma de trabalhar”.
Questão n.º 10 - Que valências da GNR considera que poderiam ter sido importantes na Operação ALTHEA num cenário de pós-conflito?		
E1	10.A.1	“Tudo aquilo que a EGF pediu à GNR, a GNR colaborou (…) a estrutura da IPU foi desenhada e os pedidos foram feitos aos países a GNR colaborou com todos os pedidos que lhe foram feitos, portanto acho que não poderia fazer mais nada”.
E2	10.A.3	“(…) necessidade de uma eventual intervenção ao nível da busca e resgate em estruturas colapsadas por parte do GIPS”.
E3	10.A.3	“(…) ao nível do GIPS, a sua atuação pode constituir uma mais valia nestes cenários, mas ainda assim teria sempre de ser ponderada a sua intervenção em função da necessidade (…)”.
E4	10.A.2	“País do mundo que tem um maior número de minas por metro quadrado”.
	10.A.4	“No âmbito do MMA, o SEPNA porque alguns países estão subdesenvolvidos nestas matérias (ambientais). Bósnia: um dos países do mundo que é autossuficiente em matéria de água. Recurso hídricos deles em termos energéticos são autossuficientes só no âmbito das suas barragens. Recursos hídricos era algo importante a manter”.
E5	10.A.1	“O objetivo principal ainda é manter e garantir a segurança da população”.
E6	10.A.3	“GIPS certamente uma mais valia, uma vez que chegamos num cenário pós-conflito (…) em que houve a utilização de armas pesadas e que podem existir problemas de estruturas e, onde haverá sempre situações no âmbito da proteção e socorro”.
E7	10.A.3	“(…) as valências de busca e resgate e estruturas colapsadas num país pós-conflito”.
	10.A.5	
	10.A.4	“A natureza e o ambiente são cada vez mais uma preocupação global. Se não houver planeta nós não existimos. A especialidade como a natureza é sem dúvida uma mais valia, numa fase posterior no pós-conflito”.
E8	10.A.6	“Num cenário de apoio à reconstrução de um país e das suas estruturas (…) vertentes como a cibersegurança que se encontra a crescer na GNR, poderão ser extremamente uteis num cenário mais estável de implementação de forças de Gendarmarie”.
E9	10.A.1	“A prioridade é ter atenção ao empenhamento dos nossos meios para não estarmos desfalcados a nível nacional”.
E10	10.A.1	“No momento após o conflito as preocupações estão em redor da segurança das pessoas e os crimes mais praticados são contra as pessoas”:
E11	10.A.1	“Eu considero que num cenário pós-conflito e garantindo que as causas do conflito estão resolvidas, que não há destabilização a nível interno, emergem prioridades, estamos a falar da população, criar condições e infraestruturas para depois o país desenvolver (…)”.
E12	10.A.2	“Fazia sentido, equipas de inativação (…)”.

	10.A.5	“(…) ou cinotécnica, em apoio das buscas e investigações realizadas pela IC”.
E13	10.A.3	“Neste caso justificava-se a vertente NRBQ, dadas as circunstâncias do país. Primeira fase é identificarmos o que está mal em termos de segurança, que é o facto de detetarmos e isolarmos e pudermos tratar essas matérias que podem ser nocivas não só para o ambiente como para as pessoas e os GIPS tem essas valências todas”.
E14	10.A.2	“(…) os próprios explosivos (EOD) acho que são capacidades distintas”.
	10.A.3	“(…) busca e salvamento em estruturas colapsadas porque num cenário de pós-conflito nos temos essa capacidade (não só o GIC com essa valência como o GIPS com o BREC)”.
	10.A.5	

APÊNDICE L – GLOSSÁRIO

- Corpos de polícia** “(...) o modo de atuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objetivo evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir” (Caetano, 2004, p. 1150).
- Corpos militares de polícia** “Os Corpos Militares com funções de Polícia atuam de forma coordenada com as FA e as Polícias Civas, fazendo a ponte entre as mesmas em termos institucionais e funcionais nas diferentes fases do conflito” (Graça, 2012, p. 2).
- Crise internacional** “Quando se verifica uma perturbação no fluir normal das relações entre dois ou mais atores da cena internacional com alta probabilidade do emprego da força (no sentido de haver perigo de guerra), encontramos-nos perante uma crise internacional” (Santos, 1983, p. 101).
- Estado** “O Estado define-se pela reunião de três elementos ou características: um território, uma população (um povo) e um governo (poder político soberano).
Juridicamente, a unidade estatal distingue-se de quaisquer outras entidades ou coletividades territoriais pelo facto de gozar de um atributo único designado por soberania” (F. de Sousa, 2005, p. 5).
- Organizações Internacionais** “É uma associação de Estados, estabelecida por um acordo entre os seus membros e dotada de um aparelho permanente de órgãos, encarregados de prosseguir a realização de objetivos de interesse comum por uma cooperação entre eles” (F. de Sousa, 2005, p. 5).
- Política de Defesa Nacional** “A Direção-Geral de Política de Defesa Nacional tem por missão garantir a assessoria técnica na formulação das grandes linhas de ação da política de defesa, no planeamento estratégico de defesa e nas relações externas de defesa, bem como a responsabilidade

pelo planeamento, estudo e elaboração de propostas de orientações de nível político-estratégico, acompanhamento e ponderação da respetiva execução, competindo-lhe ainda promover e coordenar a política de cooperação técnico-militar” (Ministério da Defesa Nacional [MDN], 2017).

Relações

Internacionais

“... conjunto de relações entre entidades que não reconhecem um poder político superior, ainda que não sejam estaduais, somando-se as relações diretas entre entidades formalmente dependentes de poderes políticos autónomos” (Moreira, 2002, p. 38).

Segurança

“A segurança exprime a efetiva carência de perigo, quando não existem (ou foram removidas) as causas dele; seguridade exprime a tranquilidade de espírito, nascida da confiança que se tem (ou da opinião em que se está) de que não há perigo. Pode o homem sentir-se em segurança quando, na realidade, a sua segurança está ameaçada; e, pelo contrário, pode haver segurança e o homem não se sentir em seguridade” (Couto, 1988, p. 70).

ANEXOS

ANEXO A – CONTEXTO E DIFERENTES COMPONENTES DO *SECURITY GAP*



Figura n.º 3 - Contexto do *security gap*

Fonte: Adaptado de (European Union Police Services Training [EUPST], 2013)

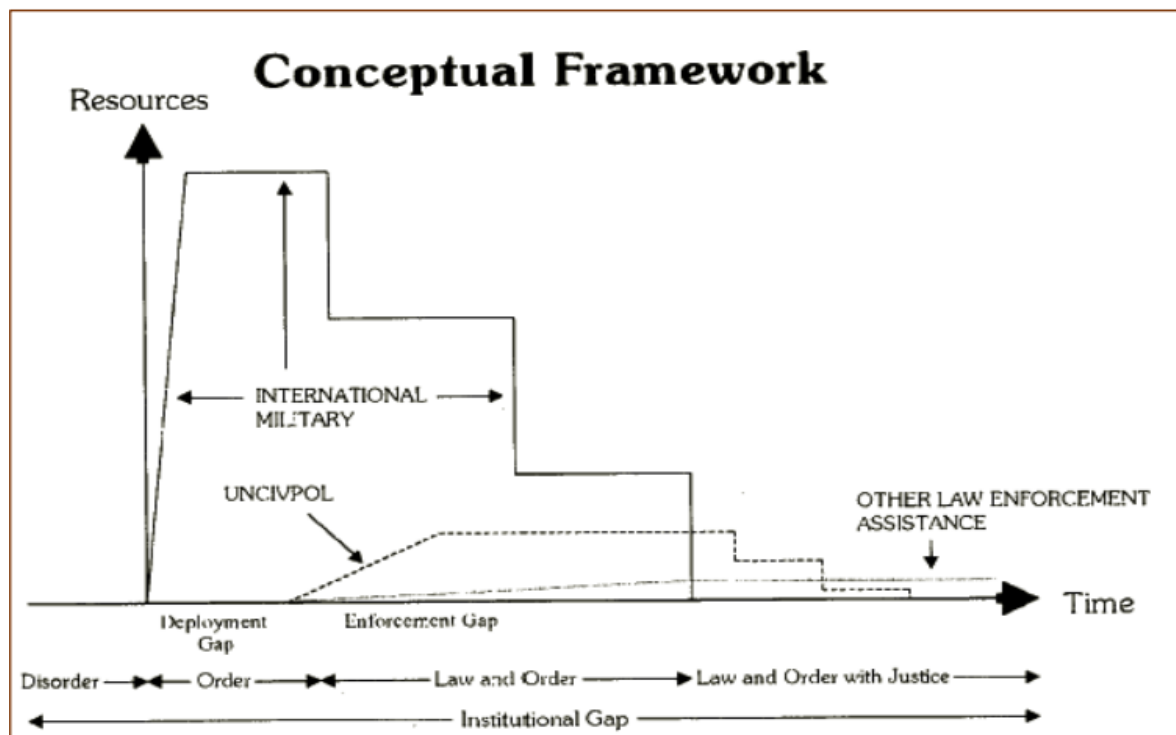


Figura n.º 4 - Diferentes componentes do *security gap*

Fonte: (Oakley et al., 1998)

ANEXO B – DISPERSÃO DE FORÇAS *GENDARMERIE* NO MUNDO

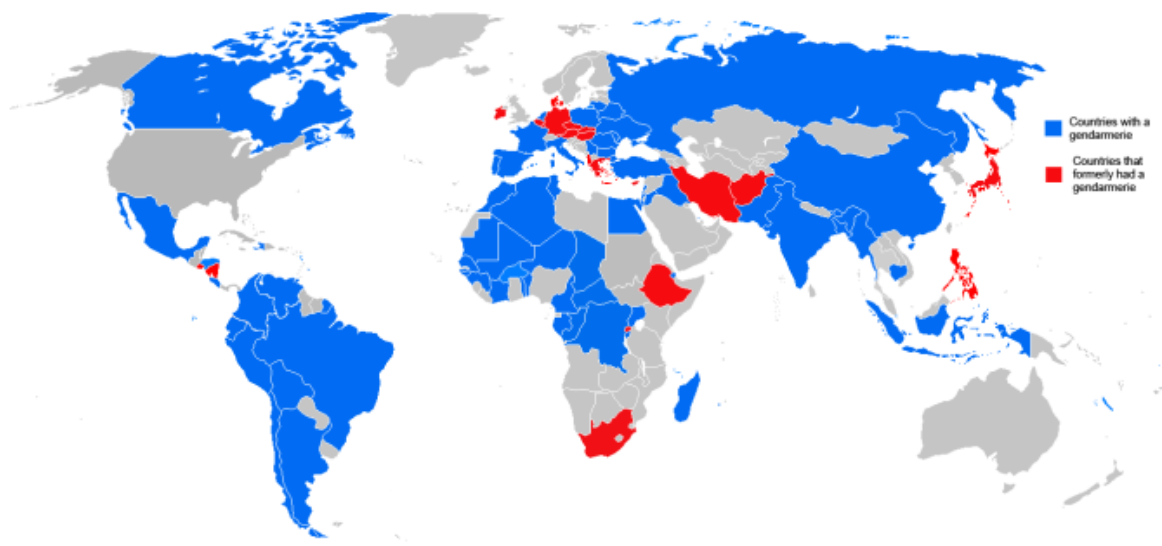


Figura n.º 5 - Mapa de dispersão de forças *gendarmerie*

Fonte: Wikimedia Commons (2017)

ANEXO C – POTENCIALIDADES E VULNERABILIDADES DAS FORÇAS GENDARMERIE

Quadro n.º 15 - Potencialidades e Vulnerabilidades das forças de *gendarmérie*

Autores/Conceito	Potencialidades
<p>Armitage e Moisan (2005), Bigo (2000), Gobinet (2011), Bruggeman (2011), Marczuk (2011), Hovens (2011), Bratulescu (2011), Bingol (2011), Jiménez (2011), Cabral (2011), Dieu (2001), Lutterbeck (2004), Alves (2011), Weger (2009), Guedelha (2010), Dobbins et. al (2007).</p> <p>Capacidade Competência</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Proficiência no uso de equipamentos especializados e em lidar com baixos níveis de conflitualidade (meios mínimos e não violentos); -Tática de Infantaria ligeira, projeção rápida e direcionada, autossustentação/capacidade de fornecer apoio logístico e projeção (Robustez/adequabilidade aos padrões americanos com forças reduzidas e modulares); -Rapidez de atuação e flexibilidade perante diversidade de ameaças e adaptação de táticas; -Desempenho de tarefas policiais de imposição de lei com uma natureza militar e seus valores (capacidade de regeneração, coesão, disciplina, treino, camaradagem, abnegação, sacrifício); -Sob Comando militar ou autoridade civil e trabalhar em ambos os ambientes (Unidade de Comando)³⁶; -As forças de <i>Gendarmérie</i> surgem completamente vocacionadas para situações pós-crise ou zonas designadas como “grey area” (Lutterbeck, 2004, p. 63).
<p>Bigo (2000), Rémy (2004), Gobinet (2011), Bruggeman (2011), Hogenboom (2011), Hovens (2011), Bratulescu (2011), Bingol (2011), Gomez (2011), Cabral (2011), Lutterbeck (2004), Alves (2011), Guedelha (2010), Dobbins et. al, (2007) e Dieu (2001).</p> <p>Polivalência e Flexibilidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Largo espectro de atividades (o que a polícia não faz e militares não sabem) com um combate a diversas ameaças (controlo de tumultos, combate ao narcotráfico e contra terrorismo); -Versatilidade e polivalência dos soldados da lei e ênfase no fator humano; -Diversidade de tarefas desenvolvidas por todas estas forças em todo o mundo (informações, assuntos civis, CIMIC, unidades médicas, explosivos, NRBQ, engenharia, transmissões, segurança de aeroportos); -Flexibilidade no acompanhamento da escalada da violência/transição suave; -Oferecem liberdade de ação a qualquer governo ou organização internacional; -Origens históricas de controlo de áreas sem influência de uma administração central, o que lhe transmite uma cultura <i>gendarmérica</i> única; -Conhecimento de gestão de crises; -Podem ser colocadas sob dependência de qualquer Organização Internacional como já se verificou, nomeadamente, sob a égide da ONU, OTAN, UE, OSCE, ou coligações <i>ad hoc</i>.
<p>Hovens (2011), Bruggeman (2011), Hogenboom (2011), Bertheler (2011), Bratulescu (2011), Cabral (2011), Weger (2009), Guedelha (2010) e Dieu (2001).</p> <p>Interoperabilidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Pode estabelecer a ligação entre civis e militares, bem com trabalhar em qualquer ambiente (paz, guerra e híbrido) e aproveitar o melhor de cada natureza; -Pode intervir em todas as fases de uma Operação de Estabilização e Reconstrução; -Reforço das forças militares na fase de combate; -Reforço ou substituição das forças civis no processo de RSS; -Interoperabilidade e funcionamento como um <i>interface</i>; -Carateriza-se pela indefinição e hibridade.
<p>Gobinet (2011), Bruggeman (2011), Berthelet (2011), Bingol (2011).</p> <p>Modelo</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Verifica-se, na atualidade, o caminho das forças militares e civis rumo a forças de <i>Gendarmérie</i>: os militares procuram desenvolver tarefas policiais e civis táticas militares; -Responde aos desafios do SI, na aproximação de segurança interna e externa e ameaças assimétricas.
<p>Bruggeman (2011) e Alves (2011).</p> <p>Confiança</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Facilidade em estabelecer uma relação com as populações e atender às suas especificidades culturais, étnicas ou tribais.
<p>Hovens (2011), Bingol (2011), Weger (2009), Dobbins et. al, (2007).</p> <p>Experiência</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Experiência na resposta às ameaças identificadas nestes cenários (Aplicação de leis nacionais e internacionais e uso da força – necessidade/adequabilidade/proporcionalidade) e sua aplicação diária nos seus países de origem; -Plataforma internacional criada através da EGF e FIEP (Integração); -Forças modulares criadas e modelos de intervenção (SPU) em consequência de uma década de intervenções.
<p>Bratulescu (2011), Weger (2009) e Dieu (2001).</p> <p>Planeamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Integração do planeamento estratégico com as Forças Armadas ou processo de tomada de decisão civil; -Métodos de planeamento, comando e controlo, rotação de forças e exercícios adaptados ao

	Exército e agências civis; -Maior aceitabilidade que as Forças Armadas.
Bingol (2011) Weger (2009), Guedelha (2010), Lutterbeck (2004). Eficiência	-Garante segurança em qualquer tipo de área, seja urbana ou rural (áreas distantes e exigentes), num ambiente de proximidade entre ameaças e população; -As forças de <i>Gendarmerie</i> apresentam custos mais reduzidos que forças militares (equipamento em menor quantidade e menos sofisticado).
Jiménez (2011) Shattal e Rawashdeh (2011), Alves (2011), Weger (2009). Universalidade	-Estas forças apresentam um mapa com uma dispersão e amplitude invejável em todo o mundo, em quantidade e qualidade suficientes para todas as exigências, - cerca de 2.5 milhões de militares em todos os continentes e próximas de zonas de conflito (Ver Anexo B); -Possibilidade de criação de uma rede mundial destas forças, com uma cooperação, relações políticas/diplomáticas e a partilha de experiências; -Especializadas no treino de polícias locais, na proteção de refugiados, no controlo de fronteiras, no combate à criminalidade organizada, no terrorismo e na sua substituição em ambientes pós-guerra, fazendo cumprir as leis do governo em formação.
Autores/Conceito	Vulnerabilidades
Weger (2009), Bruggeman (2011), Dobbins et. al (2007), Hills (2001) Duplicação, Generalismo e Insuficiência	-A não-aceitação destas forças serem policiadas no que respeita à aplicação das leis internacionais e nacionais; -Não preenchimento das diferenças étnicas pela falta de adequação das Regras de Empenhamento (ROE) e Estatuto das Forças (SOFA); -Incapacidade de proporcionar soluções universais ou a longo-prazo para a questão da lacuna de segurança; -Duplicação de políticas, doutrinas e normas em várias OI, com várias forças a fazerem o mesmo - sobreposição institucional; -Militares, desde que treinados desempenham as mesmas funções; -Limitado número de militares atualmente empenhados e limitações de financiamento; -Diferenças técnicas, táticas, de procedimento e culturais entre nações contribuintes; -Diferença de políticas internas e falta de aceitação/desconfiança de muitos países; -Reduzido número de missões realizadas incapacita a sua potenciação e o reconhecimento internacional do seu valor acrescentado; -O alargamento do número de efetivos diminuirá a sua coesão; -A diversidade do espectro de tarefas desenvolvidas por estas forças prejudica a especialização (profundidade/variedade), não é o seu <i>core business</i> .
Gobinet (2011), Bruggeman (2011), NU (2012), Hills (2001), Charles Reith (1952), Storch (1952). Modelo	-A natureza militar das forças de <i>Gendarmerie</i> não é universalmente aceite no policiamento, especialmente pela cultura anglo-saxónica, entendidas como instrumento político; -É defendida a incompatibilidade de uma força de segurança militar num modelo democrático por ser historicamente um instrumento de repressão de políticas despóticas e totalitárias; -A doutrina das Nações Unidas sobre OAP defende uma RSS que separe estritamente as entidades militares e civis para um Estado de Direito (NU, 2003, P. 188).
Berthelet (2011), Hovens (2011) Política	-A EGF como plataforma internacional de lançamento de missões detém um processo de tomada de decisão por unanimidade que conduz à sua paralisia; -Obrigação em recorrer a contribuições individuais dos demais Estados pelo Quartel-General da EGF, funcionando como um coordenador dos vários Estados-membros; -A rotatividade do Comando da EGF (com período de 2 ou 3 anos) limita a continuidade de políticas e acumulação de experiência; -Não existe um acompanhamento nacional por parte do Comité Interministerial de Alto Nível da EGF (CIAN), nem contactos diretos com as nações membro.

Fonte: (Cruz, 2013)

ANEXO D – POSICIONAMENTO INSTITUCIONAL DA GNR NO CONJUNTO DAS FORÇAS MILITARES E DAS FORÇAS E SERVIÇOS E SEGURANÇA



Figura n.º 6 - Posicionamento institucional da GNR no conjunto das forças militares e das forças e serviços de segurança

Fonte: Adaptado de (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2017)

Legenda:

PM – Polícia Marítima

PSP – Polícia de Segurança Pública

*PJ – Polícia Judiciária (sob a alçada do Ministério da Justiça)

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SIS – Sistema de Informações de Segurança

ANEXO E – MODELO DE DESENVOLVIMENTO DE UMA CRISE E A CRISE NO ESPETRO



Figura n.º 7 - Modelo de desenvolvimento de uma crise internacional

Fonte: (Santos, 1983, p. 104)



Figura n.º 8 - A crise no espectro

Fonte: Adaptado de (Couto, 1988, p. 153)

ANEXO F – COMPOSIÇÃO ÉTNICA DA BÓSNIA-HERZEGÓVINA E SITUAÇÃO INTERNA AO NÍVEL POLÍTICO

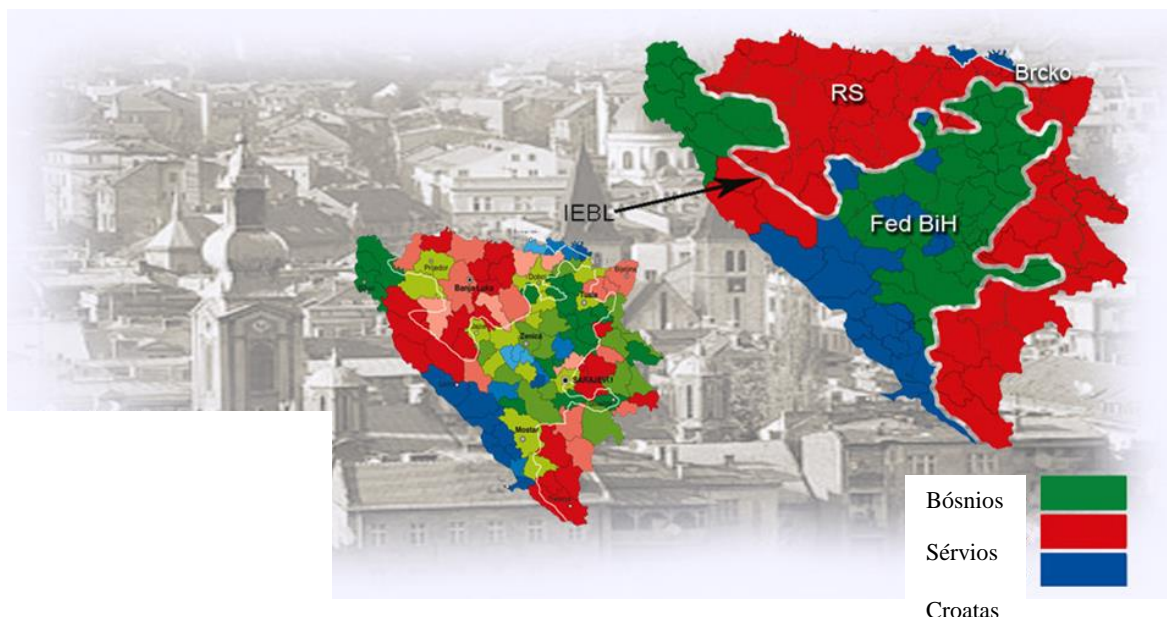


Figura n.º 9 - Composição étnica da Bósnia-Herzegovina em 1995

Fonte: (IPU, 2008)

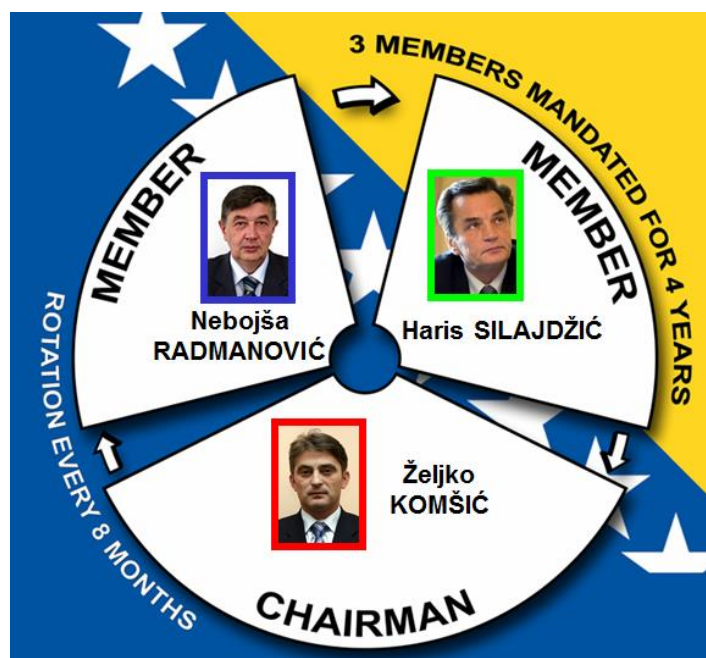


Figura n.º 10 - Composição política em 2007

Fonte: (IPU, 2008)

ANEXO G – ESTRUTURA E MISSÕES DA IPU

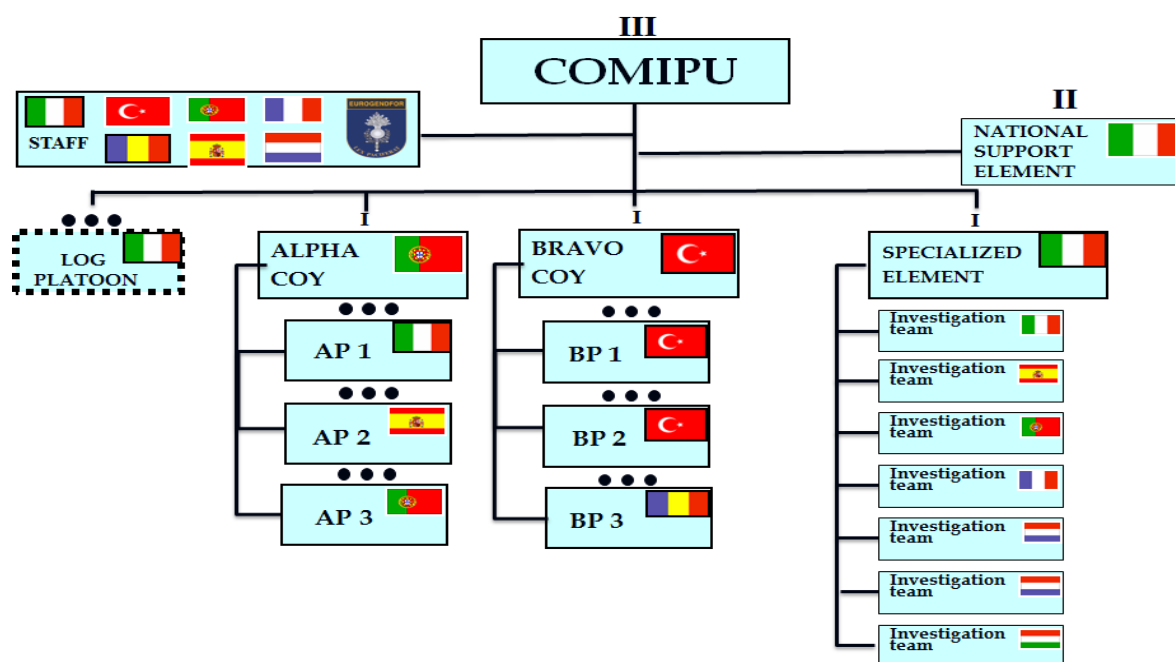




Figura n.º 11 - Estrutura da IPU

Fonte: (IPU, 2008)



Missões da IPU



- Contribuir para a MOP, prevenção de distúrbios civis e garantir as capacidades necessárias para o controlo de multidões;
- Apoiar o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia na localização, identificação e detenção de pessoas acusadas de crimes de guerra;
- Efetuar uma recolha de informação, avaliação e divulgação de informações;
- Assegurar a proteção da força (*force protection*), numa eventualidade de adotar medidas para o combate ao terrorismo;
- Apoiar as operações de investigação das instituições locais, subjacentes ao acordo com o comando da EUFOR;
- Estar preparado para realizar um resgate de reféns;
- Colaborar na segurança dos elementos da Comunidade Internacional, garantido a sua proteção e escolta;
- Providenciar treino e formação a outros militares;
- Garantir uma reserva tática para o Kosovo;
- Aconselhar o comando da EUFOR sobre questões no âmbito da segurança, ordem pública e outras questões relacionadas com a polícia.

Figura n.º 12 - Missões atribuídas à IPU

Fonte: Adaptado de (IPU, 2008)

